



**Universidade do Minho**  
Instituto de Educação

Caroline do Nascimento Rodrigues

**Efetividade de uma política educativa:  
um estudo sobre os bolsistas da Reitoria  
do IFRN**





**Universidade do Minho**  
Instituto de Educação

Caroline do Nascimento Rodrigues

**Efetividade de uma política educativa:  
um estudo sobre os bolsistas da Reitoria  
do IFRN**

Dissertação de Mestrado  
Mestrado em Ciências da Educação  
Área de especialização em Sociologia da Educação  
e Políticas Educativas

Trabalho efetuado sob a orientação do  
**Professor Doutor José Augusto Palhares**

## **DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS**

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

### ***Licença concedida aos utilizadores deste trabalho***



**Atribuição-NãoComercial-SemDerivações  
CC BY-NC-ND**

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

## **AGRADECIMENTOS**

Gratidão é uma qualidade que sempre esteve presente na minha vida e nesse momento tão importante da conclusão de um mestrado não posso deixar de externar os meus sinceros agradecimentos:

Primeiramente a Deus, por ter me amparado e nunca me abandonado durante toda a jornada, mas principalmente nos momentos difíceis que passei a partir do ano de 2019, quando precisei parar para cuidar da saúde da minha filha Talita Sara.

Ao IFRN, na pessoa do Professor Belchior de Oliveira Rocha, que como reitor da instituição na época, abriu as portas firmando o convênio com a Universidade do Minho (Portugal), oportunizando a formação e desenvolvimento profissional e intelectual de inúmeros servidores.

Aos amigos do mestrado, em nome de Raíssa Melo e Erasmo Oliveira, pelo companheirismo e motivação constante.

A todos os professores da Universidade do Minho, das disciplinas da Área de Sociologia da Educação e Políticas Educativas do Instituto de Educação, pelos ensinamentos compartilhados tão brilhantemente.

À minha orientadora inicial Professora Doutora Esmeraldina Veloso, um imenso obrigado por todos os ensinamentos durante o início da escrita da dissertação.

Ao meu orientador, Professor Doutor José Augusto Palhares, por sempre estar disponível e ter me orientado da melhor forma, e também por ter me motivado e incentivado a retomar a dissertação. Minha profunda gratidão, professor.

Aos participantes envolvidos na pesquisa, pela disponibilidade e importante contribuição.

Aos meus amigos de trabalho, Fernanda Lima, Luiz Paulo da Silva, Marcelo de Medeiros e Zilmara Germano, por entenderem e acreditarem na importância do desenvolvimento do servidor, por me motivarem sempre e por toda compreensão e suporte que precisei durante o período dos estudos do mestrado.

Aos meus pais Fernanda Rodrigues e Teo Rodrigues, por todo cuidado e por nunca terem soltado a minha mão.

Ao meu companheiro de vida, Gilberto Filho, pelo amor, parceria e incentivo desde 2001.

À minha filha Talita Sara, por ser minha maior motivação diária de ser uma pessoa melhor.

## **DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE**

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Declaro, portanto, que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

# **Efetividade de uma política educativa: um estudo sobre os bolsistas da Reitoria do IFRN**

## **RESUMO**

Dada a relevância da manutenção de políticas públicas educativas que visam democratizar o ensino no Brasil e contribuir para a permanência do aluno, sobretudo os mais vulneráveis, o presente estudo tem como objetivo conhecer e analisar o programa de apoio à formação estudantil dos bolsistas que atuam na reitoria do IFRN, desenvolvido pela Assistência Estudantil, e como ele impacta na vida acadêmica dos discentes. Como fontes de estudos, foram utilizados questionários e entrevistas aplicados aos alunos, ex-alunos e assistente social responsável pelo programa oferecido, além de análises de documentos institucionais. A Assistência Estudantil como Política Social de Direito exprime características históricas e políticas provenientes da expansão de políticas educacionais do ensino no Brasil. Com relação à política desenvolvida no âmbito do IFRN os discentes consideram que ela desempenha significativo papel na permanência destes na instituição para que possam concluir o curso, como também reconhecem que os programas precisam ser ampliados para atenderem a uma parcela de alunos hoje excluída, devido as limitações orçamentárias da instituição.

**Palavras-chave:** Assistência estudantil. Bolsista. Desigualdades. Política educativa. Políticas de afirmação positiva.

## **Effectiveness of an Educational Policy: a study on scholarships from the Rectory Of IFRN**

### **ABSTRACT**

Given the relevance of maintaining public policies that aim to democratize education in Brazil and contribute to the retention of students, especially the most vulnerable, the present study aims to understand and analyse the student scholarship program for scholarship holders who work in the rectory of the IFRN developed by Student Assistance, and how they impact the academic lives of students. As study sources, interviews were used, applied to students, former students and the social worker responsible for the program offered, in addition to analysis of institutional documents. Student Assistance as a Social Policy of Law expresses historical and political characteristics arising from the expansion of educational policies in Brazil. Regarding the policy developed within the scope of IFRN, students consider that it plays a significant role in their permanence at the institution so that they can complete the course and, they also recognize that the programs need to be expanded to serve a portion of students that are currently excluded, due to account of the institution's budgetary limitations.

**Keywords:** Student assistance. Scholarship holder. Inequalities. Educational policy. Positive affirmation policies.

## ÍNDICE GERAL

<b>DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS</b>	ii
<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	iii
<b>DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE</b> .....	iv
<b>RESUMO</b> .....	v
<b>ABSTRACT</b> .....	vi
<b>ÍNDICE GERAL</b> .....	vii
<b>ÍNDICE DE GRÁFICOS</b> .....	ix
<b>ÍNDICE DE TABELAS</b> .....	x
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>Capítulo I – BREVE EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL</b> .....	5
<b>1.1 O Plano Nacional de Educação – PNE</b> .....	9
<i>1.1.1 Acompanhamento do PNE</i> .....	12
<b>Capítulo II - POLÍTICAS EDUCATIVAS</b> .....	16
<b>2.1 Políticas Educativas de assistência estudantil</b> .....	18
<i>2.1.1 O Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES</i> .....	19
<b>Capítulo III - O IFRN E SUA TRAJETÓRIA CONTRIBUTIVA PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO</b> .....	23
<b>3.1 Regulamentos de Assistência Estudantil no IFRN</b> .....	26
<i>3.1.1 Programa de Apoio à Formação Estudantil</i> .....	26
<i>3.1.2 Programa de Auxílio Transporte</i> .....	27
<i>3.1.3 Programa de Auxílio Moradia</i> .....	27
<i>3.1.4 Programa de Alimentação Estudantil</i> .....	28
<i>3.1.5 Programa de Auxílios Eventuais e Especializados</i> .....	28
<b>3.2 Regulamento do Programa de Apoio à Formação Estudantil do IFRN</b> .....	28
<b>Capítulo IV - ABANDONO ESCOLAR</b> .....	32
<b>4.1 Lei de Cotas</b> .....	34
<i>4.1.1 Histórico da finalidade social da política de cotas</i> .....	36
<i>4.1.2 Ações afirmativas e a discriminação positiva no direito à Educação</i> .....	39
<b>Capítulo V – OPÇÕES METODOLÓGICAS</b> .....	42
<b>Capítulo VI – BOLSISTAS DO IFRN: PESQUISA EMPÍRICA</b> .....	47

<b>6.1 Comparativos de indicadores de evasão: IFRN x alunos bolsistas .....</b>	48
<b>6.2 Perfil dos bolsistas questionados .....</b>	49
<b>6.3 Rendimento escolar dos bolsistas questionados .....</b>	56
<b>6.4 Percepção dos bolsistas sobre o programa .....</b>	58
<b>6.5 Sugestões e expectativas dos bolsistas .....</b>	61
<b>6.6 Um olhar da instituição IFRN sobre assistência estudantil .....</b>	64
<b>6.7 Outros resultados: uma breve reflexão acerca das Políticas Educativas de Assistência Estudantil a partir de trabalhos acadêmicos em outras instituições de ensino .....</b>	66
<b>CONCLUSÃO .....</b>	69
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	72
<b>APÊNDICES .....</b>	81
APÊNDICE I – Questionário aplicado através do google forms aos bolsistas do IFRN .....	82
APÊNDICE II – Questionário utilizado na entrevista dos ex-bolsistas do IFRN .....	87
APÊNDICE III – Questionário utilizado na entrevista do servidor responsável pela assistência estudantil do IFRN .....	88
APÊNDICE IV – Carta de anuência do IFRN .....	90
APÊNDICE V - Declaração autorizando o uso do nome do IFRN .....	91
APÊNDICE VI – Transcrição da entrevista com a assistente social do IFRN .....	92
APÊNDICE VII – Transcrição da entrevista com ex-bolsista 1 do IFRN .....	102
APÊNDICE VIII – Transcrição da entrevista com ex-bolsista 2 do IFRN .....	104
APÊNDICE IX – Transcrição da entrevista com ex-bolsista 3 do IFRN .....	108
APÊNDICE X – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para a assistente social do IFRN .....	113
APÊNDICE XI - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para a ex-bolsistas do IFRN .....	114
APÊNDICE XII - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para a bolsistas de maiores de 18 anos do IFRN .....	115
APÊNDICE XIII - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para a bolsistas menores de 18 anos do IFRN .....	116

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Taxa de abandono escolar no IFRN	49
Gráfico 2 – Sexo dos participantes	50
Gráfico 3 – Faixa etária dos participantes	50
Gráfico 4 – Etnia autodeclarada	51
Gráfico 5 – Outros auxílios que os participantes recebem	53
Gráfico 6 – Como o bolsista utiliza o valor da bolsa	53
Gráfico 7 – Ano do curso que o participante ingressou no programa	54
Gráfico 8 – Abandono escolar na faixa etária de 14 a 29 anos	55
Gráfico 9 – Rendimento escolar dos bolsistas	56
Gráfico 10 – Percepção dos bolsistas sobre o programa	58
Gráfico 11 – Percepção dos bolsistas sobre o programa	59
Gráfico 12 – Opinião dos bolsistas sobre a continuidade dos estudos sem a bolsa	60

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Situação atual dos alunos bolsistas de 2018 .....	48
Tabela 2 – Renda da família dos participantes.....	51
Tabela 3 – Ingresso no Programa de Apoio à Formação Estudantil .....	54
Tabela 4 – Percentual de escolarização das pessoas de 15 a 17 anos por região no Brasil .....	55

## **INTRODUÇÃO**

Diante da constante necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria de seus desempenhos acadêmicos, é importante o desenvolvimento de políticas educativas que visem combater as situações de repetência e abandono escolar, conforme afirma Jacobi (2002), reduzindo desigualdades sociais e educacionais.

Atualmente, nas sociedades modernas, as concepções de igualdade se traduzem como forma de justiça social, concedendo aos indivíduos meios e condições no intuito de melhorarem os seus futuros.

Para Dubet (2004), “é importante refletir sobre a justiça escolar para avaliar o sentido e o alcance das políticas escolares” (p. 540). Sendo assim, há a necessidade de se estabelecer o que é uma escola justa e buscar as soluções mais adequadas para as desigualdades.

Até a década de 1960, conforme Dubet (2004), ainda nos países mais desenvolvidos, a posição social determinava qual escola se estudaria: a do povo, a das classes médias, a da burguesia, a profissional, a do campo, a da cidade, entre outras.

A igualdade de oportunidades pelo mérito iniciou o seu percurso com a disseminação da escolaridade primária em alguns países europeus, conforme Formosinho (1998), entre o fim do século XVIII e o início do século XIX, e prosseguindo com a determinação da sua obrigatoriedade entre o término do século XIX e o começo do século XX.

Em Portugal, no ano de 1772, de acordo com Araújo (1996), o Estado interferiu inicialmente na escola primária criando as escolas de ler, escrever e contar, direcionadas para filhos homens de artesãos urbanos, uma classe que não tinha maior poder no país. Seguiu, criando em 1790, a escola para meninas, que efetivamente iniciou as atividades em 1815. Logo mais, em 1836, é declarada a escolaridade obrigatória universal em Portugal e ao mesmo tempo iniciam-se novas ações no ramo da educação, com a abertura de liceus e escolas técnicas.

Porém, essa igualdade de acesso não significou que a escola se tornou mais justa, somente aceitou que as outras classes também tivessem a oportunidade de entrar na escola. Para Dubet (2004), algumas dificuldades podem ser observadas nessa concepção de igualdade de acesso para a justiça escolar.

Uma das dificuldades que se observa é que muitas desigualdades nesse acesso permanecem como: desigualdades entre as pessoas do mesmo grupo social, entre sexos, entre os grupos sociais e outras. As diferenças sociais influenciam bastante no ambiente escolar. Um exemplo disso foi o que

aconteceu na França na segunda metade do século 20, quando o país conseguiu multiplicar em dez vezes a quantidade de formados no colegial, mas não conseguiu reduzir significativamente as diferenças entre as classes sociais, conforme a publicação *França é campeã de desigualdades na escola* (2016).

Outra dificuldade é o tratamento do aluno menos favorecido nas escolas. Pesquisas apontam que os professores de escolas em regiões periféricas são mais instáveis e menos estimulados. Em escolas da elite as salas de aula têm um número reduzido de alunos com docentes motivados e capacitados e com oferta numerosa de cursos. Ou seja, quanto mais o aluno seja favorecido socialmente, mais chances de continuar como bom aluno, de melhorar sua educação, de obter mais diplomas e continuar sendo melhor favorecido, explica a antropóloga e pesquisadora Maria de Lourdes Sá Earp (2007).

No período pós Segunda Guerra Mundial, com o incremento da exigência de trabalhadores qualificados, foram surgindo novas políticas que ampliaram a educação básica para todos e de forma mais igualitária (Cardoso, Ferreira & Barbosa, 2020). Porém, os sistemas educacionais ao longo de décadas continuaram ostentando a preocupante realidade das desigualdades, como bem expõe Arroyo (2010, p. 1382),

Sistemas nacionais e internacionais de avaliação expõem e confrontam as desigualdades educativas entre coletivos e escolas públicas e privadas, entre municípios, estados, nações, Norte-Sul. Avaliações das desigualdades educacionais medidas e quantificadas cada vez com maior requinte e expostas pela mídia, mostrando a vergonha das diversidades de qualidade de nossa educação; mostrando, sobretudo, os coletivos sociais, regionais, raciais, do campo, que desmerecem a qualidade de nosso sistema educacional público. As desigualdades educacionais como vergonha nacional, como mancha e expressão de nosso atraso. Até como causa de nosso subdesenvolvimento nacional, regional, social, cultural, político e econômico. A cada proclamação enfática dos resultados das avaliações, o próprio Estado reconhece que nossos sonhos de reduzir as desigualdades estão distantes.

Todo cidadão brasileiro tem direito ao acesso e permanência na escola, bem como a todas as condições estruturais, de recursos humanos, materiais, curriculares e pedagógicos, para que este receba uma educação de qualidade (Borges, Souza & Souza, 2021).

Segundo Dourado, Oliveira e Santos (2007, p. 15):

De modo geral, a criação de condições, dimensões e fatores para a oferta de um ensino de qualidade social também esbarra em uma realidade marcada pela desigualdade socioeconômico-cultural das regiões, localidades, segmentos sociais e dos sujeitos envolvidos, sobretudo dos atuais sujeitos-usuários da escola pública, o que exige o reconhecimento de que a qualidade da escola seja uma qualidade social, uma qualidade capaz de promover uma atualização histórico-cultural em termos de

uma formação sólida, crítica, ética e solidária, articulada com políticas públicas de inclusão e de resgate social. ... Por outro lado, faz-se necessário implementar políticas públicas e, entre essas, políticas sociais ou programas compensatórios que possam colaborar efetivamente no enfrentamento dos problemas socioeconômico-culturais que adentram a escola pública. Nessa perspectiva, a melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem deve envolver os diferentes setores a partir de uma concepção ampla de educação envolvendo cultura, esporte e lazer, ciência e tecnologia.

Dessa forma, as políticas públicas voltadas ao sistema educacional são eixo fundamental para a qualidade da educação e necessitam de detalhamento, diagnóstico, visão sistêmica e recursos, de modo a nortear o sistema educacional para obter uma educação de qualidade.

Adentrando no tema do sucesso escolar, como significado de estudante certificado pela escola, a partir da problemática da igualdade, verificamos que o quesito formal corresponde a proporcionar aos jovens e crianças condições iguais para obter sucesso no percurso escolar, pois à luz da Constituição Brasileira, todos somos iguais perante a Lei (Borges, Souza & Souza, 2021).

Já Formosinho (1998), autor que se debruçou sobre a realidade da educação portuguesa, nos desperta a reflexão sobre as características sociais marcantes nas pessoas que chegam à escola em situações intelectuais diferentes: culturas e ambientes divergentes; níveis socioeconômicos diferentes; locais de moradias discrepantes; acesso ou não à televisão, jornal ou outros meios de comunicação; entre outras. Ou seja, apesar disso, aqueles indivíduos que possuem oportunidade e condições de acesso igualitárias, ainda assim, em diferentes grupos sociais, farão o percurso escolar de forma desigual, devido a motivos anteriores à inserção na escola. Alguns vão possuir material para estudo e outros não, uns terão apoio dos pais para o estudo, outros terão pais que não os incentivarão, além de outros fatores que indicam com veemência que as circunstâncias extraescolares interferem no sucesso desses alunos.

Seabra (2009) coloca que a articulação entre homogeneizar e diferenciar os sistemas de educação têm sido uma constante durante o último meio século, devido às reivindicações advindas das atuais sociedades. Aponta também que a escola não tem o poder total de modificar a sociedade, mas é um meio que contribui para o aumento de perspectivas concretas capazes de atingir mudanças sociais.

No Brasil, com o desenvolvimento da democratização da educação nas últimas décadas, o perfil de aluno das escolas públicas também mudou, vindo neste momento em maior quantidade de classes sociais mais empobrecidas, trazendo consigo necessidades reais de alimentação, habitação, saúde, transporte, etc. (Martins, 2012).

A partir da verificação desse contexto, novas políticas educativas direcionaram para o contrapeso dessas desigualdades dos menos favorecidos no acesso escolar, considerando as dificuldades de cada um para o alcance do sucesso escolar. Diante dessa realidade, o Governo Federal do Brasil criou, através do Decreto no. 7.234/2010, o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que permanece ativo até o presente momento. Esse plano destina-se a ampliar as condições de permanência dos jovens na escola e tem por objetivos democratizar as condições de permanência deles, minimizando os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão dos estudos, reduzindo as taxas de retenção e evasão e contribuindo para a promoção da inclusão social pela educação. O PNAES oferece assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. As ações são executadas pelas instituições de ensino, que devem acompanhar e avaliar o desenvolvimento do programa. Além do PNAES, é possível citar o Programa Pé de Meia, implantado neste ano de 2024, o qual concede incentivos financeiros para estudantes de baixa renda matriculados no Ensino Médio com frequência regular e aprovação no ano letivo.

Nesse contexto, as políticas de assistência estudantil assumem importância ímpar enquanto ação afirmativa capaz de contribuir para reduzir as desigualdades educacionais e sociais, viabilizando a igualdade de oportunidades, através da criação de estratégias voltadas à melhoria do desempenho acadêmico e à garantia de permanência, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão.

Pensando em contribuir para o tema, a presente pesquisa consiste em avaliar uma política educativa de assistência estudantil presente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN, o Programa de Apoio à Formação Estudantil e sua efetividade para os alunos inseridos. Para tanto, esta dissertação está estruturada em seis capítulos, sendo os quatro primeiros teóricos, o quinto dedicado à metodologia e o sexto dedicado à análise dos dados, coletados com pesquisa prática, de campo.

Nos capítulos dedicados a revisão teórica, o leitor encontrará sequencialmente: uma *Breve Evolução histórica da Educação Profissional*, onde é possível conhecer as bases do Plano Nacional de Educação (PNE); *As Políticas Educativas*, focando análise naquelas referentes a assistência estudantil; a apresentação do *IFRN e sua trajetória contributiva para a democratização da Educação*, com os regulamentos de assistência estudantil e do Programa de apoio à formação estudantil na instituição; e finalmente, um estudo sobre o *Abandono Escolar*, lançando o foco sobre a Lei de Cotas.

## **Capítulo I - BREVE EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

---

## **1 BREVE EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

A Educação Profissional no Brasil foi instituída em 1909, quando o então Presidente da República, Nilo Peçanha, assinou o Decreto n. 7.566 de 23 de setembro de 1909, que instituiu, nas capitais dos Estados da República, as Escolas de Aprendizes Artífices para o ensino profissional primário e gratuito.

O Decreto n. 7.566/1909 orientava no artigo 2º:

Nas Escolas de Aprendizes Artífices, custeadas pela União, se procurará formar operários e contramestres, ministrando-se o ensino prático e os conhecimentos técnicos necessários aos menores que pretenderem aprender um ofício, havendo para isso, até o número de cinco, as oficinas de trabalho manual ou mecânica que forem mais convenientes e necessárias no Estado em que funcionar a escola, consultadas, quanto possível, as especialidades das indústrias locais.

Ou seja, que as especialidades das indústrias locais fossem consultadas e que as oficinas de trabalho manual ou mecânica deveriam ser definidas mediante as conveniências e necessidades de mão de obra. Por sua vez, o artigo 6º do Decreto n. 7.566/1909 relata os requisitos para receber os educandos: “os desfavorecidos da fortuna: idade de 10 anos no mínimo e de 13 anos no máximo; não sofrer o candidato moléstia infectocontagiosa, nem ter defeitos que o impossibilitem para o aprendizado de ofício”.

A comprovação dos requisitos teria que ser atestada por autoridade competente e a comprovação de ser destituído de recursos financeiros dar-se-ia através de atestados fornecidos por pessoas idôneas ou a juízo do diretor da escola, quando conhecesse pessoalmente as condições dos candidatos. Cada aluno poderia aprender um ofício, mediante consulta às suas aptidões e inclinações.

Previa-se que as escolas seriam fundadas e custeadas pelos Estados, Municípios ou associações particulares e poderiam gozar de subvenção da União, a partir da previsão de verba no orçamento do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, aos quais as escolas eram vinculadas. Antevia-se ainda, que a renda originada da comercialização dos produtos das escolas seria dividida em cotas para o diretor, o mestre e por todos os alunos da escola, segundo o grau de adiantamento deles na aprendizagem do ofício.

Depois da criação das Escolas de Aprendizes Artífices, o próximo marco na trajetória da Educação Profissional no Brasil foi o Projeto Fidélis Reis – encaminhado à Câmara em 1922 e aprovado em 1927 –, que antecipava o oferecimento obrigatório do ensino profissional no país. Embora o projeto tenha sido sancionado pelo Congresso Nacional, nunca foi executado porque “o

Tesouro não estava em condições de arcar com a despesa ... para sua completa aplicação” (Ciavatta & Silveira, 2010, p.101).

No entanto, o Projeto Fidélis Reis é digno de registro neste trabalho por conta dos pressupostos filosóficos e ideológicos que a ele subjaziam e das tensões que permearam os embates, bem como o demorado debate em torno do seu conteúdo, até sua sanção pelo Congresso Nacional.

Desde sua gênese, a educação profissional, conforme a justificativa do decreto que instituiu as escolas de aprendizes artífices, era direcionada às classes menos favorecidas com o objetivo de vencer as dificuldades referentes à luta pela sobrevivência (Medeiros Neta, Nascimento & Rodrigues, 2012).

Segundo Riccioppo (2013), transcender o estigma de que a educação profissional deveria ser direcionada às classes menos favorecidas foi motivo de muitos embates em torno da proposta de Fidelis Reis, que, para dar consistência às suas argumentações, teria trocado cartas com Albert Einstein, Henry Ford e Lênin, com o objetivo de buscar posicionamentos que corroborassem seus argumentos em prol da exigência do ensino profissional obrigatório, com vistas ao desenvolvimento do país ao mesmo tempo em que se descolasse dele o estigma de inferioridade.

Fidelis Reis defendeu a tese de que a educação profissional seria condição indispensável para o desenvolvimento do país, redimindo-o da dependência econômica, e se esforçou para mudar a concepção da cultura escravocrata que estigmatizava os trabalhos manuais por considerá-los inferiores e realizáveis apenas pelos menos favorecidos economicamente (Ciavatta & Silveira, 2010).

O Decreto 5.241, em 22 de agosto de 1927, foi aprovado com várias emendas que destoaram o projeto inicial de Fidelis Reis, o qual previa a obrigatoriedade irrestrita, ou seja, nos níveis primário e secundário, mas foi aprovado com a obrigatoriedade apenas as escolas primárias mantidas pela União (Ciavatta e Silveira, 2010).

Por fim, o decreto não conseguiu ser executado, por falta de verba governamental, contudo a proposta de Fidelis Reis continha parâmetros precursores da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 5.692/71, que contém a retomada e a sistematização da obrigatoriedade do ensino profissional.

Um pouco mais adiante, no governo de Getúlio Vargas (1934-1945), o ano de 1937 deixa mais duas marcas na trajetória da educação profissional do Brasil. Foi o ano da promulgação da Constituição de 1937, a qual foi a primeira Constituição a versar sobre o ensino profissional e, mais uma vez, expressamente vinculando a educação profissional aos desfavorecidos economicamente:

Art. 129. (...) O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais.

É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera da sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado, sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo Poder Público. (BRASIL, 1937a)

Antes disso, no mesmo ano, através da Lei n. 378/37, artigo 37º, as Escolas de Aprendizes Artífices foram transformadas em Liceus, destinados ao ensino profissional (BRASIL, 1937b). Por sua vez, Ceccon e Siquelli (2018) explicam que foi em 1942 (que) “o sistema educacional brasileiro passou por uma série de transformações a partir de um conjunto de decretos-lei que culminaram no que ficou conhecido como ‘Reforma Capanema’. Liderada pelo então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema” (p. 164). Esta Reforma viria a alterar significativamente o sistema nacional de educação.

A Lei Orgânica do Ensino Industrial, Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942 e o Decreto nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942 juntos transformaram os Liceus em Escolas Industriais e Técnicas e, formalmente, a partir desse ano houve uma vinculação do ensino industrial à estruturação do ensino no país.

Os principais pontos, pois, a se destacar sobre o ensino profissional a partir da Reforma Capanema foram: 1) o ensino profissional passou a ser considerado de nível médio; 2) o ingresso nas escolas industriais passou a depender de exames de admissão; 3) os cursos foram divididos em dois níveis no novo ensino médio: cursos básicos industrial, artesanal, de aprendizagem e de mestria e curso técnico industrial (três anos de duração mais um ano de estágio supervisionado na indústria compreendendo várias especialidades); 4) os alunos formados nos cursos técnicos ficavam autorizados a ingressar no ensino superior na área equivalente (BRASIL, 1942a).

O acordo “*Lend and Lease*” firmado entre Brasil e Estados Unidos contemplou o armamento bélico das Forças Armadas do Brasil, que recebeu quase dois terços de todo o material bélico que os Estados Unidos enviaram à América Latina. No âmbito dessa parceria outros acordos foram firmados, dentre eles, o refinanciamento da dívida externa do Brasil e fundos para a construção de uma siderúrgica em Volta Redonda, com a qual o governo tinha o objetivo de estimular as atividades industriais. Em contrapartida, os Estados Unidos poderiam facilmente utilizar as bases e portos brasileiros de modo a gerir o sistema para a defesa continental com sua participação na guerra pelo Atlântico Sul (Ferrer, 2013).

Esses fatos explicam ou justificam a Reforma de Capanema, diante da necessidade de impulsionar, também, a formação técnica profissional com vistas à mão de obra qualificada para atuação nas indústrias. Em 1959, através do Decreto n. 47.038 de 16 de outubro, que regulamentava a Lei n. 3.552 de 16 de fevereiro, as Escolas Industriais passaram a ser autarquias, ou seja, a ter autonomia didático-pedagógica, financeira e administrativa e passaram a se chamar Escolas Técnicas Federais.

Nesse período, no âmbito educacional, o governo de Juscelino Kubitschek (JK) tinha como objetivo formar profissionais capacitados para a realização das metas de desenvolvimento do país expressas pelo Plano de Metas do Governo. O Plano de Metas era o programa de governo desenvolvimentista de JK, consolidado por um conjunto de 31 objetivos a serem alcançados em diversos setores da economia, sendo o 31º a construção de Brasília e a mudança da capital federal (Ceccon & Siquelli, 2018).

No final do Governo JK e no início do Governo João Goulart, foi promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961, cujo projeto esteve em discussão desde 1947. A sua promulgação marcou o final da Reforma Capanema e atendeu a reivindicações antigas em relação à democratização da educação nacional e da valorização do ensino industrial e das Escolas Industriais e Técnicas.

Em 11 de agosto de 1971 a LDB, Lei Nº. 5.692, torna compulsório o ensino técnico-profissional de todo o currículo do segundo grau diante da urgência e necessidade de formar técnicos no país. É neste momento que o Deputado Fidélis Reis finalmente é reconhecido como o parlamentar que já tinha enunciando tais diretrizes. A sua luta pelo ensino técnico profissional já completava meio século.

Na trajetória da educação profissional, depois da compulsoriedade do ensino técnico-profissional na década de 70, somente duas décadas depois é que houve alteração em termos legais, a partir da Lei 8.498, de 08 de dezembro de 1994, uma vez que é criado o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, o qual prevê a transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica, com isso se encerra a trajetória dos principais marcos da educação profissional no século XX.

## **1.1 O Plano Nacional de Educação – PNE**

Atualmente, a maior política pública educacional no Brasil que estabelece as diretrizes, metas, estratégias e demais orientações de acompanhamento e avaliação contínuas da união e seus entes federados é o Plano Nacional de Educação – PNE. O PNE foi determinado na constituição brasileira, em seu artigo 214:

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a:

- I – erradicação do analfabetismo;
- II – universalização do atendimento escolar;
- III – melhoria da qualidade do ensino;
- IV – formação para o trabalho;
- V – promoção humanística, científica e tecnológica do País;
- VI – estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto. (BRASIL, 1988, p. 87)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, de 1996, também determinou a elaboração do PNE pela União, em colaboração com os demais entes federados, através do inciso I de seu artigo 9º. O PNE efetivou-se como a política educativa de maior importância para a educação brasileira decorrente da LDB.

O PNE que está em vigor (2014-2024) foi discutido e tramitou durante aproximadamente 4 anos e finalmente aprovado e publicado através da Lei 13.005, em 25 de junho de 2014. Tem duração até 25 de junho de 2024, quando deverá ser substituído por novo plano, vigente por mais 10 anos. No plano estabelecem-se responsabilidades para o progresso da educação entre os entes federados e variadas instituições brasileiras, tornando-se referência para o direcionamento dos planos estaduais e municipais e conseqüentemente de suas ações de governo.

A Lei 13.005/2014 é apresentada em 14 artigos, sendo destacadas 10 diretrizes, 20 metas e 254 estratégias, respectivamente as orientações, os objetivos quantificados e as ações a serem trilhadas.

Em seu artigo 2.º, delimita as diretrizes:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV - melhoria da qualidade da educação;
- V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

- VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX - valorização dos (as) profissionais da educação;
- X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental. (Lei nº 13.005, 2014)

Conforme as diretrizes do plano, pode-se depreender que ele foi desenvolvido para reagir à conjuntura de insatisfação, promovendo a modificação da realidade brasileira, impulsionando novas ideias, atitudes e valores.

A partir das diretrizes apresentadas no PNE, 20 metas almejadas destacam garantias em algumas dimensões da educação brasileira, como: educação com qualidade, acesso, universalização do ensino obrigatório, ampliação de oportunidades educacionais, redução de desigualdades, valorização da diversidade e valorização dos profissionais de educação.

Conforme o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2015), órgão responsável pelo acompanhamento do cumprimento do PNE, as diretrizes e metas do plano podem ser resumidas em cinco grandes grupos de categorias:

Diretrizes para a superação das desigualdades educacionais

I – Erradicação do analfabetismo.

II – Universalização do atendimento escolar.

III – Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação.

Metas: de 1 a 5; 9; 11 e 12; 14.

Diretrizes para a promoção da qualidade educacional

IV – Melhoria da qualidade da educação.

V – Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade.

Metas: 6 e 7; 10; 13.

Diretrizes para a valorização dos(as) profissionais da educação

IX – Valorização dos(as) profissionais da educação.

Metas: 15 a 18.

Diretrizes para a promoção da democracia e dos direitos humanos

VI – Promoção do princípio da gestão democrática da educação pública.

VII – Promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País.

X – Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Metas: 8 e 19.

Diretrizes para o financiamento da educação

VIII – Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto (PIB), que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade.

Meta: 20. (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira [INEP], p. 12)

Para finalizar, as 254 estratégias são os pontos direcionadores que precisam ser trilhados e seguidos, por meio de políticas públicas educacionais, para que se concretizem as metas e o objetivo maior do plano.

São necessárias as atuações de forma harmônica entre a união, os estados e os municípios, nos diversos níveis e modalidades de ensino, para que as desigualdades entre as regiões não sejam aprofundadas, afinal o alcance de uma meta, reforça a efetivação das demais.

Para Duarte e Mendes (2018) o PNE anterior (2001-2010), foi muito criticado, pois “no período de sua vigência, este não conseguiu alcançar as metas propostas e, também, não representou as reais necessidades e reivindicações da sociedade civil” (p. 180). Para eles,

Não houve um acompanhamento da execução desse documento e não se efetivou uma avaliação sistemática e global do Plano e de sua concretização, também não houve movimento em defesa deste PNE, por entenderem que esse dispositivo legal não expressava o esforço político conduzido pela sociedade civil, e que, portanto, não se configurava como política de Estado, mas era resultante de manobras governamentais (Duarte & Mendes, 2018, p. 180).

Dessa forma, o atual plano foi fruto de muitas discussões em diversos setores populares da sociedade, de forma democrática. Prazos e percentuais foram estabelecidos, métodos e órgãos definidos para o acompanhamento constante da execução e investimentos fixados. O PNE é concebido com proposições audaciosas, porém que são fundamentais, diante do cenário social, político e econômico do país.

### *1.1.1 Acompanhamento do PNE*

O INEP realiza o monitoramento e a avaliação do plano pelas instâncias designadas por meio da Lei do PNE; estas, por sua vez, são subsidiadas por um conjunto de eventos e publicações voltado à disseminação de indicadores e de estudos com o objetivo de subsidiar o processo de monitoramento. Além do cálculo e da divulgação dos indicadores, esse processo exige reunir e disseminar evidências de naturezas distintas, bem como estudos analíticos sobre a situação educacional brasileira.

A publicação dos relatórios de Monitoramento das Metas do PNE ocorre a cada dois anos. Os relatórios trazem os resultados atualizados dos indicadores das metas do PNE, bem como análises sobre as tendências em cada indicador.

No relatório publicado em junho de 2022, o INEP aperfeiçoou sua metodologia de estudo, assim como seus indicadores, comparando os resultados obtidos em relatórios anteriores (2018 e 2020), através de ampla discussão em diversos meios da sociedade. Houve contribuições de integrantes do Ministério da Educação, da Comissão de Educação da Câmara de Deputados, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, do Conselho Nacional de Educação, do Fórum Nacional de Educação, assim como de representantes qualificados da área educacional de instituições governamentais e não governamentais.

A partir dessas informações foram realizados estudos respectivos a cada uma das 20 metas, detalhando as análises sobre seus avanços e evidenciando as desigualdades ainda presentes, possibilitando assim uma melhor avaliação dos obstáculos ainda existentes para o alcance dessas metas. Enfatizando os resultados que abordam temáticas ligadas ao objeto de estudo desta dissertação, iremos dar ênfase as conclusões das metas 3, 8 e 20.

Em relação à Meta 3 do PNE, relacionada a população de 15 a 17 anos, seu objetivo era o de garantir a universalização do acesso à escola até o ano de 2016. Acerca disso, o relatório do INEP de 2021 informou que 4,7 pontos percentuais dessa população de jovens não havia sido contemplada com o acesso à escola (INEP, 2022).

Ainda sobre a meta 3, que estabelecia um acesso mínimo de 85% dos jovens de 15 a 17 anos frequentando o ensino médio ou com a educação completa, foi verificado que a realidade era de 76,6% em 2020, e que em 2021 o Brasil regrediu para 74,5%. Portanto, são 10,5 pontos percentuais abaixo da meta prevista para ser alcançada em 2024. Desigualdades regionais podem ser a causa dessa problemática. Podemos ter como exemplo, os percentuais em 2021 de 68,2% no Norte, e 80,6% no Sudeste. Pesam, ainda, desigualdades entre negros e brancos e por rendimento per capita (INEP, 2022).

A Meta 20 do PNE institui o crescimento do investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto (PIB), e até o fim da vigência do PNE chegar a 10% do PIB (INEP, 2022).

Segundo Amaral e Oliveira (2023) em relação ao comprimento desta meta:

Há uma grande distância entre o valor de 5,4% em 2018 e 10% do PIB em 2024. Pode-se mesmo afirmar que será praticamente impossível atingir o percentual que consta da Meta 20, o que comprometerá a execução das diversas estratégias que necessitam da elevação dos recursos financeiros aplicados em educação (p. 13).

Ainda quando se pensa na construção dos resultados obtidos no relatório do INEP em 2022, verificou-se um desinvestimento da educação, em alguns traços do quadro orçamentário do governo federal desse período. Nardi (2023) relata que houve uma inexistência de um esforço orçamentário visando a redução das desigualdades na educação básica, sabidamente aprofundadas pelo período pandêmico de Covid-19.

Nardi (2023) afirma que houve uma redução de 8 bilhões na execução financeira no Orçamento da Função Educação, no período de 2019 e 2021. O valor autorizado diminuiu 8,2% e, ainda assim, no interior desse quadro econômico, a execução financeira foi reduzindo ano a ano. Para 2022, o valor autorizado para a função Educação foi ainda menor: R\$ 6,2 bilhões a menos que em 2021 e R\$ 18 milhões menor do que o valor autorizado para 2019.

No gasto público em Educação em proporção ao PIB entre 2015 e 2016, houve um pequeno aumento (de 5,5% para 5,6%), contudo, nos anos posteriores, devido as condições econômicas e políticas do país, assistiu-se a reduções, de modo a termos fechado 2020 com 5,4%.

Acerca desse assunto, o Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE (INEP, 2022) esclarece que diante da estagnação dos gastos, que girou em torno de 5% a 5,5% do PIB, a meta intermediária que era de 7% prevista para 2019 não foi atingida. Dessa forma, a meta de 10% do PIB ser destinada à educação até 2024 fica ainda mais distante de ser alcançada. Nardi (2023) acrescenta que há uma grande possibilidade de ser mais uma meta do PNE que ficará pendente de ser cumprida.

De acordo Amaral e Oliveira (2023), os governos de Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022) adotaram uma política de austeridade fiscal realizando cortes orçamentários e redução dos gastos públicos. Desde então, observa-se a desconstrução das políticas de educação que estavam em curso no país, resultando no não atingimento da quase totalidade das metas do PNE (2014-2024), o que vem aprofundando o déficit educacional em termos do direito à educação de qualidade social e pedagógica para os diferentes níveis e modalidades de educação/ensino.

A meta 8 do plano objetiva reduzir as desigualdades e ampliar a escolaridade dos jovens entre 18 e 29 anos até o fim da vigência do PNE. Teve como principais conclusões:

1. Todos os indicadores utilizados para o monitoramento da Meta 8 apresentaram tendência de crescimento entre 2012 e 2021. Todavia, esse processo tem ocorrido em um ritmo lento que pode não ser o suficiente para o alcance dos objetivos.
2. As regiões Norte e Nordeste, tal como em anos anteriores, apresentaram a menor escolaridade, ambas com média de 11,2 anos de estudo, distando, assim, 0,8 ano de estudo da meta de 12 anos.
3. Já o Indicador 8B, voltado a monitorar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos de idade residente no campo, aponta que o grupo continua com menos anos de estudo, em média: no ano de 2021, apresentava 10,4 anos, 1,6 abaixo da meta, enquanto entre os residentes nas áreas urbanas o valor alcançado já era de 12 anos, em média.
4. No que se refere à população de 18 a 29 anos pertencente aos 25% mais pobres, em 2019, ela apresentava 9,9 anos de estudo, em média, o que era 2,1 anos distantes da meta de 12 anos a ser alcançada em 2024. Já os 25% mais ricos, com idade similar, tinham escolaridade média de 13,6 anos de estudo, isso não só era 1,6 ano acima dos 12 anos visados pela meta, como representava uma média de escolaridade de 3,7 anos (ou 27,2%) a mais daquela registrada entre os mais pobres.
5. A escolaridade dos negros (pretos e pardos) com idade entre 18 e 29 anos era de 11,3 anos de estudo e a dos não negros de 12,4, o que resultava em uma razão de 91,1% (Indicador 8D). Esse valor era ainda 8,9 p.p. distante do objetivo de igualdade previsto pela meta para 2024. Caso seja mantido o ritmo de crescimento verificado ao longo da série histórica (2012 a 2021), quando o indicador cresceu 4,9 p.p., a meta não será atingida.
6. Em 2021, dos pouco mais de 40 milhões de jovens brasileiros com idade entre 18 e 29 anos, aproximadamente 29,5% (ou 11.880.456) ainda não possuíam o ensino médio completo, o que seria o equivalente a ter 12 anos de estudo.
7. O contexto da pandemia da Covid 19 sobre a coleta de dados da Pnad Contínua acarretou mudanças e alguns limites aos dados utilizados para o monitoramento da Meta 8, especialmente quanto à indisponibilidade do Suplemento Anual de Educação e aos dados sobre rendimento domiciliar per capita nos anos de 2020 e 2021. Desse modo, como apontado na Apresentação, é importante considerar essas condições para uma melhor compreensão dos dados (INEP, 2022, p. 210).

Os últimos quatro anos, constituem um cenário desafiador para a educação nacional, pois há uma severa diminuição orçamentária por parte do Governo Federal, promovendo no país um agravamento dos problemas educacionais reais e geração de outros problemas de grande monta, sobretudo por incidirem no direito à educação pública de qualidade para todos.

## **Capítulo II - POLÍTICAS EDUCATIVAS**

---

## 2 POLÍTICAS EDUCATIVAS

As políticas públicas caracterizam-se pela efetivação das legislações promulgadas pelo Estado com o objetivo de garantir a oferta de serviços à população, em sua maioria pauperizada. No caso brasileiro, essa pauperização é resultado de uma herança histórica decorrente de políticas de governo em favor da manutenção de privilégios das classes sociais dirigentes, que detêm o poder econômico e político no país desde sua colonização e intensificadas com o fim do sistema escravista de trabalho (Ferreira & Souza, 2023).

A educação é um direito concedido aos cidadãos brasileiros e assegurado por lei, sendo sua trajetória marcada por conquistas, debates e embates políticos, pois o campo educacional, como política pública, é um espaço de luta e disputa no âmbito dos projetos societários (Dallari, 2004).

Durante séculos, a educação foi privilégio para poucos, porém, sendo ela reconhecida como um direito social, abre-se a possibilidade de mais pessoas terem acesso a ela. Com a abertura política e democrática do país, mudanças começaram a ocorrer e, após anos de tramitação e discussões, é aprovada a Constituição Federal de 1988, chamada de Constituição Cidadã, na qual, pela primeira vez, aparecem reconhecidos os direitos sociais.

As políticas educacionais, em especial as de formação profissional, apontam para a direção das reformas neoliberais, e podem: “elucidar de forma emblemática um comportamento esquizofrênico da forma capital hoje: na sua base estrutural, aumenta a desigualdade e, em suas políticas, elabora estratégias focalizadas de administrar esta desigualdade” (Frigotto, 2010, p. 420). O autor, também, enfatiza que no horizonte neoliberal, “a tarefa política é, sem dúvida, transcender as estratégias de inclusão degradada, sob programas focalizados e de caridade social que funcionam como alívio à pobreza e manutenção do *status quo*” (p. 438).

Nesse contexto, políticas educativas, em especial as de assistência estudantil, assumem importância ímpar enquanto ações afirmativas capazes de contribuir para reduzir as desigualdades educacionais e sociais, viabilizando a igualdade de oportunidades, através da criação de estratégias voltadas à melhoria do desempenho acadêmico e à garantia de permanência, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão.

O direito social à educação para os indivíduos, sendo também dever do Estado a partir de 1988 (Constituição Brasileira), pode ser traduzido, de acordo com Araújo (2011, p. 287), “basicamente em dois aspectos: a oportunidade de acesso e a possibilidade de permanência na escola, mediante educação com nível de qualidade semelhante para todos”.

Vislumbrando o alcance dessas traduções, as políticas públicas educacionais agem através de práticas no contexto escolar, envolvendo o Estado e a sociedade, construindo meios de inserção, de melhoria da qualidade, amenizando as diferenças sociais, culturais e econômicas da sociedade. Tais práticas envolvem assuntos como: formação docente, gestão escolar, base curricular, assistência estudantil, entre outros.

## **2.1 Políticas Educativas de assistência estudantil**

Prosseguindo paralelamente, facilitando a efetivação do objetivo de melhorar a qualidade da educação, ações como políticas educacionais na área da assistência estudantil reforçam a necessidade do envolvimento de múltiplos setores da sociedade para o sucesso do plano educacional maior.

Impulsionando o acesso aos grupos menos favorecidos, aprova-se a Lei nº 12.711, em 29 de agosto de 2012, Lei de cotas, que determina em seus artigos 1º e 4º uma reserva de percentual mínimo de matrículas:

Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita para estudantes que tenham cursado todo nos institutos federais de educação e universidades federais. ...

Art. 4º As instituições federais de ensino técnico de nível médio reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso em cada curso, por turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que cursaram integralmente o ensino fundamental em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita. (Lei 12.711, 2012)

Esta Lei supracitada permite aos alunos oriundos integralmente do ensino médio em escolas públicas fazerem parte das cotas, o que, além de garantir o acesso a grupos historicamente excluídos do ensino superior brasileiro, trouxe a necessidade de criação ou de aperfeiçoamento das ações que buscassem garantir a permanência dessa classe de estudantes.

A preocupação com o provimento de recursos aos estudantes socioeconomicamente vulneráveis está presente na Constituição Federal de 1988, sendo esta considerada um marco na democratização do país, e trouxe avanços significativos quanto à assistência estudantil, ao garantir o direito à igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, além de assegurar a educação como direito social (Rodriguez & Lima, 2023).

Segundo Teixeira e Mariot (2023), as políticas inclusivas são consideradas um conjunto de orientações governamentais que buscam dar uma maior diversidade e reconhecimento a minorias e grupos discriminados, a fim de buscar igualdade de oportunidades e confrontar estruturas das desigualdades considerando os grupos mais vulneráveis à discriminação.

Essa crescente ampliação também é parte do movimento para a democratização da educação, no entanto, além de ampliar o acesso, Kowalski (2012) destaca que “há necessidade em criar mecanismos que garantam a permanência dos que nela ingressam, reduzindo os efeitos das desigualdades apresentados por um conjunto de estudantes, provenientes de segmentos sociais cada vez mais pauperizados e excluídos social e economicamente” (p. 24).

Para isso, programas de assistência estudantil devem ser reforçados e consolidados, contribuindo para a melhoria do desempenho escolar e diminuindo a retenção e evasão, possibilitando conseqüentemente um futuro para esses alunos com melhor qualidade de vida, assim como o crescimento econômico e cultural da realidade do Brasil em relação aos países desenvolvidos.

### *2.1.1 O Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES*

Nesse contexto para plena efetivação do direito à educação, as políticas educacionais na área de assistência estudantil vêm sendo discutidas amplamente pela sociedade e pelos governos, em todas as esferas.

Para Terenciano, Pedro e Salião (2018, p. 4):

Esta política de assistência estudantil é peça importante para possibilitar as condições necessárias para os alunos permanecerem nas universidades, sobretudo os alunos com condições econômicas desfavoráveis. Apesar de a assistência estudantil ser considerada uma estratégia do governo em relação à acessibilidade da educação pública, ela deve ser universal e criar condições para que os desfavorecidos em termos de condições sócio-econômica consigam permanecer até a conclusão do curso.

Apesar do cenário político e econômico do país estar instável já há alguns anos, com recorrentes cortes de investimentos na área da educação, o Estado segue com o dever de implementar políticas que amenizem as desigualdades e facilitem o alcance do direito à Educação.

Após anos de discussão em encontros e reuniões nacionais é criado em 1987 o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis - FONAPRACE, composto por responsáveis dessa área nas gestões das instituições federais de educação, no intuito de debater e procurar soluções para a facilitação da permanência dos estudantes de baixa renda e da qualidade do ensino nessas instituições (Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, 2024). Após as garantias encaminhadas, no âmbito da educação, pela Constituição federal de 1988, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em 1996, e pelo Plano Nacional de Educação, a partir de 2001, o FONAPRACE prosseguiu aprimorando seus posicionamentos, através da participação em inúmeros encontros, reuniões, grupos de trabalho, entre outros eventos de assistência estudantil regionais e nacionais.

Após essas amplas discussões sobre a relevância da assistência aos estudantes desfavorecidos, social e economicamente, durante o seu percurso acadêmico, o FONAPRACE produziu, de acordo com Kowalski (2012), um documento no final de 2007, que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES através da Portaria normativa nº 39 do Ministério da Educação – MEC. Foi consolidado posteriormente através do Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010, pelo então presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva.

O PNAES foi instituído como uma política, para o domínio do MEC, que tem primordialmente o fim de proporcionar que os jovens permaneçam na escola, proporcionando recursos essenciais à superação das barreiras para seus bons desempenhos acadêmicos.

O PNAES, em seu artigo 2º, apresenta como metas:

- I - democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (Decreto nº 7.234, 2010).

Tais metas necessitam ser executadas pelas instituições de ensino, estas, por sua vez, devem: criar mecanismos próprios para acompanhar e avaliar o PNAES; criar ferramentas para eleger e distribuir de forma adequada os recursos orçamentários destinados aos programas da assistência estudantil e devem garantir que os estudantes identificados em vulnerabilidade social e econômica

sejam atendidos de forma eficiente e eficaz (Decreto no 7.234, 2010).

Para Ferreira (2020), a avaliação dessa política é de grande relevância para que a aplicação dos recursos públicos atenda a seu propósito social, econômico e educacional.

O programa é destinado aos estudantes com matrículas regulares nas instituições federais de ensino superior ou nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Conforme o §1º do artigo 3º, as ações do programa devem basear-se nas seguintes áreas:

- I - moradia estudantil;
- II - alimentação;
- III - transporte;
- IV - atenção à saúde;
- V - inclusão digital;
- VI - cultura;
- VII - esporte;
- VIII - creche;
- IX - apoio pedagógico; e
- X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (Decreto nº7.234, 2010).

Sendo assim, as políticas educacionais de assistência estudantil permeiam em várias áreas, integrando ações que promovam tanto o acesso às ferramentas pedagógicas necessárias para as formações profissionais diversas, o acompanhamento efetivo às necessidades educacionais especiais, as condições ideais de saúde, quanto os auxílios essenciais para a continuidade do aluno na escola: alimentação, transporte, recursos financeiros e moradia.

Através do ofício circular nº 42, de 03 de maio de 2011, emitido pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC, vinculada ao MEC, o Secretário Eliezer Pacheco trouxe orientações acerca da implementação do PNAES nos Institutos Federais, apontando em seu item 2 que:

As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras de alunos ... (Ofício Circular 42, 2011).

Outrossim, ele informou que os recursos para custeio dessas ações seriam ampliados e alocados aos orçamentos das instituições, com base no número de alunos matriculados. Ainda conforme o ofício circular, recomendou-se que os dirigentes dos Institutos Federais elaborassem regulamentação específica para a assistência estudantil, aprovando-as pelos Conselhos Superiores, abrangendo discussões nos setores da assistência social, pedagogia e psicologia, no intuito de definir

critérios claros para o acesso preferencial dos estudantes de origem popular. O PNAES, ainda sendo um programa a nível nacional, atribui autonomia às instituições na aplicação dos recursos, ficando assim a destinação mais adequada às demandas específicas de cada região, contribuindo para melhor eficácia do alcance do objetivo do programa.

**Capítulo III - O IFRN E SUA TRAJETÓRIA CONTRIBUTIVA PARA A  
DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO**

---

### **3 O IFRN E SUA TRAJETÓRIA CONTRIBUTIVA PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO**

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN, de acordo com seu Estatuto, constitui-se numa autarquia vinculada ao Ministério da Educação, de função educacional. Os serviços educacionais prestados acontecem desde a formação profissional de nível médio e superior (integrados, subsequentes, licenciaturas, cursos de tecnologia e pós-graduação) até a formação inicial e continuada de trabalhadores. O IFRN busca o desenvolvimento da formação dos indivíduos de forma integral, almejando a modificação de suas realidades com foco na igualdade e justiça social (IFRN, 2009).

O percurso histórico da instituição iniciou-se no ano de 1909, conforme IFRN (2019), quando o presidente do Brasil à época, Nilo Peçanha, criou 19 Escolas de Aprendizes Artífices, sendo uma delas situada na Cidade do Natal, instalada em janeiro de 1910, oferecendo curso primário de desenho e oficinas de trabalhos manuais.

Em 1937, a denominação foi alterada para Liceu Industrial de Natal, através de uma reforma instituída por lei do Ministério da Educação e Saúde. Em 1942 recebeu a denominação de Escola Industrial de Natal. Vinte anos após essa mudança passou a oferecer cursos técnicos de nível médio, transformando-se em 1965 na Escola Industrial Federal.

Em 1967 é inaugurada a nova sede, na Avenida Senador Salgado Filho, no bairro do Tirol, na cidade de Natal, no Rio Grande do Norte onde atualmente se localiza o Campus Natal-Central do IFRN, recebendo no ano posterior a nomenclatura de Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN). Com o passar do tempo, a ETFRN passou a concentrar-se no ensino profissionalizante de 2º grau, o que corresponderia em Portugal ao nível de ensino secundário.

Em 1999, a instituição transforma-se em Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET, com desafios de abranger a oferta de educação profissional nos níveis básico, técnico e tecnológico, além do ensino médio. Iniciou a atuação no ensino superior com a oferta de cursos de graduação tecnológica, passando em seguida a oferecer também licenciaturas, cursos de formação de professores, educação profissional vinculada ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos e no ensino a distância.

A ampliação da rede federal de ensino teve início em 1994 com a inauguração da Unidade de Ensino Descentralizada de Mossoró (RN). Em 2006, novamente sua atuação é ampliada no estado do Rio Grande do Norte, inaugurando as Unidades de Ensino da Zona Norte de Natal, de Ipanguaçu e de Currais Novos.

Em 2009, entra em ação a segunda etapa do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, promovido pelo Ministério da Educação. São inaugurados mais seis *campi* em cidades do Rio Grande do Norte, agora Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: Apodi, Pau dos Ferros, Macau, João Câmara, Santa Cruz e Caicó. Durante essa fase ainda são construídos e inaugurados os *campi* de Natal-Cidade Alta, Nova Cruz, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante e Educação à Distância (atual Natal-Zona Leste).

Na terceira fase, que iniciou a partir de 2013, o estado beneficia-se com mais cinco *campi* nas cidades de Ceará-Mirim, Canguaretama, São Paulo do Potengi, Lajes e Parelhas.

No final de julho de 2022, o Centro de Referência em Tecnologia Mineral do IFRN (CT Mineral/IFRN) foi selecionado, através da Chamada Pública nº 1/2022 da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii), como Polo de Inovação em Tecnologias em Mineração do Brasil na área de Tecnologias em Mineração. A história do CT Mineral – agora unidade autônoma equiparada ao *status* de campus –, contudo, começa bem antes, em 2007. À época, o professor José Yvan Pereira Leite (*in memoriam*) integrava o Conselho da Fundação de Apoio à Pesquisa do RN (Fapern) como representação do IFRN. Quando a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), empresa pública brasileira de fomento à ciência, tecnologia e inovação vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação, lançou edital naquele ano para que fundações de apoio à pesquisa fizessem a submissão de projetos, surgiu a oportunidade de se desenvolver inovação na área mineral no RN. Após idas e vindas envolvendo instituições parceiras (o Governo do Rio Grande do Norte Universidade Federal do RN, a Federal do Semiárido e Estadual do RN), a inauguração aconteceu em 2019.

A proposta aprovada em 2022 e efetivada no início de 2023 foi fruto de uma ação coordenada pelas Pró-Reitorias de Pesquisa e Inovação e de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (Prodes/IFRN), contando com a participação de servidores e colaboradores do CT Mineral.

Com o credenciamento, o CT Mineral passa a ser uma Unidade Embrapii vinculada administrativamente à Reitoria do Instituto. As Unidades Embrapii selecionadas ficam credenciadas para receber recursos financeiros e prospectar e executar projetos do Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação (PD&I) em parceria com empresas industriais da área.

Na atualidade, ainda conforme IFRN (2023), o Instituto Federal do RN atende em todo o estado em torno de 35 mil alunos através dos seus 230 cursos em diversas áreas, de níveis médio e superior, presenciais e a distância. Além dos cursos regulares, são ofertados para a comunidade

cursos que abrangem formação inicial e continuada, técnicos integrados, subsequentes, pró-funcionários, superiores e de pós-graduação (IFRN, 2023).

O IFRN atua democratizando o acesso à educação, através de seus 22 *campi*, priorizando há mais de 25 anos a política de reserva de vagas para alunos advindos de escolas públicas e, posteriormente, com a publicação em 2012 da lei de cotas, agregando os critérios raciais e financeiros (IFRN, 2023).

### **3.1 Regulamentos de Assistência Estudantil no IFRN**

A assistência estudantil no IFRN tem seu plano de assistência próprio, denominado de “Plano de Assistência Estudantil do IFRN – PAE IFRN”. Este foi elaborado pela Diretoria de Gestão de Atividades Estudantis – DIGAE, tendo sua aprovação através da Resolução N° 23/2010 - CONSUP. Seus embasamentos estão nos seguintes pressupostos legais: na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/1996) e no Plano Nacional de Assistência Estudantil das Instituições Federais de Ensino Superior.

No Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), as ações de Assistência Estudantil são implementadas pela Diretoria de Gestão de Atividades Estudantis (DIGAE), cabendo às Coordenações de Atividades Estudantis (COAES) a sua execução em cada *campus*.

No ano de 2017, foram atualizados todos os regulamentos que tratam das políticas de assistência estudantil no IFRN. No total foram aprovadas pelo Conselho Superior do IFRN (CONSUP) 5 resoluções, cada uma equivalente a um programa. São eles: auxílio transporte, auxílio moradia, alimentação estudantil, auxílios eventuais e especializados, e apoio à formação estudantil.

#### *3.1.1 Programa de Apoio à Formação Estudantil*

O Programa de Apoio à Formação Estudantil proporciona apoio financeiro ao estudante em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, para viabilizar a manutenção de seus estudos, por meio do trabalho educativo. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, no trabalho educativo as exigências pedagógicas relacionadas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo. No âmbito do IFRN, esse tipo de trabalho é implantado através de bolsas de apoio à formação estudantil, por meio das quais o estudante selecionado, seja ele de curso técnico

ou superior, possa desenvolver atividades que complementem a sua formação profissional, social e humana, nos setores internos da Instituição (IFRN, 2023).

O Programa é regulamentado através de editais, no início de cada semestre, de seleção dos alunos disponíveis no site da instituição de ensino. Diversos critérios são usados para a seleção destes alunos, tais como os parâmetros para inserção dos estudantes, a carga horária, o desenvolvimento das atividades, os direitos e deveres do bolsista, entre outros (IFRN, 2023).

### *3.1.2 Programa de Auxílio Transporte*

O Programa de Auxílio Transporte consiste no repasse mensal de auxílio financeiro ao estudante, em relação a despesas de deslocamento para a Instituição e o seu retorno para casa, contribuindo para o desenvolvimento de suas atividades acadêmicas.

Este visa contribuir com a formação integral do estudante, com o devido acompanhamento de equipe formada por Assistente Social, Pedagogo, Psicólogo e profissionais da área de saúde. O valor do auxílio é definido por profissional do Serviço Social do Campus ou, em casos especiais, pela Diretoria de Gestão de Atividades Estudantis (IFRN, 2023).

### *3.1.3 Programa de Auxílio Moradia*

O Programa de Auxílio Moradia consiste no repasse mensal de suporte financeiro para utilização exclusiva nas despesas de aluguéis para moradia de estudantes procedentes de outras localidades e/ou que estejam distantes do município sede do campus, no qual se encontram matriculados (IFRN, 2023). A concessão desse auxílio se dará pela dificuldade de traslado diário do aluno, em decorrência da inexistência, inviabilidade ou precariedade da oferta de transporte no trajeto residência-campus-residência.

O valor máximo do auxílio terá como base de cálculo o salário-mínimo vigente, podendo chegar a 50% desse valor e variar de estudante para estudante, de acordo com análise socioeconômica.

### *3.1.4 Programa de Alimentação Estudantil*

O Programa de Alimentação Estudantil consiste no fornecimento de refeição diária aos estudantes, durante o período letivo, através de uma ação conjunta entre a Coordenação ou Diretoria de Atividades Estudantis, o Serviço Social, a Nutrição e o fiscal de contrato de cada campus (IFRN, 2023).

Entre as finalidades, está a garantia de permanência do aluno no contraturno, a fim de que possa participar de ações e atividades artísticas, culturais, desportivas e político-estudantis.

Também é destinada a estudantes envolvidos em projetos e eventos realizados pelos *campi*, tais como exposições científicas, tecnológicas e culturais, semanas artísticas, desportivas e culturais e semanas de ciência, tecnologia e extensão, desde que previamente solicitado.

### *3.1.5 Programa de Auxílios Eventuais e Especializados*

Os auxílios eventuais (inesperados, de caráter temporário) e especializados consistem no atendimento de diferentes demandas apresentadas pelos estudantes, identificadas pela equipe de profissionais da assistência estudantil ou demais servidores, as quais estejam interferindo no desempenho acadêmico e frequência do estudante, tais como: aquisições de materiais escolares e fardamentos, cópias e impressões, medicamentos, óculos de grau, exames e consultas médicas e procedimentos médico-odontológicos especializados.

Esses auxílios têm a finalidade de possibilitar igualdade de oportunidades em relação ao exercício das atividades acadêmicas entre os estudantes (IFRN, 2023). Todos esses programas têm o intuito comum de garantir que os alunos desfavorecidos socioeconomicamente possam permanecer no seu percurso escolar.

## **3.2 Regulamento do Programa de Apoio à Formação Estudantil do IFRN**

O Programa de Apoio à Formação Estudantil, política de educação objeto do nosso estudo, teve seu regulamento aprovado através da Resolução nº 34 do CONSUP/IFRN, em 31 de julho de 2017.

O regulamento estruturou todo o programa, abordando a definição, finalidade, parâmetros de inserção, carga horária, desenvolvimento das atividades, renovação, vigência e permanência no programa e direitos e deveres dos bolsistas.

O público-alvo do programa são estudantes regularmente matriculados nos cursos médio, técnicos (integrado e subsequente) e superiores do IFRN. Para os programas desenvolvidos e acompanhados pelo Serviço Social, são adotados alguns critérios de elegibilidade, tendo como critério principal o estudante se encontrar em situação de vulnerabilidade social.

Nesse sentido, há prioridade no atendimento os estudantes pertencentes a grupos sociais específicos, quais sejam: oriundos de escola pública, famílias de baixa renda, principalmente as integrantes dos programas sociais do governo federal, pessoas com deficiência ou com necessidades educacionais especiais, etc. Outro aspecto considerado na seleção dos participantes dos programas de assistência estudantil implementados pelo Serviço Social é a garantia de elevação da escolaridade, para tanto se elege a seguinte ordem de prioridade: alunos do PROEJA, ensino médio integrado regular, subsequente e superior (IFRN, 2010).

A categoria vulnerabilidade social é central na discussão da política de Assistência Estudantil, assim como na Assistência Social, quanto ao seu acesso, visto que é para “quem dela necessitar” (BRASIL, 1988). A Política Nacional de Assistência Social – PNAS, ao se referir à vulnerabilidade social, diz que esta é decorrente “da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras)” (BRASIL, 2005, p.33).

Aos estudantes é concebido um apoio financeiro correspondendo, em 2017, a quantia de R\$ 300,00 (trezentos reais) que se encontram em fragilidade ou insegurança social, no intuito de mantê-los na escola, desenvolvendo seus estudos de maneira satisfatória, através de um trabalho educativo durante seu horário livre.

Anualmente é publicado edital para seleção/renovação no programa. Para ser um candidato a bolsista dessa ação, deve-se ser aluno matriculado de um curso técnico de nível médio ou superior, com frequência regular no IFRN. Conforme a resolução nº 34, o setor correspondente de Assistência Social de cada *campus* seleciona os bolsistas, tendo como referência os seguintes critérios:

- I – Situação de vulnerabilidade e/ou risco social;
- II – Não possuir vínculo empregatício ou outra atividade remunerada;

- III – Matrícula regular e, preferencialmente, frequência mínima de 75% nos cursos presenciais da Instituição, sendo esses cursos técnicos de Nível Médio Integrado e Subsequente, Educação de Jovens e Adultos/EJA e Graduação;
- IV – Preferencialmente, apresentar desempenho acadêmico favorável;
- V – Preferencialmente, não ser estudante do primeiro ano ou primeiro semestre em um dos cursos técnicos de nível médio – integrado, integrado EJA ou subsequente – ou graduações do IFRN, na forma presencial;
- VI – Preferencialmente, não possuir matrícula em outra instituição de ensino;
- VII – Não estar recebendo bolsa ou auxílio financeiro de qualquer outra natureza;
- VIII – Não se encontrar apenas em cumprimento de estágio curricular, trabalho de conclusão de curso e/ou atividade complementar;
- IX – Possuir disponibilidade de um turno para o desenvolvimento das atividades do Programa e compatibilidade entre as atividades acadêmicas; e
- X – Estar inscrito no processo de seleção regido pelo Edital do Programa de Assistência Estudantil (CONSUP/IFRN, 2017).

Da primeira à terceira seção, presentes no artigo 3º, existe um certo reconhecimento da autonomia da/o profissional do Serviço Social, quanto a inserção de estudantes em dependência e reprovação, sendo que este aluno deve ser acompanhado pelo Serviço Social do *campus* ou, em casos especiais, pelo Serviço Social da DIGAE, e, também, pela equipe técnica-pedagógica.

Um segundo reconhecimento, é a efetuação de cadastro e análise fora do prazo de edital, e um terceiro, é com relação ao acúmulo de bolsas, que pelo parâmetro VII é vetado, porém, mediante análise do Serviço Social, a depender da situação socioeconômica do aluno, pode lhe ser dado parecer favorável à concessão da bolsa.

O artigo 4º trata da carga horária do bolsista, um total de três horas diárias, cinco dias por semana, contabilizado quinze horas semanais. As atividades devem ser desenvolvidas no contraturno, para que o discente não seja prejudicado em seu curso e não prejudique seu rendimento acadêmico, o horário não deve ultrapassar das 21:30 horas.

Do artigo 5º ao 10º, é tratado do desenvolvimento das atividades. Os bolsistas desenvolverão as atividades em setores administrativos, para os quais foram selecionados, ficando sob a supervisão do servidor responsável pelo setor. É dever do servidor, antes de receber o bolsista, preencher um termo de ciência do regulamento e normas do funcionamento do programa.

O estudante selecionado, além de receber o suporte financeiro e a oportunidade de desempenhar atividades importantes para sua formação para o mercado de trabalho, será acompanhado por equipe multidisciplinar (assistente social, pedagogo, psicólogo e profissionais da área de saúde) que terá a atribuição de colaborar com o desenvolvimento pleno do estudante.

Para o pesquisador e professor inglês dos temas que envolvem as políticas educacionais, Stephen J. Ball (2011), a maior dificuldade dos analistas hoje estão no fato de não as conhecerem

conceitualmente, uma vez que a ideia de política não pode refletir algo estático ou linear. Partindo dessa premissa, Ball, Maguirre e Braun (2016) identificam que estabeleceu-se o estudo das políticas unicamente pelo viés normativo, desconsiderando os processos, a implementação e todas as suas implicações. Além disso, é preciso entender que a análise não elege apenas o Estado como interlocutor delas, mas que existem muitos atores sociais nesse processo.

Esses tantos atores sociais têm um papel ativo no processo, seja como interpretadores ou tradutores da política. Detalhando esses termos, temos: “A interpretação (como) uma decodificação da política, um processo de explicação, esclarecimento e criação de uma agenda institucional”. [...] “Já a tradução é um processo interativo de fazer textos institucionais e colocar esses textos em ação, literalmente ‘atuar’ na política” (Ball, Maguirre & Braun, 2016, p. 69).

O interesse de Ball (2011) é ver como as políticas acontecem na prática, como elas são “encarnadas”. Longe de passarem por uma mera implementação, as políticas são vividas pelos sujeitos. Um exemplo disso encontraremos com o resultado desta pesquisa de campo, na qual estamos a analisar o impacto de políticas de assistência estudantil na vida de alunos do IFRN. Essa é a real prática, a real aplicabilidade de uma política, ver como ela tem relação de causa e efeito em quem desenvolve, implementa e é beneficiado por ela. A prática política não pode ser pensada fora dos contextos educacionais.

## **Capítulo IV - ABANDONO ESCOLAR**

---

#### **4 ABANDONO ESCOLAR**

Os Institutos Federais foram criados conforme art. 5º da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, em todos os Estados brasileiros, cuja finalidade e característica é de ofertar educação profissional e tecnológica em todos os seus níveis e modalidades, como processo educativo e investigativo, promovendo integração e verticalização da educação básica à educação profissional e superior (Brasil, 2008, art. 6). Deste modo, a sua maior característica é fomentar o desenvolvimento socioeconômico local e regional contribuindo com a redução das desigualdades sociais e regionais. Todavia, para que os Institutos Federais possam contribuir é necessário que estreitem relações com os territórios que estão situados.

Estudantes que iniciam mas não concluem seus cursos, se fazem presentes na realidade educacional brasileira da educação básica até o ensino superior, evidenciando elevados índices no ensino médio e na educação profissional. Assim, os Institutos Federais de Educação não apresentam uma realidade diferente do que está no cenário nacional (Coelho, 2014; Silva, Pelissari & Steimbac, 2013).

Um levantamento recente realizado por Gallindo (2018), referente ao abandono e permanência na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, demonstram que num total de 1.184.753 ingressantes de 2009 a 2018 em cursos técnicos de nível médio (modalidade presencial) na Rede, 36,73% (435.160 matrículas) deixaram de frequentar os cursos. Esses dados demonstram a necessidade de discutir sobre abandono e permanência escolar e compreender seus fatores. De acordo com uma pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas, descrita na matéria *FGV: 40% dos jovens deixam escola por desinteresse (2009)*, acerca dos motivos do abandono escolar, demonstrou-se que 40% dos jovens de 15 a 17 anos não dão continuidade ao ensino por julgá-lo desinteressante. Outra causa do abandono escolar apontada foi a necessidade de trabalhar, considerada a segunda causa responsável por 27% de afastamento dos postos escolares e a dificuldade de acesso escolar, com uma percentagem de aproximadamente 11%.

De acordo com Fritsch (2017) o abandono escolar “é um fenômeno complexo, resultado de múltiplas causas vinculadas a fatores e variáveis objetivas e subjetivas que precisam ser compreendidas no contexto socioeconômico, político e cultural, no sistema educacional e nas instituições de ensino” (p. 84).

O abandono escolar e seu alto índice apontam futuros problemas à sociedade, visto que com baixa escolaridade não será capaz de atender as necessidades impostas pelo mercado de trabalho,

gerando uma mão de obra sem qualificação para o mercado, baixos salários e falta de qualquer perspectiva de mudança social.

Pesquisas sobre abandono escolar realizadas por Dore, Sales e Castro (2014) com estudantes que terminaram e que não terminaram cursos técnicos subsequentes, integrados e concomitantes de 37 escolas da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Minas Gerais, apontaram como principal motivo do abandono a dificuldade de conciliar trabalho e escola, seguido pelo desinteresse pelo curso ou profissão, mudança para curso superior e problemas no processo ensino-aprendizagem.

O Instituto Federal busca assegurar o acesso do estudante com baixo poder aquisitivo, baixo grau de escolaridade e de pessoas com necessidades especiais por meio dos programas PNEE's (Programa Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva) e PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos).

Frigotto (2018) ao realizar um balanço da expansão dos Institutos Federais (IFs Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos) destaca como ponto positivo a expansão e interiorização, pois através dela houve a “inclusão de milhares de jovens nessas instituições”, ressaltando o acesso e inclusão “de quilombolas, índios e alunos provenientes de extratos populares que jamais teriam ingressado num ensino médio de qualidade e possibilidade de ensino superior sem a criação, expansão e interiorização dos IFs” (p. 148).

O programa de inclusão social nos IF objetiva disponibilizar serviços e benefícios para viabilizar a permanência do educando na instituição e oportunizar melhores condições de rendimento escolar dos alunos.

Diante dos fatos supracitados, compreende-se que o abandono escolar é um fenômeno complexo, multifacetado, que envolve questões econômicas, políticas, culturais e sociais relacionadas dialeticamente entre si.

#### **4.1 Lei de Cotas**

Em 2004, foi criado o Projeto de Lei 3.627 prevendo a reserva de vagas para alunos negros e índios de escola pública. Já em 2008, foi aprovado o Projeto de Lei 3.913 reservando 50% das vagas para estudantes por meio do critério único social aos que cursaram o ensino médio em escola pública (Araújo, 2011).

Em relação aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET) a regulamentação da reserva de vagas está prevista nos artigos 4º e 5º da Lei 12.711/2012, a saber:

Art. 4º As instituições federais de ensino técnico de nível médio reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso em cada curso, por turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que cursaram integralmente o ensino fundamental em escolas públicas. (BRASIL, 2012). Art. 5º Em cada instituição federal de ensino técnico de nível médio, as vagas de que tratam art. 4º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do IBGE. (Redação dada pela Lei nº 13.409, de 2016) (BRASIL, 2012).

A Lei de Cotas é considerada uma importante estratégia para reduzir a estratificação social no acesso à educação nas instituições federais, pois reserva uma quantidade de vagas a indivíduos que estudaram em escolas públicas, aos indígenas, aos afrodescendentes e àqueles avaliados pela renda familiar (Santos & Escobar, 2021). Esta lei pode ser considerada como uma importante estratégia para reduzir a estratificação social no acesso à educação (Senkevics, Machado & Oliveira, 2016).

No boletim informativo da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) consta,

Na análise por cor ou raça, chama-se atenção para a magnitude da diferença entre pessoas brancas e pretas ou pardas. Em 2019, 3,6% das pessoas de 15 anos ou mais de cor branca eram analfabetas, percentual que se eleva para 8,9% entre pessoas de cor preta ou parda (diferença de 5,3 p.p.). No grupo etário de 60 anos ou mais, a taxa de analfabetismo das pessoas de cor branca alcançou 9,5% e, entre as pessoas pretas ou pardas, chegou a 27,1%. Comparando-se os dados de 2019 com 2016, nota-se uma queda de 2,1 p.p. para pessoas de cor branca e de 3,6 p.p. para pretas e pardas. (Santos & Escobar, 2021, p. 2).

Infere-se dos dados acima apresentados que a grande maioria da população analfabeta do país é composta por pessoas da cor preta ou parda, ou seja, pessoas que não tiveram nenhum acesso à educação, denotando a diferença abissal na concretização do direito à educação.

O Brasil tem realizado constantemente implantação de sistemas de cotas o que traz tanto adeptos como críticos. A primeira instituição de ensino federal a propor mecanismos de modificação do grave contexto de exclusão racial no Brasil foi a Universidade de Brasília (UNB), que através do Plano de Metas para Integração Social, Étnica e Racial aprovado no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe), no dia 6 de junho de 2003 estabeleceu que 20% das vagas do vestibular seriam destinadas a candidatos negros, além de prever a disponibilização de vagas para indígenas de acordo com demanda

específica. A medida entrou em vigência no ano seguinte, com a publicação do edital N.º 2/2004 – 1.º vestibular 2005, publicado em 6 de setembro de 2004 (Santos & Escobar, 2021).

Segundo Maio e Santos (2001) a lei das cotas dá o privilégio a uma determinada raça, contudo não corrige as injustiças históricas por acender uma disputa científica-política voltada para a psicologia racial, pois o negro é uma raça, porém o branco, o pardo, o índio também são e se uma raça tem privilégios, as demais também devem ter.

#### *4.1.1 Histórico da finalidade social da política de cotas*

É no artigo 3º da Constituição Federal brasileira que repousa o maior número de discussões relacionadas ao sistema de cotas raciais nas universidades do país, visto que em seu bojo traz questões relacionadas à igualdade social, destacando a não distinção entre os brasileiros, seja por raça, cor, sexo, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

O que ocorre é que no Brasil o sistema de cotas é visto como um fator relacionado à finalidade social, como uma ação afirmativa. As ações afirmativas tiveram origem na Índia, de acordo com Menezes (2001) seu surgimento ocorreu com vistas a dar maior possibilidade às castas inferiores na política do país, que, até então, era ocupada somente por aqueles pertencentes a castas superiores. Assim, verifica-se o surgimento das ações afirmativas para levar a um determinado grupo a mesma possibilidade que outros grupos possuíam.

Apesar de seu surgimento ter sido na Índia, Moehlecke (2002) destaca que o uso do termo foi feito pela primeira vez nos Estados Unidos, que até hoje se constitui como uma importante referência no assunto, surgindo em um cenário onde as leis segregacionistas começaram a ser eliminadas e começaram a surgir leis anti-segregacionistas, exigindo uma postura ativa do Estado para garantir a melhoria das condições da população negra. Assim, as ações afirmativas consistem em um fator voltado para a finalidade social, dando a grupos que foram por muito tempo excluídos da sociedade a oportunidade de chegar onde os demais grupos conseguiram, como uma forma de amenizar o que passaram ao longo dos anos.

Vale destacar que as ações afirmativas não são recentes no Brasil, podendo ser vistas no âmbito interno desde meados da década de 1930, configurando-se, de acordo com Moehlecke (2002), como um fator carregado de sentidos, podendo-se apresentar como ações voluntárias, de caráter obrigatório, ou uma estratégia mista; programas governamentais ou privados; leis e orientações a partir de decisões jurídicas ou agências de fomento e regulação.

Silva (2000) elucida que a primeira vez que o Brasil foi palco de ações afirmativas foi durante o governo de Getúlio Vargas, com o advento da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que trouxe benefícios legais para as mulheres, ou seja, deu a um grupo que foi por tempos discriminado no mercado de trabalho a oportunidade de se igualar aos homens, dando-lhes proteção do Ordenamento Jurídico brasileiro.

O pronunciamento, no ano de 1995, do então Presidente do Brasil Fernando Henrique Cardoso, é tido como um exemplo de ação afirmativa. Este anunciou um programa de valorização da população negra, justificando ao dizer que o Brasil não era uma democracia racial. No governo desse mesmo Presidente surgiram programas com viés de ações afirmativas como o GTI (Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra), o GTDEDEO (Grupo de Trabalho para a Eliminação da Discriminação no Emprego e na Ocupação) e o lançamento do Programa Nacional de Direito Humanos (Silva, 2019).

Assim, verifica-se nas ações afirmativas, conforme menciona Moehlecke (2002), a necessidade de promoção da representação de grupos inferiorizados na sociedade, dando-lhes uma preferência com o intuito de lhes assegurar o acesso a determinados bens, sejam eles econômicos ou não.

No âmbito da educação brasileira verifica-se a existência de movimentos sociais reivindicando o acesso dos negros à educação, que foram intensificados no decorrer da década de 1930 até à de 1970. Até que na década de 1980 surgiram os cursos preparatórios para o vestibular, estes visavam capacitar os negros para aumentar sua chance de acesso ao ensino superior, sendo possível perceber ações afirmativas no âmbito de instituições de ensino superior, que se intensificaram no final da década de 1990, consolidando-se apenas nos anos de 2001 a 2004.

Assim, apesar de ser visto no decorrer dos anos no país, é possível dizer que foi um processo lento e gradual, que ainda é palco de inúmeras discussões. Sobre as configurações das ações afirmativas no decorrer do tempo, Gomes (2001):

Inicialmente, as ações afirmativas se definiam como um mero “encorajamento” por parte do Estado a que as pessoas com poder decisório nas áreas pública e privada levassem em consideração, nas suas decisões relativas a temas sensíveis como o acesso à educação e ao mercado de trabalho, fatores até então tidos como formalmente irrelevantes pela grande maioria dos responsáveis políticos e empresariais, quais sejam, a raça, a cor, o sexo, e a origem nacional das pessoas. ... Atualmente, as ações afirmativas podem ser definidas como um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero e de origem nacional, bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego (p. 39).

Na opinião de Moraes (2009, p. 64):

o que se veda são as diferenciações arbitrárias, as discriminações absurdas, pois, o tratamento desigual dos casos desiguais, na medida em que se desigualam, é exigência tradicional do próprio conceito de Justiça, pois o que realmente protege são certas finalidades, somente se tendo por lesado o princípio constitucional quando o elemento discriminador não se encontra a serviço de uma finalidade acolhida pelo direito... A igualdade se configura como uma eficácia transcendente de modo que toda situação de desigualdade persistente à entrada em vigor da norma constitucional deve ser considerada não recepcionada, se não demonstrar compatibilidade com os valores que a constituição, como norma suprema, proclama.

Nesse contexto, por mais que se tenha a impressão de que as cotas raciais vão de encontro com a igualdade entre os cidadãos brasileiros disposto na Constituição Federal, ela visa, na verdade, garantir a possibilidade que os grupos discriminados possam ter o mesmo acesso que os grupos majoritários do país. Sobre o assunto, Pereira (2012) elucida:

Note-se que a própria Constituição Federal de 1988, em seu artigo 3º, reconhece a existência de desigualdades sociais e inclui, dentre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, a redução das mesmas, constituindo, assim, as políticas públicas tendentes a minimizar essas diferenças uma verdadeira concretização do mandamento constitucional referido (p. 1).

Dessa forma, é possível interpretar o artigo 3º da Constituição Federal inferindo dois objetivos: de um lado a igualdade formal, concedendo a todas as pessoas a igualdade de direitos e deveres e, de outro, garantir que todos tenham o mesmo acesso às políticas públicas do país.

Considerando que as ações afirmativas visam proporcionar condições de acesso a grupos excluídos no decorrer da história dentro da sociedade é possível dizer que elas possuem a finalidade social de incluir esses grupos.

Para Pereira (2012) a introdução das ações afirmativas na educação superior no Brasil veio para mudar a realidade do país em relação à desigualdade e discriminação racial. Na opinião de Piosevan (2005, p. 190):

As ações afirmativas constituem medidas especiais e temporárias que, buscando remediar um passado discriminatório, objetivam acelerar o processo de igualdade, com o alcance da igualdade substantiva por parte de grupos socialmente vulneráveis, como as minorias étnicas e raciais, dentre outros grupos.

Assim, tem-se a finalidade de incluir grupos minoritários como negros e índios, que foram discriminados no decorrer da história da sociedade. Nesse contexto, tem-se nas ações afirmativas questões voltadas não somente para uma reparação histórica, mas também para a inclusão social.

De acordo com Santos e Escobar (2021) houve um aumento do número de vagas para cotas, e nas redes federais de ensino tecnológico essas vagas mais que dobraram de quantidade, demonstrando a importância dessa política afirmativa para superação da exclusão social.

Contudo, entende-se que para a superação da desigualdade devam ser implementadas medidas para além do ingresso, ações ligadas à cidadania através de uma educação emancipadora, atrelada à construção de uma nova sociedade fundada na igualdade política, econômica e social: vinculando a escola ao mundo do trabalho numa perspectiva radicalmente democrática e de justiça social (Pacheco, 2007).

#### *4.1.2 Ações afirmativas e a discriminação positiva no direito à Educação*

Os princípios constitucionais são aqueles que asseguram os valores fundamentais da ordem jurídica, e estão dispostos ao longo do texto da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Segundo Espindola (2002, p. 50) “os princípios constitucionais são princípios que aspiram sua força teórica e normativa no Direito enquanto ciência e ordem jurídica”. Os princípios são preceitos que se firmam para servir de norma a toda espécie jurídica, gerando uma conduta a ser apresentada. Canotilho (2002) sobre a concorrência de direitos fundamentais, menciona que:

... ela pode se manifestar sob duas formas: a) cruzamento de direitos fundamentais, que acontece quando o mesmo comportamento de um titular é incluído no âmbito de proteção de vários direitos, liberdades e garantias e; b) acumulação de direitos, hipótese que um determinado bem jurídico, leva à acumulação, na mesma pessoa, de vários direitos fundamentais (p. 184).

Assim, na concorrência de direitos fundamentais não há uma oposição entre os direitos para atender a determinado caso, mas sim vários direitos que cabem a um mesmo caso, concorrendo entre si para a aceitação da conduta ou comportamento de um titular.

Outra característica no âmbito dos direitos fundamentais, é que a concorrência significa que os direitos fundamentais podem ser exercidos acumulando-se. Ou seja, o titular preenche os pressupostos de inúmeros desses direitos simultaneamente.

Buscando promover a igualdade material, a Constituição de 1988 definiu um capítulo específico sobre os direitos sociais, dispondo em seu artigo 6º que: “são direitos sociais a educação, a

saúde, o trabalho, a moradia<sup>1</sup>, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados na forma desta Constituição”. Assim, os direitos sociais constituem direitos fundamentais e a Constituição de 1988 assumiu, na sua essência, essa posição, considerando-os como valores de uma sociedade.

No plano do direito positivo, o reconhecimento da importância dos direitos de segunda dimensão já se encontrava na Constituição Francesa de 1791. Previa, por meio de uma instituição, cuidados às crianças abandonadas, alívio aos pobres doentes e dar trabalho para os pobres inválidos que não o encontrassem.

Os direitos sociais constituem os direitos fundamentais que, para serem cumpridos, necessitam da intervenção do Estado, configurando-se, assim, como verdadeiros direitos positivos a serem garantidos a cada cidadão. Acerca dos direitos sociais Moraes (2009) destaca que:

Direitos sociais são direitos fundamentais do homem, caracterizando-se como verdadeiras liberdades positivas, de observância obrigatória em um Estado Social de Direito, tendo por finalidade a melhoria de condições de vida aos hipossuficientes, visando à concretização da igualdade social, e são consagrados como fundamentos do Estado democrático, pelo art. 1º, IV, da Constituição Federal (p. 203).

A criação de políticas inclusivas não surge naturalmente, elas são frutos de pressões e lutas oriundas da população. Para Lima (2010, p. 156) “as políticas de ações afirmativas têm sido entendidas como meio de beneficiar grupos socialmente desfavorecidos e ou discriminados na consecução de recursos em distintos setores sociais”. Essas políticas podem ser consideradas um conjunto de orientações governamentais que visam dar uma maior diversidade e reconhecimento a minorias e grupos discriminados, a fim de buscar igualdade de oportunidades e confrontar estruturas das desigualdades considerando os grupos mais vulneráveis à discriminação.

Segundo Gomes, Silva e Brito (2021) a implementação das ações afirmativas de promoção da igualdade racial ressignificou a luta pelo direito à educação no país. A entrada de indivíduos pertencentes a coletivos diversos e historicamente tratados como desiguais no ensino superior público e, principalmente, nas universidades públicas federais, a presença de pessoas negras nos concursos públicos da administração federal por meio da implementação das cotas raciais em decorrência da Lei 12.990/14, as várias iniciativas de ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas da Educação Básica, bem como os direitos garantidos no Estatuto da Igualdade Racial, têm feito emergir diversos conhecimentos e experiências produzidos pelos sujeitos negros nas suas vivências

---

<sup>1</sup> A Emenda Constitucional 26, de 14/02/2000, incluiu o direito a moradia no rol dos direitos sociais.

comunitárias, políticas, sociais, culturais, artísticas, nas suas histórias ancestrais, na sua sobrevivência frente a tantas desigualdades e violências.

## **Capítulo V – OPÇÕES METODOLÓGICAS**

---

## 5 OPÇÕES METODOLÓGICAS

A pesquisa foi realizada no âmbito da Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN. O Programa de Apoio à Formação Estudantil é uma das ações ofertadas pelo IFRN e tem por base proporcionar ao estudante em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, apoio financeiro para manutenção dos seus estudos, através do trabalho educativo. Esse tipo de trabalho é implantado através de bolsas de apoio à formação estudantil, onde o estudante selecionado, seja ele de curso técnico ou superior, desenvolve atividades que complementem sua formação profissional, social e humana, nos setores internos da Instituição.

O estudo desenvolvido verificou as consequências efetivas dessa política educativa, no âmbito da Reitoria, que proporcionam ao estudante em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, apoio financeiro para manutenção dos seus estudos, através do trabalho educativo. Para isso, foram objeto do estudo os estudantes bolsistas, em atividade no programa no ano de 2019 (julho/agosto), e ex-bolsistas da Reitoria do IFRN, além da assistente social que é coordenadora sistêmica da política no âmbito institucional.

Utilizou-se uma abordagem qualitativa, por entendermos que essa possibilita maior interação dos pesquisados com a pesquisadora. Nessa perspectiva, Minayo, Deslandes e Gomes (2010, p. 57): “... argumenta que o método qualitativo, além de permitir desvelar processos sociais ainda poucos conhecidos referentes a grupos particulares, propicia a construção de novas abordagens, revisão e criação de novos conceitos e categorias durante a investigação”.

O enfoque qualitativo proporciona uma compreensão aprofundada dos fenômenos, além do caráter interpretativo. Quanto aos objetivos, a pesquisa é descritiva, cujo compromisso é buscar respostas com base em conhecimento científico. Segundo Gil (1994, p. 42): “... a pesquisa de caráter descritivo possui como objetivo a descrição das características de uma população, fenômeno ou de uma experiência”, tendo como objetivo “descobrir respostas para problemas mediante o emprego de conhecimento científico”.

A pesquisa assumiu a forma de levantamento, estabelecendo relações de dependência entre variáveis, possibilitando os resultados, como também mostrando as opiniões dos sujeitos inquiridos. Foi realizada uma pesquisa de campo no IFRN - *campus* de Natal/RN, particularmente com os alunos beneficiados com bolsas de assistência estudantil na Reitoria.

A pesquisa utilizou análise dos documentos institucionais, inquérito por questionário e entrevista semiestruturada. Optamos pela entrevista semiestruturada porque, conforme Gil (1994), essa deve acontecer com “pessoas que tiveram experiências com o problema pesquisado” (p. 39). Além disso, “... a entrevista semiestruturada que combina perguntas fechadas (ou estruturadas) e abertas, onde o entrevistado tem a possibilidade de discorrer o tema proposto, sem respostas ou condições prefixadas pelo pesquisador” (Minayo, 2010, p. 108).

Análise documental, para Ludke e André (1986), consiste em buscar informações em documentos a partir de questões de interesse, e já o questionário se apresenta como uma técnica onde, conforme Quivy e Campenhouldt (2005, p. 188):

Consiste em colocar a um conjunto de inquiridos, geralmente representativo de uma população, uma série de perguntas relativas à sua situação social, profissional ou familiar, às suas opiniões, à sua atitude em relação a opções ou a questões humanas e sociais, às suas expectativas, ao seu nível de conhecimentos ou de consciência de um acontecimento ou de um problema, ou ainda sobre qualquer outro ponto que interesse os investigadores.

A busca de informações para análise documental deu-se através do acesso ao Sistema Unificado de Administração Pública – SUAP, sistema interno do IFRN, que gera dados e indicadores institucionais e sobre os alunos, e do repasse de dados pela Diretoria de Gestão de Atividades Estudantis, setor que administra as atividades dos bolsistas. Foi solicitada autorização para a coleta de informações no IFRN, que foi devidamente concedida pelo reitor da instituição (Apêndice IV). Também foi emitida pela autora uma declaração de sigilo ético-científico no uso dos dados, ressaltando a manutenção do sigilo, anonimato dos participantes e o uso exclusivo dessas informações para a execução da pesquisa (Apêndices X, XI, XII e XIII).

A entrevista semiestruturada, de acordo com Triviños (1987, p. 146), “parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do participante”.

Foi realizado um inquérito por meio de questionário misto com 12 questões fechadas e 3 abertas, criado no aplicativo *Google Forms* - ferramenta *online* que pode ser acessada na *web*, através de computador ou celular, que facilita a criação da ferramenta de pesquisa e posterior análise dos resultados - além de entrevista semiestruturada com os bolsistas atuantes na Reitoria (Apêndice I).

Foi realizado um pré-teste com uma aluna bolsista do Programa de Apoio à Formação Estudantil do setor de Protocolo da Reitoria. A aluna respondeu as questões, não encontrou dificuldade em acessar o questionário, e, portanto, não fez sugestão de alteração. A partir daí, foram aplicados os demais questionários.

A coleta dos dados prosseguiu ocorrendo nos meses de julho e agosto de 2019, através do envio de e-mails com o *link* do questionário e o termo de consentimento livre e esclarecido a 22 bolsistas que estavam em atividade no momento da pesquisa na Reitoria. Todos eles foram inteirados do objetivo e importância do estudo.

Foram abordados no estudo alguns aspectos, como:

- a) Comparativo entre o percentual de evasão no universo de alunos do IFRN e o percentual de alunos evadidos que possuíam bolsas oriundas da Reitoria do IFRN;
- b) Perfil: sexo, idade, etnia, estado civil, quantidade de membros e renda mensal da família, formação anterior, tempo de bolsa, outros auxílios que recebe e modo de utilização do valor recebido da bolsa;
- c) Rendimento escolar: assiduidade, motivação, dedicação, notas e rendimento geral;
- d) Percepção: estímulo para estudar, auxílio financeiro, oportunidade de continuar os estudos, incentivo para notas melhores, diminuição de reprovação, manutenção da assiduidade e pontualidade e influência no tempo de estudo;
- e) Expectativas e sugestões: planos de futuro, sugestões de benefícios e opiniões para melhoria do Programa.

No estudo de caso também foram realizadas entrevistas orais com 3 ex-bolsistas e com a assistente social do IFRN responsável pela administração do programa e seleção dos bolsistas, ensejando-nos a interação com os sujeitos. O roteiro da entrevista está nos Apêndices II e III e a transcrição destas entrevistas nos Apêndices VI, VII, VIII e IX.

A partir das informações coletadas, o tratamento dos dados foi efetivado através das análises de conteúdo e estatística. Para Morgado (2018) a análise de conteúdo dá-se a partir de deduções e conclusões sobre a matéria documental analisada. Essa técnica de tratamento permite correlacionar a dimensão da fonte analisada e os motivos que indicaram suas peculiaridades, inferidos logicamente. Mas não só isso, para que a análise de conteúdo aconteça a partir das primícias metodológicas aplicamos os procedimentos sistemáticos, criando as inferências válidas sobre determinados

conteúdos verbais. Como orienta Sampaio e Lycarião (2021), buscando descrever, quantificar ou interpretar o fenômeno.

Laurence Bardin (2016) detalha a análise de conteúdo como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (p. 48).

Tomando por base, o norteamento dado por Bardin acerca dos procedimentos para realização da análise do conteúdo, observamos que essa análise fornece as informações que podem ir além daquilo objetivamente dito. O leitor crítico, segundo ele, seria capaz de, distanciando-se da sua leitura “aderente”, saber mais sobre esse texto, seguindo determinados procedimentos. O método da análise de conteúdo é composto pela Organização dessa análise, com pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos; Codificação, diferenciando unidades de registro e de contexto, e realização da análise quantitativa e/ou qualitativa; Categorização, com a definição das categorias de análise; Inferência, verificando a relação das variáveis; e por fim, o Tratamento informático. Considerando todas essas fases, o pesquisador escolherá a técnica que mais lhe convém no prisma das análises de conteúdo: a análise categorial, análise de avaliação, análise de enunciação, análise de expressão, análise das relações ou análise do discurso, ou quem sabe, mais de uma delas (Bardin, 2016).

No caso desta pesquisa, a escolha foi pela Análise Categorial, a primeira dentre as categorias técnicas apresentadas e a mais correntemente utilizada. Para Bardin (2016, p. 153), “funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias, segundo reagrupamento analógicos”.

**Capítulo VI – BOLSISTAS DO IFRN: PESQUISA EMPÍRICA**

---

## 6 BOLSISTAS DO IFRN: PESQUISA EMPÍRICA

Nesta secção serão analisados os resultados da pesquisa, separados pelas temáticas: comparativos de indicadores, perfil, rendimento escolar, percepção, e expectativas e sugestões dos bolsistas da Reitoria do IFRN.

### 6.1 Comparativos de indicadores de evasão: IFRN x alunos bolsistas

Apresentaremos nesta sessão os indicadores gerais de abandono escolar da instituição e os dos alunos que foram bolsistas no ano de 2018 na Reitoria do IFRN (ver Tabela 1).

**Tabela 1** – Situação atual dos alunos bolsistas de 2018.

<b>Alunos</b>	<b>Entrada</b>	<b>Saída</b>	<b>Tempo no Programa (meses)</b>	<b>Situação atual</b>
Aluno 1	21/08/2017	01/03/2018	6	Curso concluído
Aluno 2	15/02/2018	05/10/2018	7	Curso concluído
Aluno 3	28/03/2017	21/02/2018	10	Curso concluído
Aluno 4	07/04/2017	19/02/2018	10	Curso concluído
Aluno 5	01/02/2017	15/02/2018	12	Curso concluído
Aluno 6	23/03/2017	31/08/2018	17	Curso concluído
Aluno 7	01/03/2016	19/02/2018	23	Curso concluído
Aluno 8	01/06/2015	03/01/2018	31	Curso concluído
Aluno 9	01/06/2015	16/04/2018	34	Curso concluído
Aluno 10	03/09/2014	31/08/2018	47	Curso concluído
Aluno 11	23/08/2017	31/07/2018	11	Jubilado
Aluno 12	22/11/2017	30/04/2018	5	Matriculado
Aluno 13	06/04/2017	31/03/2018	11	Matriculado
Aluno 14	04/09/2017	30/09/2018	12	Matriculado
Aluno 15	05/04/2017	30/11/2018	19	Matriculado
Aluno 16	06/04/2017	30/11/2018	19	Matriculado
Aluno 17	13/07/2016	19/02/2018	19	Matriculado
Aluno 18	13/05/2016	30/04/2018	23	Matriculado
Aluno 19	31/10/2014	30/04/2018	41	Matriculado

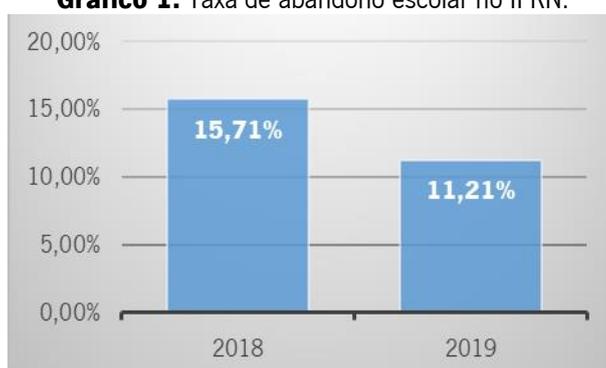
Fonte: Diretoria de Gestão de Atividades Estudantis e Sistema Unificado de Administração Pública do IFRN, 2018.

A Diretoria de Gestão de Atividades Estudantis – DIGAE do IFRN forneceu dados dos 19 alunos que concluíram em 2018 as atividades do Programa na Reitoria. Ao buscarmos as informações desses alunos no Sistema Unificado de Administração Pública – SUAP, verificamos que nenhum dos bolsistas de 2018 abandonou os estudos, conforme a Tabela 1. Mais da metade dos

bolsistas (10 alunos) já concluiu o curso, 8 encontram-se matriculados dando andamento aos seus estudos, e apenas 1 aluno foi jubilado, situação que ocorre quando o estudante foi reprovado três vezes na mesma disciplina ou duas vezes no mesmo período.

A fim de compreender melhor esse contexto, fez-se necessário conhecer o contexto de evasão escolar levantada pelo próprio IFRN nos anos de 2018 e 2019. No gráfico a seguir, apresentado pelo Sistema Unificado de Administração Pública, é possível verificar que houve uma redução na taxa de abandono ao comparar os valores dos anos de 2018 e 2019. Esses dados referem-se a taxa de abandono escolar do universo do IFRN, nesse período, o que nos fornece alguma possibilidade de relacionar as políticas de assistência estudantil e a permanência dos alunos.

**Gráfico 1:** Taxa de abandono escolar no IFRN.



Fonte: Sistema Unificado de Administração Pública do IFRN, 2019.

As percentagens acima apresentadas referem-se a 27.776 matrículas em todo o Instituto Federal do RN realizadas ano de 2018, sendo que 4.363 foram finalizadas nesse mesmo ano, ou seja, os alunos abandonaram a escola. No ano de 2019, até o mês de agosto, esses dados atualizados encontram-se em 27.102 matrículas atendidas e 3.038 abandonadas.

## 6.2 Perfil dos bolsistas questionados

A partir dos resultados da pesquisa, pôde-se perceber que o público-alvo do estudo, os 22 bolsistas do Programa de Apoio à Formação Estudantil da Reitoria do IFRN no ano de 2019 são, em sua maioria, do sexo feminino, conforme Gráfico 2, sendo quinze mulheres e sete homens.

**Gráfico 2:** Sexo dos participantes.



Fonte: Pesquisa com os bolsistas, 2019.

Essa tendência segue conforme o padrão do último relatório de acompanhamento, a nível nacional, das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) - 2018. A faixa etária dos participantes está disponível no Gráfico 3.

**Gráfico 3:** Faixa etária dos participantes.



Fonte: Pesquisa com os bolsistas, 2019.

A idade dos bolsistas está entre 17 (dezessete) e 44 (quarenta e quatro) anos, sendo a grande maioria composta por uma faixa etária bem jovem, entre dezessete e vinte e dois anos.

Verificou-se que 17 (dezessete) dos bolsistas estão cursando o nível médio e 5 (cinco) o nível superior, sendo a faixa etária de 17 a 29 anos no ensino médio e de 20 a 44 anos no ensino superior. A maior frequência de idades está em dezessete e dezoito anos, sendo 5 (cinco) alunos para cada idade. Todos se declararam com estado civil de solteiros.

Quanto à etnia, conforme Gráfico 4, observou-se que 14 (quatorze) bolsistas se declararam pardos, 4 (quatro) brancos, 3 (três) pretos e 1 (um) amarelo.

**Gráfico 4:** Etnia autodeclarada.



Fonte: Pesquisa com os bolsistas, 2019.

Foi verificado entre os entrevistados que há mais pardos e negros autodeclarados, em detrimento da diminuição dos brancos. Acredita-se, também, que as políticas públicas educacionais instituídas com objetivo de reduzir as desigualdades de escolarização dos mais pobres, negros, entre outros grupos, a partir das determinações do Plano Nacional de Educação - PNE, impulsionaram o aumento do acesso desses públicos à educação. Um exemplo é a lei brasileira N° 12.711/2012, chamada lei de cotas, que determina percentuais obrigatórios mínimos de reserva de vagas para estudantes que estudaram todo o ensino fundamental na escola pública e para autodeclarados pretos, pardos, indígenas e com deficiência. Ratificou-se essa realidade no resultado da formação anterior e na renda da família dos bolsistas com renda familiar per capita inferior a 1,5 salário-mínimo - o termo “salário mínimo” refere-se ao menor salário aplicado no Brasil de acordo com o Governo Federal que estabelece esse valor. No ano de 2019, o valor do salário mínimo era de R\$ 998,00.

No questionamento da formação acadêmica dos entrevistados nos anos anteriores ao ingresso no IFRN, observou-se que mais de 4/5 dos alunos estudaram totalmente em escola pública, e menos de 1/5 uma parte do tempo em escola pública e a outra parte em escola privada. Nenhum dos estudantes estudou a total formação na rede privada.

A Tabela 2 mostra a distribuição da renda familiar dos questionados.

**Tabela 2:** Renda da família dos participantes.

Quantidade de familiares que moram com o bolsista	Renda da família
<b>Sozinho</b>	Até 1 salário-mínimo
<b>1</b>	Até 1 salário-mínimo
<b>1</b>	Até 1 salário-mínimo
<b>1</b>	Até 1 salário-mínimo

<b>1</b>	Até 1 salário-mínimo
<b>1</b>	Até 1 salário-mínimo
<b>2</b>	Até 1 salário-mínimo
<b>2</b>	Até 1 salário-mínimo
<b>2</b>	Até 1 salário-mínimo
<b>3</b>	Até 1 salário-mínimo
<b>4</b>	Até 1 salário-mínimo
<b>5</b>	Até 1 salário-mínimo
<b>3</b>	de 1 a 3 salários-mínimos
<b>3</b>	de 1 a 3 salários-mínimos
<b>6</b>	de 1 a 3 salários-mínimos

Fonte: Pesquisa com os bolsistas, 2019.

A Tabela 2 mostra o quantitativo de familiares que moram com o bolsista e a renda da família, pois a renda per capita é um dos critérios utilizados para a seleção e inserção no Programa de Apoio à Formação Estudantil do IFRN.

Os bolsistas, em sua totalidade, possuem renda per capita familiar abaixo de 1,5 salário-mínimo. O salário-mínimo, conforme a Constituição Federal do Brasil (1988), é um direito do trabalhador que atenda "... a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social ...". Verificamos assim que os participantes do estudo fazem parte de um público vulnerável socioeconomicamente, o que torna de suma importância o suporte das políticas educativas de assistência estudantil para a permanência deles na escola.

O Gráfico 5 mostra os auxílios que os participantes recebem além do auxílio bolsa no IFRN.

**Gráfico 5:** Outros auxílios que os participantes recebem.



Fonte: Pesquisa com os bolsistas, 2019.

Todos os bolsistas entrevistados recebem outros auxílios de assistência estudantil (Gráfico 5), sendo que 17 deles recebem ainda os auxílios transporte e alimentação, 4 recebem apenas o auxílio alimentação e 1 apenas o auxílio transporte.

O Gráfico 6 mostra sobre a forma de utilização do valor recebido da bolsa pelos entrevistados desta pesquisa.

**Gráfico 6:** Como o bolsista utiliza o valor da bolsa.



Fonte: Pesquisa com os bolsistas, 2019.

A maior parte dos bolsistas, 17 dos 22 bolsistas, utilizam o valor recebido na bolsa para a manutenção dos estudos. Apenas 5 utilizam apenas com outras despesas, ou de casa ou pessoais.

Percebe-se, então, que as políticas de assistência estudantil envolvem ações que visam a superação das desigualdades de acesso, permanência e êxito do aluno, através de programas de benefícios sociais e de acompanhamento, com vista a contribuir para sua educação e formação (Kowalski, 2012; Ramalho, 2013).

A Tabela 3 e o Gráfico 7 mostram informações sobre o ano em que os bolsistas ingressaram no Programa de Apoio à Formação Estudantil.

**Tabela 3:** Ingresso no Programa de Apoio à Formação Estudantil.

Ano de ingresso no IFRN	Data de ingresso no Programa
2017	14/07/2016 - 1º ano do curso
2017	11/09/2017 - 1º ano do curso
2018	01/11/2018 - 1º ano do curso
2018	14/06/2018 - 1º ano do curso
2018	21/05/2018 - 1º ano do curso
2019	07/03/2019 - 1º ano do curso
2019	07/03/2019 - 1º ano do curso
2019	29/04/2019 - 1º ano do curso
2016	05/04/2017 - 2º ano do curso
2016	05/09/2017 - 2º ano do curso
2017	15/02/2018 - 2º ano do curso
2017	15/02/2018 - 2º ano do curso
2017	15/02/2018 - 2º ano do curso
2017	15/02/2018 - 2º ano do curso
2017	20/02/2018 - 2º ano do curso
2018	06/05/2019 - 2º ano do curso
2018	29/04/2019 - 2º ano do curso
2018	29/04/2019 - 2º ano do curso
2016	15/02/2018 - 3º ano do curso
2016	15/02/2018 - 3º ano do curso
2016	26/02/2018 - 3º ano do curso
2015	08/05/2018 - 4º ano do curso

Fonte: Pesquisa com os bolsistas, 2019.

**Gráfico 7:** Ano do curso que o participante ingressou no programa.



Fonte: Pesquisa com os bolsistas, 2019.

Analisando o ano de ingresso do bolsista no IFRN com a data de ingresso dele no Programa de Apoio à Formação Estudantil (Tabela 3 e Gráfico 7), observamos que entre os entrevistados: 8 iniciaram como bolsistas já no primeiro ano do curso, 10 no segundo ano, 3 no terceiro ano e apenas 1 no quarto ano do curso.

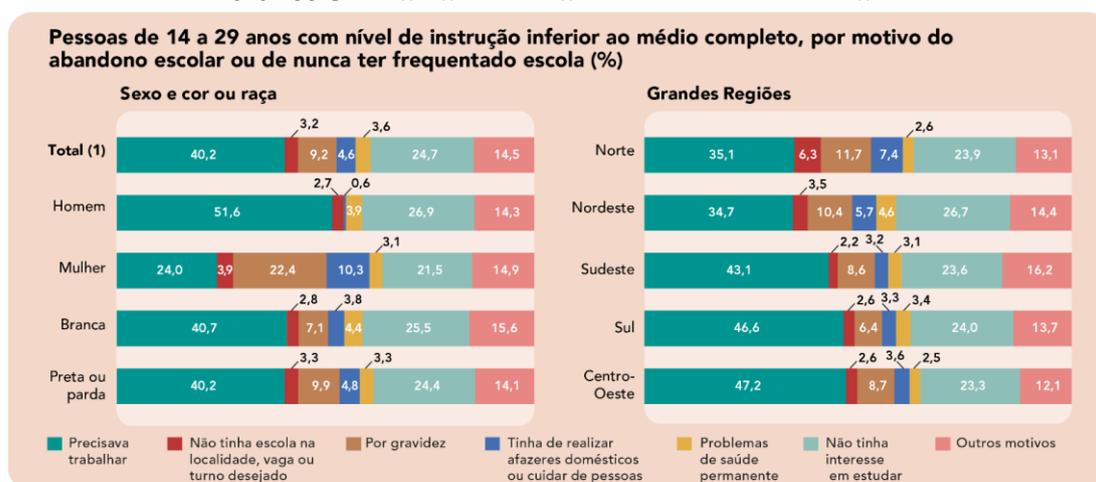
A Tabela 4 mostra os percentuais de escolarização, como também a frequência escolar. Esses índices apresentados pelo IBGE (2022) nos levam a concluir que o abandono escolar no ensino médio no Brasil vem caindo ao longo dos últimos anos. Já no gráfico 8 essas taxas de abandono podem ser conferidas, usando os critérios de classificação por sexo, raça e região. É possível destacar que a maior taxa de abandono está em homens devido a chegada prematura ao mercado de trabalho. Já com relação a raça, a realidade se mostrou equivalente entre brancos e pretos e pardos, denotando sempre a necessidade do trabalho antes do estudo. Com relação as regiões brasileiras, foi possível perceber que sudeste, sul e centro-oeste apresentam as maiores concentrações de abandono escolar.

**Tabela 4:** Percentual de escolarização das pessoas de 15 a 17 anos por região no Brasil

Grandes Regiões	Taxa de escolarização (%)					Taxa ajustada de frequência escolar líquida (%)				
	2016	2017	2018	2019	2022	2016	2017	2018	2019	2022
<b>Brasil</b>	<b>86,9</b>	<b>86,9</b>	<b>87,9</b>	<b>89,0</b>	<b>92,2</b>	<b>68,2</b>	<b>68,4</b>	<b>69,2</b>	<b>71,3</b>	<b>75,2</b>
Norte	87,2	86,3	87,9	88,5	91,8	58,5	59,8	61,9	62,2	68,1
Nordeste	85,6	85,7	86,6	87,8	90,9	59,0	60,5	61,2	63,3	69,3
Sudeste	88,0	88,5	88,6	88,9	93,9	76,9	76,3	76,1	79,3	81,5
Sul	85,8	85,5	87,9	91,4	90,4	69,5	69,6	71,4	72,6	75,4
Centro-Oeste	88,2	86,6	89,1	90,4	92,4	70,0	70,3	71,5	74,2	77,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2022.

**Gráfico 8:** Abandono Escolar na faixa etária de 14 a 29 anos



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2022

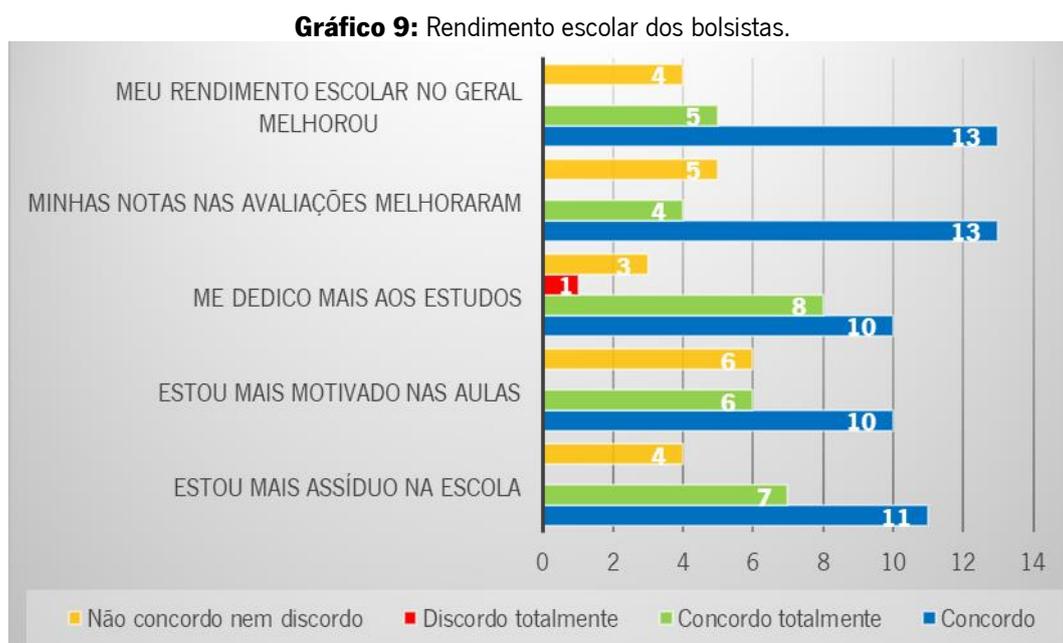
A apresentação pelo IBGE dos dados estatísticos de abandono escolar brasileiro no ensino médio, de 2012 a 2016, nos mostra um percentual bem maior no primeiro ano, decrescendo ao longo das séries. Observamos, também, que ao longo dos anos da pesquisa, esse percentual de abandono vem caindo, apesar de tantos obstáculos enfrentados pela educação no Brasil.

Quando comparamos o resultado das Tabela 3 e 4, acerca da taxa de abandono escolar no ensino médio, verificamos que o maior percentual de abandono ocorre na primeira série. Assim, nota-se que é de suma importância o ingresso dos alunos em programas de apoio a formação estudantil no início de seus estudos nesta instituição.

A partir desses dados podemos sugerir que se torna relevante a ampla abordagem com os alunos para a divulgação das políticas educativas de assistência estudantil, principalmente na entrada do estudante na escola.

### 6.3 Rendimento escolar dos bolsistas questionados

No intuito de verificarmos o rendimento escolar dos bolsistas, após a inserção no Programa de Apoio à Formação Estudantil, apresentamos cinco afirmações relacionadas à temática para os estudantes avaliarem de acordo com seu grau de concordância, conforme disposto no Gráfico 9.



Fonte: Pesquisa com os bolsistas, 2019.

Os bolsistas, em sua maioria, concordaram que seus rendimentos de modo geral na escola melhoraram. Nenhum discordou, 13 concordaram, 5 concordaram totalmente e apenas 4 são indiferentes.

Sobre a melhoria das notas após o início da bolsa, os bolsistas avaliaram de forma positiva. 13 concordaram que as notas melhoraram, 4 concordaram totalmente e 5 não opinaram.

A respeito da dedicação aos estudos, 10 concordaram que se dedicam mais, 8 concordaram totalmente, 3 não opinaram, portanto ficaram indecisos, e apenas 1 discordou totalmente.

A motivação nas aulas também foi avaliada de forma positiva. 10 concordaram que estavam mais motivados nas aulas, 6 concordaram totalmente e 6 não opinaram.

Para fechar, abordamos a questão da assiduidade. 11 concordaram que estavam mais assíduos na escola, 7 concordaram totalmente e 4 não opinaram.

Os ex-bolsistas descreveram que a bolsa influenciou positivamente no seu rendimento escolar, como podemos observar a seguir:

**Ex-bolsista 1:** eu acho [que] ajudou indiretamente a ter uma boa assiduidade e, eu acho também, por ser um lugar agradável, eu ficava bem, então, depois para ir para a aula eu ficava tranquilo. Então era bom.

**Ex-bolsista 2:** Sim, sim. Porque pronto, a gente como bolsista, também tem acesso a, por exemplo, ao auxílio alimentação e já é o almoço ou o jantar que a gente tem direito. Acaba ajudando bastante porque muitas vezes a gente se deparava, sei lá, “estou sem dinheiro, o que eu faço?”, a gente tinha essa assistência e acabava ajudando de alguma forma a gente.

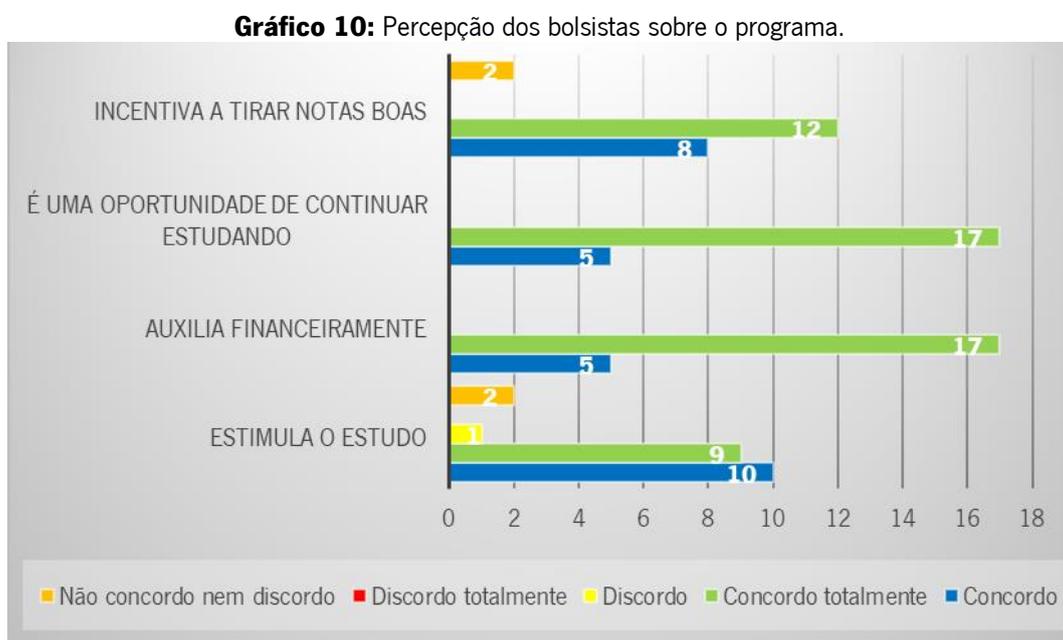
**Ex-bolsista 3:** Eu acho que sim. Porque muitas pessoas também, por exemplo, estágio, estágio já é mais difícil de você manter os estudos com o trabalho no contraturno.

Em um estudo realizado por Oliveira e Monteiro (2023) verificou-se que os auxílios recebidos pelos discentes proporcionaram uma melhora substancial no seu rendimento acadêmico. Dessa forma, poderá refletir em uma tendência positiva do discente concluir seu curso no prazo regulamentar e, conseqüentemente, ficando apto ao mercado de trabalho.

Podemos observar que os estudantes bolsistas da Reitoria do IFRN, questionados nesta pesquisa, demonstraram que a política educativa de assistência estudantil é eficaz no âmbito da melhoria do rendimento escolar, contribuindo para que eles obtenham sucesso em suas trajetórias.

## 6.4 Percepção dos bolsistas sobre o programa

Em novo bloco de afirmações no questionário, buscamos averiguar o grau de concordância do bolsista sobre a percepção do Programa. As respostas foram apresentadas nos Gráficos 10 e 11.



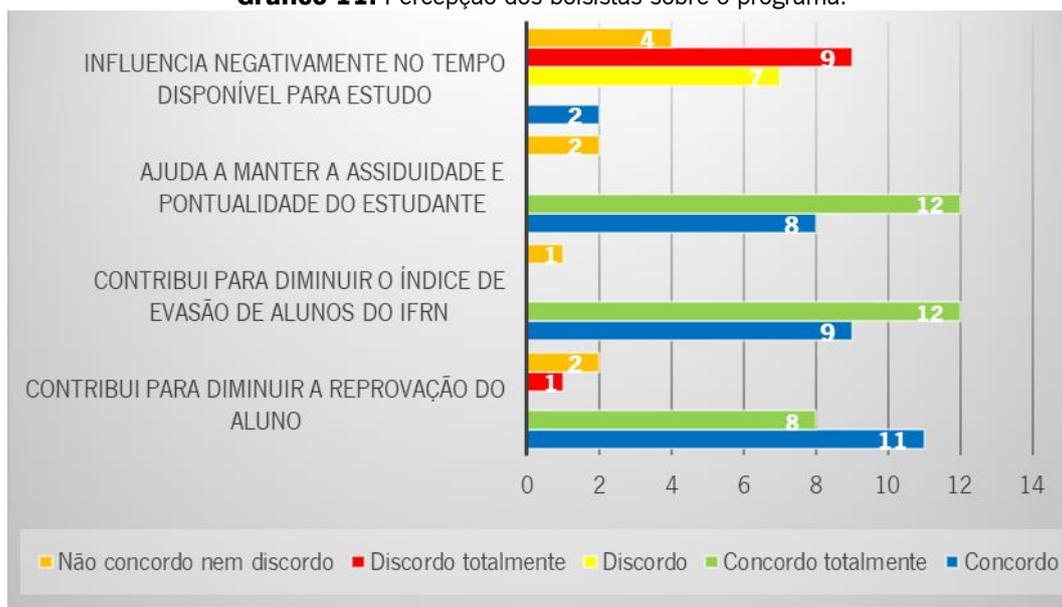
Fonte: Pesquisa com os bolsistas, 2019.

De acordo com o Gráfico 10, vinte deles avaliaram positivamente que o Programa é um incentivo a tirar notas boas, sendo que 8 concordaram e 12 concordaram totalmente. Apenas dois não emitiram preferências.

Sobre a afirmação de que o Programa oportuniza a continuidade dos estudos e auxilia-o financeiramente, 17 concordaram totalmente e 5 concordaram. De acordo com Terenciano, Salião & Pedro (2018) a assistência estudantil desempenha um papel fundamental para a condição de permanência dos alunos nas universidades públicas. Apesar dessa assistência ser considerada uma política de governo, ela garante condições de igualdade no acesso e na permanência através de bolsas concedidas aos discentes como auxílio permanência, auxílio moradia e auxílio alimentação.

Ao avaliarem se o Programa estimula o estudo, 10 concordaram, 9 concordaram totalmente, 2 não concordaram nem discordaram e apenas 1 discordou.

**Gráfico 11:** Percepção dos bolsistas sobre o programa.



Fonte: Pesquisa com os bolsistas, 2019.

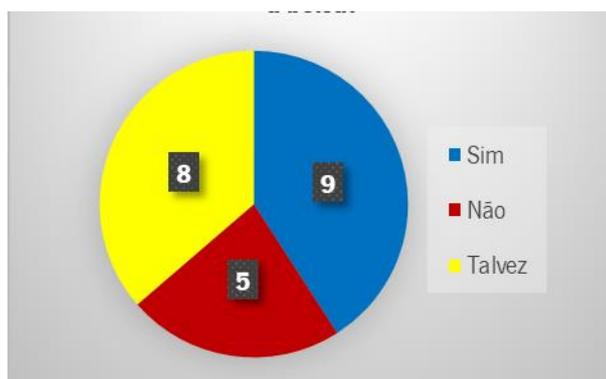
Analisando o Gráfico 11 sobre a influência do Programa negativamente no tempo disponível para estudo dos bolsistas, verificou-se que 9 discordaram totalmente, 7 discordaram e 4 nem concordaram nem discordaram. A manutenção da assiduidade e pontualidade também foi colocada para avaliação dos bolsistas e 12 concordaram totalmente que o Programa ajuda a manter, 8 concordaram e 2 ficaram indecisos. A afirmação de que a política educativa contribui para a diminuição da evasão escolar foi avaliada de forma positiva, sendo 12 concordando totalmente e 9 concordando e 1 sem resposta.

Ainda, acerca das afirmações que trataram da percepção do estudante bolsista da Reitoria sobre o Programa de Apoio à Formação Estudantil, verificamos se a bolsa contribui para a diminuição da reprovação dos alunos e 11 deles concordaram, 8 concordaram totalmente, 2 não concordaram nem discordaram e somente 1 discordou totalmente.

Percebe-se a partir destes resultados que a bolsa é um importante influenciador para a promoção da igualdade de oportunidades para esses alunos. Para os estudantes abrangidos parece serem positivas as políticas de assistência estudantil, porém estamos a falar apenas num número reduzidos de estudantes.

Fechando a abordagem da percepção dos bolsistas sobre o Programa, o Gráfico 12 traz a opinião dos bolsistas sobre a continuidade dos estudos no IFRN sem a bolsa.

**Gráfico 12:** Opinião dos bolsistas sobre a continuidade dos estudos sem a bolsa.



Fonte: Pesquisa com os bolsistas, 2019.

Verificou-se no Gráfico 12 que 1/3 dos inquiridos não continuaria os estudos ou teriam dúvidas se conseguiriam prosseguir. Cinco dos bolsistas apontaram que não conseguiriam continuar os estudos, oito tinham dúvidas, e nove afirmaram que conseguiriam continuar os estudos. É notável que a maioria dos bolsistas enxergam nesse programa uma oportunidade para se manter no curso e continuar frequentando a Instituição

Ao entrevistar os ex-bolsistas acerca do favorecimento que as políticas de assistência estudantil têm de fortalecer o papel da educação para o desenvolvimento da sociedade, eles responderam:

**Ex-bolsista 1:** Nossa, com certeza. Principalmente porque o IF não tem pessoa só de baixa renda. Teoricamente, metade são de baixa renda e metade não são. E, normalmente, as pessoas de baixa de renda são as que mais sofrem para ter um ensino de qualidade e a maioria das pessoas não moram lá, porque o IFRN fica na Lagoa Nova, então pessoas de baixa renda não moram nessa região.

**Ex-bolsista 2:** Eu acredito que sim. ... Acaba sendo um suporte para a gente muito bom para a gente conseguir alcançar outras conquistas, novas conquistas.

**Ex-bolsista 3:** Eu acho que sim. ... Eu acho que a educação é a base de tudo, tudo mesmo. Então, qualquer coisinha, qualquer problema que acontece no Brasil, acho que tudo vem da educação. Então, se uma educação não é efetiva, não é boa, não é acessível para todos, então eu acho que é importante sim.

Verificou-se que a assistência estudantil é muito importante por proporcionar um suporte para que eles pudessem estudar diante da situação financeira que eles se encontravam naquele momento, promovendo as condições necessárias para a permanência deles no curso.

De modo semelhante, um estudo realizado por Dumaresq (2014), no Instituto Federal do Ceará, verificou-se que os benefícios concedidos aos alunos são primordiais para sua permanência fora da sua cidade de origem, enfatizando que a baixa renda familiar não daria conta das despesas

necessárias para o seu sustento, bem como a dificuldade de horário disponível para viabilizar o trabalho.

## **6.5 Sugestões e expectativas dos bolsistas**

Finalizamos o questionário com indagações aos bolsistas sobre suas opiniões do que poderia melhorar no Programa de Apoio à Formação Estudantil, suas sugestões de outros benefícios necessários para a manutenção dos alunos desfavorecidos socioeconomicamente no Instituto e suas expectativas para o futuro após o término do curso no IFRN.

Na abordagem sobre o que eles poderiam opinar para melhorar o programa, verificou-se que 3 entrevistados não quiseram opinar. Podemos destacar nas respostas, que 7 dos questionados consideram o programa efetivo e bem estruturado, atendendo às expectativas, mas necessita de alguns ajustes, como pode ser visto nas transcrições a seguir:

**Aluno 1:** Eu acho perfeito. Desculpa, não tenho nada a reclamar, consigo conciliar tudo.

**Aluno 2:** Eu acho que o programa já é bem eficiente, e ajuda muito no desempenho de todos.

**Aluno 3:** Acho que não precisa de melhora, pois ajuda de bom tamanho a nós que precisamos. O necessário é que não haja cortes.

**Aluno 4:** Até o momento o programa em si está ótimo.

**Aluno 5:** Se possível poderia abranger a mais pessoas dentro das características socioeconômicas.

**Aluno 6:** Um valor significativo a ser dado.

**Aluno 7:** Para mim é um programa muito legal e de grandes aprendizados, porém depende muito do setor e de suas funções para o bolsista. O ideal seria ter todos os dias tempo para estudar enquanto estivesse na bolsa, porém isso nem sempre é possível, pois depende da demanda do setor de atuação é isso pode interferir negativamente na vida acadêmica do aluno. Então, a questão da hora poderia ser melhorada.

É importante ressaltar que, apesar dos participantes descreverem como positivas as contribuições, fazem-se necessárias algumas modificações, em especial no que se refere a uma melhor avaliação na condição socioeconômica dos estudantes individualmente, no intuito de ampliar o atendimento, já que consideraram que existem muitos alunos que precisam da bolsa, porém não foram atendidos ainda:

**Aluno 8:** Ampliação do programa.

**Aluno 9:** Se vocês conseguirem alcançar a maior quantidade possível de alunos melhor, tenho certeza que tem muitos precisando desse auxílio.

**Aluno 10:** Na reitoria vejo que tudo funciona muito bem, o serviço social da reitoria faz um ótimo trabalho, mas no Campus Natal Central acredito que ainda tem algumas coisas a melhorar, e acredito que se talvez puderem fazer uma visita a alguns alunos que declaram ser muito necessitados, seria uma forma de realmente ver como o aluno vive e o lugar que ele mora.

**Aluno 11:** Uma atenção individualizada, vendo caso a caso.

**Aluno 12:** Numa melhor avaliação da caracterização socioeconômica. Os mecanismos ainda são muito falhos, de modos que os alunos muitas vezes são analisados de modo muito superficial.

Dentre os entrevistados, 7 deles abordaram algum problema de ordem estrutural ou de cunho administrativo do *campus* Natal Central, onde estudam. Como mostram as transcrições a seguir:

**Aluno 13:** Não atrasar o pagamento do auxílio estudantil.

**Aluno 14:** No meu caso, poderiam disponibilizar o acesso ao portão lateral do IFRN, visto que o percurso em que eu vou para o programa é um pouco longo e inseguro.

Ter mais disponibilidade de mudança de setor caso o aluno não se adeque as atividades para onde foi direcionado e alternativas para alunos que reprovaram em alguma disciplina e precise de outro horário.

**Aluno 15:** Disponibilizar um calendário (virtual), para saber quando haverá bolsa e quando estaremos liberados em determinado dia.

**Aluno 16:** Aumentar as horas trabalhadas e proporcionalmente o auxílio.

**Aluno 17:** Uma reciclagem dos servidores para melhorar no tratamento para com os bolsistas. Além do mais, melhorar a postura não profissional quanto ao modo dos servidores homens tratar as bolsistas. Ex.: piadas machistas, insinuações, depreciações.

**Aluno 18:** Em relação aos bolsistas da reitoria. Na minha opinião o deslocamento.

**Aluno 19:** Que acaba sendo perigoso para os alunos em questão de assalto e etc. Sendo que o portão lateral deveria ser acessível.

Atualmente o *campus* não fornece acesso pelo portão mais próximo da Reitoria e eles devem se deslocar entre os dois prédios pelas ruas do entorno, o que torna o percurso mais longo e extremamente inseguro. Outro ponto de destaque apontado por dois bolsistas, foi a questão da flexibilidade do horário de trabalho e do valor recebido, se adequando mais ainda ao perfil e disponibilidade de cada um.

Ao aplicar a entrevista semiestruturada com os 3 ex-bolsistas verificou-se que eles consideram a bolsa importante tanto financeiramente como em sua formação, conforme abaixo:

**Ex-bolsista 1:** Eu acho que é muito importante porque, como a gente recebe um auxílio financeiro, então ele contribui em bastante coisa na nossa vida. ... Eu acho que a principal importância é essa, mas, além disso, a gente também absorve muito conhecimento lá - prático - de como funciona um trabalho de verdade.

**Ex-bolsista 2:** Eu acho muito importante porque, assim, a gente tem o primeiro contato como é o funcionamento, não só para a nossa vida profissional, mas também para entender como é o IF por trás.

**Ex-bolsista 3:** Eu acho que o principal é que dá uma certa independência ao aluno do IFRN porque muito dos, como posso dizer, o horário é bastante flexível com os estudos. Não atrapalha em nada, então nisso ajuda bastante e também em questão do mercado de trabalho também; depois do IFRN que pode ajudar bastante.

Outro fato observado com os ex-bolsistas é que todos concordaram que a participação deles no programa de assistência estudantil influenciou-os positivamente e promoveu uma maior assiduidade e motivação a estudar.

Em outro questionamento solicitamos aos bolsistas sugestões de alguns benefícios necessários para mantê-los na escola. Foi possível verificar que 10 bolsistas julgam serem bem assistidos:

**Aluno 1:** No geral, acredito que o aluno seja bem assistido.

**Aluno 2:** No momento vejo que os benefícios que tem já são muito bons para os alunos.

**Aluno 3:** Acho o IF já é bastante interessante nesse ponto.

**Aluno 4:** Acredito que os que são oferecidos sejam suficientes.

**Aluno 5:** Acredito que os benefícios já oferecidos são ótimos para ajudar os estudantes.

**Aluno 6:** Acredito que os que já existem são suficiente, só poderiam aumentar a quantidade de vagas.

**Aluno 7:** Os benefícios atuais já suprem as necessidades básicas dos alunos desfavorecidos socioeconomicamente.

**Aluno 8:** Muito bom para o aluno.

**Aluno 9:** A manutenção desses programas já é o necessário.

**Aluno 10:** É de extrema importância que o auxílio atenda mais as necessidades dos alunos, fora isso acho que já está tudo muito bem encaminhado.

Nota-se, também, que com as suas necessidades são supridas através dos auxílios que o IFRN oferece aos bolsistas através da política de assistência estudantil, temendo somente futuros cortes. Esses alunos sugerem ainda a ampliação das vagas para cada vez mais estudantes serem beneficiados.

Seis outros bolsistas sugeriram auxílios que já existem na instituição, como moradia, transporte, alimentação e apoio psicológico, conforme as transcrições:

**Aluno 11:** Auxílio moradia para alunos que moram nos interiores do estado.

**Aluno 12:** Transporte, alimentação e apoio psicológico.

**Aluno 13:** Auxílio financeiro, psicológico e alimentar.

**Aluno 14:** O auxílio alimentação e o auxílio transporte são de extrema importância, além da bolsa de iniciação à pesquisa.

**Aluno 15:** Para casos de baixa renda em um nível bem mais elevado, seria interessante a disponibilização de cestas básicas.

**Aluno 16:** Acho totalmente necessário o auxílio das passagens, do almoço e da bolsa, para os alunos que não tem dinheiro para passagens passem a ter como ir para as aulas. Dessa forma, também tendo a alimentação e principalmente a bolsa, para que possam ajudar tanto nas necessidades de casa quanto no próprio estudo/educação.

**Aluno 17:** Apoio psicológico.

Verificamos a necessidade de uma melhor divulgação por parte do IFRN, pois eles não tinham conhecimento destes auxílios concedidos pela instituição. Segundo Taufick (2014) as políticas oferecidas pelos institutos federais devem-se voltar para além das questões econômicas, incluindo apoio acadêmico e psicológico aos estudantes e superando a visão reduzida da assistência estudantil como política estritamente social.

Outras colocações pontuais foram feitas, mas não menos importantes, como o auxílio através de cesta básica, capacitação para o desempenho da bolsa e o reajuste do valor do auxílio transporte compatível com o do mercado, conforme abaixo:

**Aluno 18:** Mais oportunidades, para que os alunos não cheguem à desistência de tentar um futuro melhor. Como mais apoio aos estudantes de baixa renda.

**Aluno 19:** Maior diálogo com os coordenadores pedagógicos.

**Aluno 20:** Não pensei em outros benefícios, fora esses que estão em vigência, para manutenção de alunos desfavorecidos.

**Aluno 21:** O programa do bolsa transporte deveria ter reajuste conforme são os reajustes das passagens.

**Aluno 22:** Capacitação de algumas atividades importantes para o desempenho na bolsa e nos estudos como informática.

Diante desta análise dos dados obtidos através das entrevistas, a participação no Programa de Apoio à Formação Estudantil tem grande significado na vida destes participantes e este apoio financeiro proporcionou impactos positivos às suas vidas acadêmicas.

## **6.6 Um olhar da instituição IFRN sobre assistência estudantil**

A política educativa de Assistência Estudantil não é universal, assim como a Assistência Social, é destinada a quem dela precisar (BRASIL, 1988). Para ter acesso os usuários necessitam atender a critérios de elegibilidade/seletividade, atestando que o usuário esteja em situação de vulnerabilidade ou risco social e é através dos processos seletivos em editais que são escolhidos os participantes dos programas entre os candidatos. De acordo com uma servidora entrevistada, da área de assistência estudantil da instituição, podemos perceber em sua fala a seguir:

A política de assistência estudantil ela tem uma perspectiva de assegurar a permanência dos estudantes, especialmente os que estão em situação de vulnerabilidade e risco social. Então, garantir a permanência também com êxito, numa perspectiva de reduzir a evasão dos estudantes, reduzir também o nível de retenção (esses estudantes que ficam repetindo, repetindo) em função das condições de vida que eles têm.

Conforme a servidora entrevistada, além da divulgação do edital no site institucional são também realizadas ações conjuntas:

Os profissionais também fazem a divulgação, não só da página do *campus*, replicando a notícia, mas também por meio de cartazes, sala de aula, a gente passa em todas as salas para fazer divulgação. E assim, também, na conversa boca-a-boca com os estudantes porque eles acabam vindo também procurar o serviço social e a gente vai fazendo as orientações.

Essa ampla divulgação dos editais proporciona um maior alcance aos alunos que necessitam de tal apoio financeiro para dar continuidade aos estudos. A assistência estudantil possibilita a inclusão de uma quantidade significativa de estudantes vulneráveis, fazendo com que estes permaneçam na instituição e participem de atividades que de outra forma estariam impedidos (Carvalho & Dias, 2021).

O acesso à assistência é muito importante para que os alunos permaneçam estudando. De acordo com o que a servidora disse:

A gente atende estudantes com situações bem difíceis e algumas, inclusive, se não houvesse a assistência estudantil, eles não estariam na escola. Então, na perspectiva que a gente tem da assistência estudantil de ser uma forma de garantir com que esses estudantes tenham acesso, de fato, à educação (porque o acesso não é só entrar na escola, mas acesso é essa permanência que falei, o êxito), então é a garantia do direito a educação especialmente.

A maioria dos institutos federais executa programas de alimentação, transporte, auxílio moradia, auxílio creche e auxílio material. Estas modalidades buscam minimizar os impactos da pobreza na permanência do estudante, tendo em vista que ela interfere diretamente nas condições de aprendizado na escola (Prada & Surdine, 2018).

Um dos maiores desafios enfrentados pela instituição é o orçamento disponibilizado para a assistência estudantil, conforme a entrevistada:

Desafios, eu acho que o orçamento que ainda está muito aquém da nossa necessidade. A gente tem cerca de 92% de estudantes que estão dentro daquela faixa de renda estabelecida no decreto, no DENAS, que é de um salário mínimo e meio, e quando a gente vai fazer o planejamento do orçamento para os programas, embora a gente reserve mais de 70% do nosso orçamento só para os programas, a gente ainda atende uma parte muito pequena desses estudantes com perfil.

Tal discurso demonstra a necessidade de mais investimentos orçamentários para que sejam disponibilizados aos discentes de baixa renda e que necessitam de auxílios para garantir a sua permanência até a conclusão do curso.

### **6.7 Outros resultados: uma breve reflexão acerca das Políticas Educativas de Assistência Estudantil a partir de trabalhos acadêmicos em outras instituições de ensino**

Para além da pesquisa prática de campo, optamos por levantar, ainda que de forma breve, trabalhos dedicados ao mesmo objeto de estudo, as políticas educacionais de assistência estudantil, procurando verificar os achados nas pesquisas em outras instituições pelo Brasil. Desta feita, encontramos pesquisas realizadas na Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Instituto de Ciência e Tecnologia do Ceará, Universidade Federal do Piauí, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal Rural de Pernambuco e Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia.

A primeira pesquisa levantada, foi uma dissertação de mestrado defendida por Gazotto (2014) na UFTM. A pesquisadora que buscava “conhecer a Política de Assistência Estudantil na Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis – ProACE da referida universidade”, percebeu em seus resultados um desconhecimento por parte dos alunos com relação ao PNAES, enquanto direito desse grupo. Para a pesquisadora outro ponto relevante nos achados de sua pesquisa foi quanto aos investimentos, uma vez que “o desafio é deixar de trabalhar com mínimos sociais, ou seja, buscar processos de trabalho que visem a ampliação dos auxílios (para) aumentar a inclusão de discentes neste programa” (p.118). A época em que a pesquisa foi realizada, a pesquisadora identificou ainda atrasos no repasse dos auxílios, ponto nevrálgico em relação a permanência dos alunos na unidade de ensino. O estudo apontou para a necessidade de uma consciência crítica em relação aos estudantes, que não conhecem, e tampouco reivindicam direitos previstos pelo PNAES. Essa realidade nos faz refletir sobre as pontuações de Ball (2011), quando este coloca a necessidade de imersão, de vivência e encarnação para produção e execução de uma política pública.

Já a pesquisa de Pinheiro (2015), realizada Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), também se debruçou sobre a política de assistência estudantil, com o mesmo objetivo de compreender como a política de assistência estudantil se vem desenvolvendo junto aos discentes daquele instituto. Nessa pesquisa, a autora pontuou o quão pode ser dispendioso para uma família de baixa renda a manutenção de um estudante em processo de formação. Uma das coisas que não se pode deixar de levar em consideração é que, o aluno ‘ocupado’ durante o dia no processo formativo, embora esteja investindo no seu futuro, torna-se um gasto para sua família, uma vez que

naquele momento não é gerador de renda. E a autora pontua: “o aluno interessado nos auxílios é aquele aluno que quer consegui-los para ajudar a “desafogar” o orçamento familiar.” (Pinheiro, 2015, p. 100)

No caso do IFCE, “a instituição já desenvolvia ações de atenção ao estudante antes mesmo de o decreto ser instituído. Auxílios como transporte, alimentação, óculos, bolsas de trabalho e pesquisa, viagens técnicas já eram ofertados e, com a chegada do decreto, melhorou o desenvolvimento da assistência estudantil no Instituto, pois ficou mais nítido como deveria ser usado o recurso advindo do MEC” (Pinheiro, 2015, p.100). A autora identificou um cenário positivo a respeito das melhorias alcançadas com a assistência, em parte pela atuação bem ativa do serviço de assistência social e também pelo contato constante com o movimento estudantil da instituição. Porém, foi identificado também o cenário negativo na execução da política e este cenário aponta para os valores de auxílios, apontados como insuficientes, e ainda a carência de uma equipe multirreferencial conforme apregoa a política, a época do estudo.

O terceiro estudo levantado nessa pesquisa foi realizado como dissertação de mestrado na Universidade Federal do Maranhão no ano de 2018 e também versa sobre a implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), nos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia. Tendo sido um trabalho desenvolvido no âmbito da área de Políticas Públicas, as autoras realizaram um levantamento dos investimentos e gastos com o Programa naquele período. Gomes e Passos (2018) apontaram que:

A gestão das ações (do PNAES) ficou a cargo, na maioria dos Institutos, de Diretorias vinculadas à Pró-Reitoria de Ensino e, nos campi, sob a responsabilidade de Coordenações, mas há também, dentre outros, departamentos, coordenações, assessorias, evidenciando status diferenciado da ação no interior da organização e, conseqüentemente, expressando o lugar dado à assistência estudantil na efetivação das finalidades da escola (p. 430).

As autoras pontuaram que, devido a isso a implementação do PNAES nos Institutos, “adquiriu contornos específicos sem, contudo, deixar de contemplar o previsto no PNAES e acompanhar o traçado por ele delineado, o que demonstra que cada unidade de ensino estabeleceu sua estratégia para adequar o Programa à sua realidade institucional ou local” (p.431). As conclusões das autoras indubitavelmente levam a reflexão da responsabilidade compartilhada entre os entes públicos, governo promotor das políticas e instituições que aderem às mesmas. Neste âmbito é possível correlacionar o sucesso de implementação ao trabalho em conjunto do Governo e Instituto.

Na quarta pesquisa levantada neste trabalho e aplicada na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), no período de 2000 a 2020, contemplamos um outro enfoque, o enfrentamento das desigualdades socioeducacionais, alvo do estudo no escopo da Assistência Estudantil. A tese recém defendida (2024) nos traz um cenário atual da problemática. A pesquisadora identificou que embora o PNAES date de 2010, apenas em 2014 as iniciativas para reconfigurar as práticas de assistência estudantil nas Instituições citadas começaram a ser implantadas. Segundo Macedo (2024)

Em 2020, a política demonstra uma perspectiva de AE democrática e inclusiva nas duas instituições. Contudo, como pôde ser evidenciado na análise, se observam algumas contradições e ambiguidades nos discursos da UFPE e da UFRPE, visto que as suas ações ainda se mostram insuficientes para cumprir com o objetivo de assegurar a permanência dos estudantes na universidade. Nos chama atenção a cobrança por um bom desempenho dos estudantes e o pouco apoio acadêmico para que eles obtenham esse rendimento satisfatório. As ações de acompanhamento aos estudantes são desenvolvidas de uma forma que compromete a realização dos objetivos do PNAES e da própria política local (p. 193).

As pesquisas acima apresentadas fornecem uma pequena amostra do mesmo cenário pesquisado neste estudo, com certas variações próprias a cada realidade, porém, que leva a compreender algumas máximas: 1) o PNAES oportuniza os investimentos à assistência estudantil, contudo em algumas realidades esse investimento pode tornar-se insuficiente, haja vista as realidades distintas relativas a custo de vida; 2) A assistência estudantil não se configura assistencialismo, mas sim um direito; 3) As instituições tem autonomia para a gestão dos recursos, o que pode causar uma variação de percepção quanto a eficácia da assistência entre uma e outra; 4) Faz-se necessário uma equipe multirreferencial para aplicabilidade do programa e interação estudantil quanto ao conhecimento so serviço e busca por seu direito.

## **CONCLUSÃO**

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) desempenha um papel crucial na implementação das diretrizes estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE). O PNE é um instrumento norteador que estabelece metas e estratégias para o desenvolvimento da educação no Brasil, e a atuação dos Institutos Federais contribui diretamente para o alcance desses objetivos.

A educação deve proporcionar ao indivíduo a possibilidade de transformar a realidade em que vive. A política do PNAES, embora calcada na cessão de recursos financeiros, tem por objetivo reduzir a pobreza multidimensional de forma ampla e eficaz.

Os dados apresentados e as reflexões compartilhadas reforçam a importância fundamental de uma política educativa efetiva no desenvolvimento e aprimoramento do sistema educacional. Uma política efetiva e eficiente não apenas busca promover a equidade e o acesso, mas também demonstra ser um fator determinante no alcance de resultados positivos em diversos aspectos.

A implementação de políticas educativas efetivas demonstra sua relevância ao fomentar a igualdade de oportunidades. Elas têm o potencial de reduzir disparidades sociais, econômicas e culturais, proporcionando a todos os estudantes igualdade de acesso a recursos e oportunidades educacionais.

Uma outra perspectiva fundamental é a estimulação do desenvolvimento acadêmico, e isso acontece ao oferecer suporte financeiro, pedagógico e estrutural. As políticas educativas contribuem para o sucesso acadêmico dos estudantes, promovendo um ambiente propício ao aprendizado e à realização pessoal.

Sabemos que o mercado exige cada vez mais uma boa mão de obra qualificada, porém para mais que isso, é indispensável que os discentes estejam preparados para o mundo, para serem cidadãos conscientes comprometidos com a melhoria da sociedade. Ela é a responsável pela aquisição do conhecimento e pelo desenvolvimento de habilidades úteis, e para isso são necessárias políticas educativas que integrem práticas pedagógicas alinhadas às demandas desse mercado, proporcionando a formação de profissionais mais qualificados e aptos a enfrentar os desafios do mundo profissional.

Também é necessário que seja incentivada a permanência e a conclusão dos estudos dos discentes, e isso acontece ao mitigar barreiras financeiras e oferecer incentivos. Tais políticas

influenciam diretamente na taxa de conclusão dos cursos, contribuindo para a formação integral dos estudantes.

Em última análise, a construção e implementação de políticas educativas efetivas não apenas refletem o compromisso de uma sociedade com a educação como um pilar de desenvolvimento, mas também se traduzem em resultados tangíveis, moldando indivíduos mais capacitados, conscientes e preparados para contribuir positivamente para o progresso coletivo. Nesse sentido, é imperativo que governos, instituições educacionais e a sociedade em geral continuem a investir e aprimorar políticas que assegurem a excelência e a equidade no acesso à educação.

Os discentes e ex-discentes declararam que a bolsa concedida é de suma importância para eles permanecerem na instituição devido às suas condições financeiras e que o rendimento escolar melhorou. Relatam, também, que este programa de bolsa precisa ser estendido a mais discentes e existir maior divulgação destes editais para alcançar um número maior de alunos. O IFRN apresenta uma dificuldade para essa ampliação, pois dispõe de um valor orçamentário restrito para tal finalidade, este confirmado pela servidora entrevistada nesta pesquisa. Isso porém, não é uma realidade isolada, a Educação no Brasil vive há alguns anos esse cenário recessivo, e as instituições mais impactadas são de formação profissional e superior.

Pôde-se verificar que os recursos, quando convertidos em assistência estudantil em suas mais diversas modalidades, promovem a dignidade do estudante em manter-se estudando e contribuem para redução das desigualdades dentro da escola. Neste aspecto, as políticas educativas de assistência estudantil parecem mostrar-se eficazes enquanto instrumento de redução de evasão e fortalecimento do ensino público. No entanto, é pertinente apontar que essas políticas poderiam ampliar seu escopo, incluindo mais medidas de prevenção, de forma a atingir um maior número de estudantes que abandonam os estudos, garantindo que todos os alunos tenham a oportunidade de concluir sua formação acadêmica com sucesso.

Ao alinhar suas práticas e políticas institucionais às diretrizes do PNE, o IFRN demonstra seu compromisso com o fortalecimento do sistema educacional brasileiro. A instituição contribui ativamente para a consecução das metas estabelecidas pelo PNE, promovendo uma educação de qualidade, inclusiva e alinhada às demandas contemporâneas da sociedade, e desempenhando um papel fundamental na formação integral dos indivíduos, indo além da mera preparação para o mercado de trabalho. A escola proporciona também um ambiente de socialização, ajudando-os a desenvolver habilidades sociais essenciais para a vida em sociedade, oferecendo acesso à cultura e enriquecendo suas experiências e perspectivas de mundo.

Os Institutos Federais (IFs) desempenham um papel crucial na democratização do acesso à educação no Brasil, ampliando significativamente as oportunidades de educação para estudantes de diversas origens socioeconômicas. As políticas educativas de assistência estudantil dos institutos contribuem não apenas para essa democratização, mas também para a ampliação de oportunidades aos indivíduos de diferentes origens, permitindo-os alcançar seus objetivos acadêmicos e profissionais, contribuindo assim para uma sociedade mais justa e inclusiva.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amaral, N. C. & Oliveira, Ferreira de J. (2023). O financiamento da educação no PNE (2014-2024) no contexto do pós golpe de 2016: Balanço crítico. *Revista Exitus*, 13(1), e023042. <https://doi.org/10.24065/2237-9460.2023v13n1ID2229>.
- Aranha, M. L. de A. (1998). *Filosofia da educação*. Moderna.
- Araújo, G. C. de. (2011). Educação, política educacional e direito à educação no Brasil: “o problema maior é o de estudar”. *Educar em Revista do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná*, 39, 279-292. <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/15800/14128>.
- Araújo, H. C. (1996). Precocidade e retórica na construção da escola de massas em Portugal. *Educação, Sociedade & Culturas*, 5, 161-174. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/14467/2/83394.pdf>
- Araújo, J. de A. (2014). Educação e desigualdade: A conjuntura atual do ensino público no Brasil. *Revista Direitos Humanos e Democracia do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito da Unijui*, 2(3), 125-157. <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/direitoshumanosedemocracia/article/view/2523>
- Arroyo, M. G. (2010). Políticas Educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. *Educação e Sociedade*, 31(113), 1381-1416. <http://www.cedes.unicamp.br>
- Ball, S. J. (2011) Sociologias das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: Uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. In S. J. Ball & J. Mainardes, *Políticas Educacionais: questões e dilemas*. Cortez. (pp. 10-32)
- Ball, S. J., Maguirre, M. & Braun, A. (2016). *Como as escolas fazem as políticas: Atuação em escolas secundárias*. Editora UEPG.
- Bardin, L. (2016) *Análise de conteúdo*. Edição revista e ampliada. Edições 70.
- Brasil (1937a). Constituição dos estados unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm).
- Brasil (1937b). Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. Da nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html>
- Brasil (1942a). Decreto-lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942. Lei orgânica do ensino industrial. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decrei/1940-1949/decreto-lei-4073-30-janeiro-1942-414503-publicacaooriginal-1-pe.html>

- Brasil (1942b). Decreto-lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942. Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial.  
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4127-25-fevereiro-1942-414123-publicacaooriginal-1-pe.html>
- Brasil (2012). Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm)
- Borges, C. M. F. (2004). *O professor da educação básica e seus saberes profissionais*. JM.
- Borges, A. P. N. R., Souza, L. B. de, & Souza A. L. de. (2021) Direito à educação: a igualdade de oportunidades e o respeito às diferenças no espaço escolar. *Brazilian Journal of Development*, 7(2), 18326-18338. Doi:10.34117/bjdv7n2-462
- Cardoso, C. A., Ferreira, V. A. & Barbosa, F. C. G. (2020). (Des)igualdade de acesso à educação em tempos de pandemia: Uma análise do acesso às tecnologias e das alternativas de ensino remoto. *Revista Com Censo #22*, 7(3).  
<https://periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/929/554>
- Canotilho, J. J. G. (2002). *Direito Constitucional* (6ª ed.). Almedina.
- Carvalho, R. E., & Dias, M. S. de L. (2021). A assistência estudantil no IFPR: A construção de um objeto de estudo. *Cadernos Cajuína*, 6(3). (pp. 21-35)  
<http://dx.doi.org/10.52641/cadcaj.v6i3.490>.
- Ceccon, P. R., & Siquelli, S. A. (2018). Das escolas de aprendizes e artífices dos patronatos e escolas agrícolas à criação e impactos do IFSULDEMINAS. *Revista de História e Historiografia da Educação*. 2(5), 161-178.
- Ciavatta, M., & Silveira, Z. S. da. (2010). *Celso Suco da Fonseca*. Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana.
- Coelho, A. J. da P. (2014). *Permanência e Abandono escolar: Um estudo sobre Instituições Federais de Joinville e Jaraguá do Sul*. Dissertação (Mestrado em Tecnologia e Sociedade), Universidade Tecnológica Federal do Paraná, PPGTE/UTFPR, Curitiba.
- Colossi, N., & Ety, G. de. (2001). Mudanças no contexto do ensino superior no Brasil: Uma tendência ao ensino colaborativo. *Rev. FAE*, 4(1), 49-58.  
<https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/458/353>
- Constituição Federal do Brasil. (1937).  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm)
- Dallari, D. de A. (2004). *Direitos humanos e cidadania*. Moderna.

- Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. (2010, 20 julho). Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. *Diário Oficial da União*, Brasília.  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm)
- Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. (2010, 20 julho). Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. *Diário Oficial da União*, Brasília.  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm)
- Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942 (1942). Lei orgânica do ensino industrial. *Diário Oficial da União* - Seção 1 - 9/2/1942, Página 1997, Brasília.  
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4073-30-janeiro-1942-414503-publicacaooriginal-1-pe.html>
- Decreto nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942 (1941). *Diário Oficial da União* - Seção 1 - 25/2/1942, Brasília. [https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4127-25-fevereiro-1942-414123-norma-pe.html#:~:text=EMENTA%3A%20Estabelece%20as%20bases%20de,de%20estabelecimentos%20de%20ensino%20industrial.&text=Vide%20Norma\(s\)%3A,Executivo\)%20%2D%20\(Aplica%C3%A7%C3%A3o\).](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4127-25-fevereiro-1942-414123-norma-pe.html#:~:text=EMENTA%3A%20Estabelece%20as%20bases%20de,de%20estabelecimentos%20de%20ensino%20industrial.&text=Vide%20Norma(s)%3A,Executivo)%20%2D%20(Aplica%C3%A7%C3%A3o).)
- Decreto no 7.234 de 19 de julho de 2010. Programa Nacional de Assistência Estudantil - MEC. 2022. Recuperado a partir de: <http://portal.mec.gov.br/%20pnaes>.
- Dore, R., Sales, P. E. N., & Castro, T. L. de. (2014). Evasão nos cursos técnicos de nível médio da rede federal de educação profissional de Minas Gerais. In R. Dore, A. C. de Araujo & J. de S. Mendes (Orgs.), *Evasão na Educação: estudos, políticas e propostas de enfrentamento*. (pp. 379-414). IFB/CEPROTEC/RIMEPES.
- Dourado, L. F. (coord), Oliveira, J. F. de & Santos, C. de A. (2007). *A qualidade da educação: Conceitos e definições*. Brasília-DF. <https://www2.unifap.br/gpcem/files/2011/09/A-Qualidade-na-educacao-DISCUSS%C3%83O-N%C2%BA-24.pdf>
- Duarte, J. C. V & Mendes, C. M. M. (2018). As políticas de educação e o Plano Nacional de Educação (2014-2024): Uma análise da materialização das propostas do plano. *Periódico Série-Estudos do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Católica Dom Bosco*, 23(48), 173-193. <http://www.serie-estudos.ucdb.br/index.php/serie-estudos/article/view/1124/pdf>
- Dubet, F. (2004). O que é uma escola justa? *Cadernos de Pesquisa*, 34, 539-555.
- Dumaresq, Z. M. R. M. (2014). *Análise da política de assistência estudantil no âmbito Instituto Federal do Ceará – campus de Fortaleza – sob o olhar dos discentes*. [https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/8995/1/2014\\_dis\\_zmmdumaresq.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/8995/1/2014_dis_zmmdumaresq.pdf).
- Earp, M. de L. S. (2007) Centro e periferia: Um estudo sobre a sala de aula. *Revista Contemporânea de Educação*, 2(4), 137-150). <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/1520/1369>
- Espindola, R. S. (2002). Conceito de princípios constitucionais: Elementos teóricos para uma formulação dogmática constitucionalmente adequada (2. ed.). *Revista dos Tribunais*.

- Ferrer, J. L. P. (2013). Análise das políticas externas da Argentina e do Brasil em relação à Alemanha, à Itália e aos Estados Unidos da América durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). <http://www.ppghc.historia.ufrj.br/index.php/teses-e-dissertacoes/teses-edissertacoes/teses/66-analise-das-politicas-externas-da-argentina-e-do-brasil-emrelacao-a-alemanha-a-italia-e-aos-estados-unidos-da-america-durante-a-segundaguerra-mundial-1939-1945/file>
- Ferreira, M. C. A., & Souza, M. de F. M. de. (2023). A implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil no Instituto Federal do Pará no período de 2012 a 2021. *Revista Exitus*, 13(1), e023050. <https://doi.org/10.24065/2237-9460.2023v13n1ID2338>
- Ferreira, M. de F. (2020). Assistência estudantil: uma avaliação a partir do desempenho acadêmico dos discentes da UNB. Dissertação de Mestrado. DF: Universidade de Brasília. [http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/38810/1/2020\\_Mar%C3%ADliadeFariaFerreira%20%281%29.pdf](http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/38810/1/2020_Mar%C3%ADliadeFariaFerreira%20%281%29.pdf)
- França é campeã de desigualdades na escola: revela estudo (2016). *RFI (Rádio França Internacional) - France Médias Monde*. Recuperado a partir de: <https://www.rfi.fr/br/franca/20161207-franca-e-campea-de-desigualdades-na-escola-revela-estudo>
- Frigotto, G. (2010) Exclusão e/ou desigualdade social? Questões teóricas e político práticas. *Cadernos de Educação*, 37, 417-442. <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/caduc/article/view/1593/1479>,
- Frigotto, G. (Org.). (2018). *Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: Relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento*. UERJ, LPP.
- Fritsch, R. (2017). Evasão escolar, mundo da escola e do mercado de trabalho: o que dizem os jovens do Ensino Médio de escolas públicas. In R. Dore, P. E. N. Sales, & C. E. G. Silva (Orgs.), *Educação profissional e evasão escolar: Contextos e perspectivas*. RIMEPES. (pp.83-111)
- Formosinho, J. (1998). A igualdade em educação. In E. L. Pires, A. S. Fernandes & J. Formosinho. *A construção social da educação escolar* (2a ed., pp. 169-186). Edições Asa.
- Gallindo, E. (2018). Análise evasão da Rede Federal. <https://public.tableau.com/app/profile/ericagallindo/viz/2017-02-18AnliseEvasoRF/Painel1>.
- Gazotto, M. A. (2014). *Políticas públicas educacionais: uma análise sobre a Política Nacional de Assistência Estudantil no contexto da Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM*. Franca: [s.n.], Dissertação de Mestrado na Universidade Estadual Paulista.
- Gil, A. C. (1994). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (4. ed.). Atlas.
- Gomes, A. M. de O., & Passos, G. O. (2018) A implementação do programa nacional de assistência estudantil (PNAES) nos institutos federais. *Revista de Políticas Públicas*, 22(1), 416-442. <https://www.redalyc.org/journal/3211/321158843021/html/>

- Gomes, N. L., Silva, P. V. B. da, & Brito, J. E. de B. (2021). Ações afirmativas de promoção da igualdade racial na educação: Lutas, conquistas e desafios. *Educação e Sociedade*, 42, 1-14  
<https://doi.org/10.1590/ES.258226>
- Gomes, J. B. B.. (2001). A recepção do instituto da ação afirmativa pelo Direito Constitucional brasileiro. *Revista de Informação Legislativa*, 38(151), 129-152.  
<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/705/r151-08.pdf>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2019). Séries Estatísticas & Séries Históricas.  
<https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=9&op=2&vcodigo=M15&t=abandono-escolar-serie-ensino-medio-serie>.
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN (2023).  
<https://portal.ifrn.edu.br/>.
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (2019). Histórico: De Escola de Aprendizes Artífices a Instituto Federal. Pesquisa a base.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2015).  
<https://www.gov.br/inep/pt-br>
- Jacobi, P. R. (2002). Políticas sociais locais e os desafios da participação cidadina. *Ciência & Saúde Coletiva*, 7(3), 443-454. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232002000300005>
- Kowalski, A. V. (2012). *Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos*. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.  
<http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/5137/1/000438212-Texto%2bCompleto-0.pdf>
- Kuhn, T. S. (1970). *A estrutura das revoluções científicas*. Perspectiva.
- Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996, 23 de dezembro).  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)
- Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. (2012, 29 de agosto). Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm)
- Lemos, M. H. A., & Fantin, M. E. (2021). Análise educacional de escolas públicas no centro e periferia de Curitiba. *Geociência: Conjuntura e Debate*, (pp.140-151).  
<file:///C:/Users/Juliana/Downloads/maisilva,+10+AN%C3%81LISE+EDUCACIONAL.pdf>
- Lima, P. G. (2010). Ações Afirmativas e Universidade No Brasil. *Revista HISTEDBR on line*. 39, 267-285.  
[file:///C:/Users/Juliana/Downloads/AES\\_AFIRMATIVAS\\_E\\_UNIVERSIDADE\\_NO\\_BRASIL.pdf](file:///C:/Users/Juliana/Downloads/AES_AFIRMATIVAS_E_UNIVERSIDADE_NO_BRASIL.pdf)

- Luckesi, Cipriano C. (1983). O papel da didática na formação do educador. In Vera Maria Candau. (Org), *A didática em questão* (pp. 25-34). Vozes.
- Ludke, M., & André, M. E. D. A. (1986) *Pesquisa em educação: Abordagens qualitativas*. EPU.
- Macedo, J. C. (2024) *Política educacional e o enfrentamento das desigualdades socioeducacionais: A assistência estudantil na UFPE e na UFRPE*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- Maia, I. M. & Magalhães, R.L. S. (2001). O desenvolvimento da Ciência em Thomas Kuhn. In *Ciência.org*. <http://www.consciencia.org/thomas-kuhn-ciencia>.
- Maio, C. M., Santos, R. V. (2005). Política de cotas raciais, os “olhos da sociedade” e os usos da antropologia: o caso do vestibular da universidade de Brasília (UNB). *Horizontes Antropológicos*, 11, n. 23, p. 181-214. <https://www.scielo.br/j/ha/a/KyB4tJGCh3zWPsT3n3bFpXw/?format=pdf>
- Mainardes, J., Marcondes, M. I. (2009). Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. *Imagens & Palavras • Educ. Soc.* 30 (106). (pp. 303-318). <https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000100015>
- Marcos, C. M. & Santos, R. V. (2005) Política de Cotas Raciais, os “olhos da sociedade” e os usos da antropologia: o caso do vestibular da universidade de Brasília (UNB). *Horizontes Antropológicos*, 11(23), 181-214. <https://www.scielo.br/j/ha/a/KyB4tJGCh3zWPsT3n3bFpXw/?format=pdf>
- Marcassa, L. P. (2012). Desigualdades sociais e escolares, formação e políticas públicas: compromissos e interesses no campo da educação. *Revista Pedagógica do Programa de Pós-Graduação em Educação da UnoChapecó/SC*, 2(29), 25-36. <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/1445/806>
- Martins, E. B. C. (2012). *Perspectivas do serviço social no âmbito da política de educação*. Editora UNESP.
- Massi, L., & Queiroz, S. L. (2010). Estudos sobre iniciação científica no Brasil: Uma revisão. *Cadernos de Pesquisa*. 40(139), 173-197. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742010000100009>
- Medeiros Neta, O. M., Nascimento, J. M., & Rodrigues, A. G. F. (2012). Uma escola para aprendizes artifices e o ensino profissional primário gratuito. *Holos*, 28(2), 96–104. <https://doi.org/10.15628/holos.2012.919>
- Mello, U. M. & Senkevics, A. S., (2019). Panorama de dados e indicadores para monitoramento da Lei de Cotas. *Caderno de Estudos em Políticas Educacionais*. INEP. (pp. 275 - 300) <https://cadernosdeestudos.inep.gov.br/ojs3/index.php/cadernos/article/view/1011/759>
- Menezes, P. L.. (2001). A ação Afirmativa (affirmative action) no Direito Norteamericano. *Revista dos Tribunais*. 173p.

- Minayo, M. C. de S., Deslandes, S. F., & Gomes, R. (2010). *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade* (29.<sup>a</sup> ed.). Vozes.
- Minayo, M. C. de S. (2008). *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde* (11<sup>a</sup> ed.). Hucitec.
- Minayo, M. C. de. (2010) *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde* (12<sup>a</sup> ed.). Hucitec.
- Moehlecke, S. (2002). Ação afirmativa: história e debates no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, 117, 197-217. [https://redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/fcc\\_artigo\\_2002\\_SMoehlecke.pdf](https://redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/fcc_artigo_2002_SMoehlecke.pdf)
- Moraes, A. de. (2009). *Direito Constitucional* (24<sup>a</sup> ed. rev e atual). Atlas.
- Moreira, M. A. (2005). *Aprendizagem significativa crítica*. Ed. do Autor.
- Morgado, J. C. (2018). *O estudo de caso na investigação em educação* (3<sup>a</sup> ed.). De Facto Editores.
- Nardi, E. L. (2023). Educação básica: conjuntura atual, desafios e possibilidades. *Educere Et Educare*, 18, 53–67. <https://doi.org/10.48075/educare.v18i47.30236>.
- Ofício Circular nº 42, de 03 de maio de 2011. (2011, 03 maio). Assistência Estudantil. Plano Nacional de Educação (2014, 25 de junho). Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm)
- Oliveira, M. C. S. de, & Monteiro, L. M. (2023). A percepção dos beneficiários do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) na UFCA. *Peer Review*, 5(23), 392–407. <https://doi.org/10.53660/1309.prw2828> Acesso em: nov. 2023.
- Pacheco, E. (2007). Nova perspectiva para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. <http://portal.mec.gov.br>.
- Paixão, E. L., Dore, R., Margiotta, U. & Laudares, J. B. (2014). Transição escola – trabalho e perfis de estudantes evadidos e diplomados na educação profissional técnica no Brasil. In R. Dore, A. C. de Araujo, & J. de S. Mendes (Orgs.), *Evasão na Educação: Estudos, políticas e propostas de enfrentamento* (pp. 315- 342). IFB/CEPROTEC/RIMEPES.
- Paula, S. G. de. (2012) *Desigualdades e desempenho escolar no processo de escolarização da juventude: uma análise contextual sobre a expansão do ensino médio na região metropolitana de Belo Horizonte*. Tese de doutorado apresentada a Universidade Federal de Minas Gerais. [https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-92YMAU/1/tese\\_versao\\_final.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-92YMAU/1/tese_versao_final.pdf)
- Pereira, G. L. M. (2012). Lei de cotas nas universidades: Constitucionalidade e necessidade. *Revista Jus Navigandi*, 17(3365). <https://jus.com.br/artigos/22632/lei-de-cotas-nas-universidades-constitucionalidade-e-necessidade>
- Pinheiro, A. F. D. (2015). Avaliação da assistência estudantil: possibilidades e limites de uma política

- pública educacional. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Recuperado a partir de: <https://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/ServicoSocial/Dissertacoes/mireille.pdf>
- Piovesan, F. (2005). Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos. *Cadernos de Pesquisa*, 35(124), 43-55. <https://www.scielo.br/j/cp/a/3bz9Ddq8YpxP87fXnhMZcJS/#>
- Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de base. Brasília: INEP, <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/Plano+Nacional+de+Educa%C3%A7%C3%A3o+PNE+2014-2024++Linha+de+Base/c2dd0faa-7227-40ee-a520-12c6fc77700f?version=1.1&download=true>
- Prada, T., & Surdine, M. C. da C. (2018). A assistência estudantil nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. *SER Social*, 20(43), 268–289. [https://doi.org/10.26512/ser\\_social.v20i43.18860](https://doi.org/10.26512/ser_social.v20i43.18860)
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2005) *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Ramalho, L. E. G. (2013). *Abordagem avaliativa da política de assistência estudantil em uma instituição de ensino profissional*. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) –Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora-MG. [https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/1052/1/ludmilaeleonorago\\_mesramalho.pdf](https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/1052/1/ludmilaeleonorago_mesramalho.pdf).
- Regulamentos de Assistência Estudantil são publicados. Pesquisa a base de dados do site institucional do IFRN. <http://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/regulamentos-de-assistencia-estudantil-sao-publicados>
- Resolução nº 34, de 31 de julho de 2017. *Aprova o regulamento do Programa de Apoio à Formação Estudantil no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte*. <http://portal.ifrn.edu.br/conselhos/consup/resolucoes/2017/resolucao-no-34-2017/view>
- Riccioppo, T (2013). Memórias e Identidade Nacional através de discursos: percursos para biografia política do Deputado Fidélis Reis. In G. Calçado. (Org.). *Gestão Pública e suas implicações no século XXI* (pp. 300-334). W/S.
- Rodriguez, T. D. M., & de Lima, T. P. (2023). Revisão sistemática da pesquisa em política pública de assistência estudantil. *Brazilian Journal of Business*, 5(4), 1852–1869. <https://doi.org/10.34140/bjbv5n4-002>.
- Sampaio, R. C. Lycarião, D. (2021). Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação. Enap. [https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/6542/1/Analise\\_de\\_conteudo\\_categorial\\_final.pdf](https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/6542/1/Analise_de_conteudo_categorial_final.pdf)
- Santos, B. S. (1987). *Um discurso sobre as ciências*. Edições Afrontamento.
- Santos, L. M. dos., & Escobar, S. A. (2021). Beyond admission: racial quotas in Federal Institutes and the challenges of emancipatory technical and professional training. *Research, Society and Development*, 10(10), e346101017963. <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i10.17963>

- Saraiva, A. (2017, 24 novembro). População chega a 205,5 milhões, com menos brancos e mais pardos e pretos. Agência IBGE Notícias. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-populacao-chega-a-205-5-milhoes-com-menos-brancos-e-mais-pardos-e-pretos>
- Seabra, T. (2009). Desigualdades escolares e desigualdades sociais. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 59, 75-106. <https://sociologiapp.iscte-iul.pt/pdfs/10120/10123.pdf>
- Senkevics, A. S., Machado, T. S., & Oliveira, A. S. (2016). *A cor ou raça nas estatísticas educacionais: uma análise dos instrumentos de pesquisa do Inep*. Inep.
- Silva, M. R. da, Pelissari, L. B., & Steimbach, A. A. (2013). Juventude, escola e trabalho: Permanência e abandono na educação profissional técnica de nível médio. *Educação e Pesquisa*, 39, 403-417. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022012005000022>
- Silva, N. G. P. (2019). *As ações afirmativas como tensão à estrutura universitária: O caso da UEL (2004-2018)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. São Paulo. <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/11544/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20nikolas%20-%2007-05-2019.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Taufick, A. L. de O. L. (2014). Análise da Política de Assistência Estudantil dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, 30. <https://doi.org/10.21573/vol30n12014.50020>
- Teixeira, T., & Mariot, C. (2023). A lei de cotas e seus impactos no perfil discente do Instituto Federal de Santa Catarina. *Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília*. (pp.1-15) <https://doi.org/10.36311/2447-780X.2023.v9.e023003> Acesso em: nov. 2023.
- Terenciano, F., Pedro, Z., & Saliao, A. (2018). Uso da gestão da informação e do conhecimento na avaliação da política pública de assistência estudantil: Algumas questões teóricas e empíricas. *Revista de Gestão e Avaliação Educacional*, 7(14), 49-62. <https://periodicos.ufsm.br/regae/article/view/29803/pdf>
- Torres, M. C. N. (2010) *Direito à educação: A evasão escolar causada pelo trabalho infantil. Monografia apresentada ao curso de especialização da FEMPAR como requisito parcial à obtenção de Título de Pós-graduação em Direito*. Curitiba. [http://www.femparpr.org.br/monografias/upload\\_monografias/Marcia%20Cristina%20Nogueira%20Torres.pdf](http://www.femparpr.org.br/monografias/upload_monografias/Marcia%20Cristina%20Nogueira%20Torres.pdf) Acesso em: set. 2019.
- Triviños, A. N. S. (1987) *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. O positivismo, a fenomenologia, o marxismo*. Editora Atlas S. A.
- Veiga, I. P. A. (1991). *Técnicas de ensino: por que não?* Papirus.

## **APÊNDICES**

---

## APÊNDICE I – Questionário aplicado através do google forms aos bolsistas do IFRN.

### PERFIL

1. Nome:

---

2. Idade:

---

3. Etnia

Marcar apenas uma oval.

Amarela

Branca

Indígena

Parda

Preta

Outro: \_\_\_\_\_

4. Estado civil

Marcar apenas uma oval.

Solteiro(a)

Casado(a)

Mora com companheiro(a)

Divorciado(a)

Viúvo(a)

Outro: \_\_\_\_\_

5. Quantos familiares moram com você?

---

6. Qual a média da renda da sua família total por mês?

Marcar apenas uma oval.

- Até 1 salário mínimo
- de 1 a 3 salários mínimos
- de 3 a 5 salários mínimos
- Mais de 5 salários mínimos

7. Sua formação anterior foi em escola:  
Marcar apenas uma oval.

- Pública
- Privada com bolsa
- Privada
- Parte em pública, parte em privada

8. Há quantos meses é bolsista do Programa de Apoio à Formação Estudantil?

---

9. Quais outros auxílios recebe pela Assistência Estudantil?

*Marque todas que se aplicam.*

- Auxílio Alimentação
- Auxílio Moradia
- Auxílio Transporte
- Nenhum
- Outro: \_\_\_\_\_

10. Como utiliza o valor recebido da bolsa do Programa de Apoio à Formação Estudantil?

*Marque todas que se aplicam.*

- Para poupança
- Para despesas de casa
- Para despesas com meus estudos
- Outro: \_\_\_\_\_

### **Rendimento Escolar**

Verificar o rendimento escolar após a inserção no Programa de Apoio à Formação Estudantil

11. Avalie as afirmações abaixo, conforme seu grau de concordância, após a sua seleção para o Programa de Apoio à Formação Estudantil:

*Marcar apenas uma oval por linha.*

	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
<b>Estou mais assíduo na escola</b>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>Estou mais motivado nas aulas</b>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>Me dedico mais aos estudos</b>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>Minhas notas nas avaliações melhoraram</b>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>Meu rendimento escolar no geral melhorou</b>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

### **Percepção**

Averiguar a percepção dos estudantes bolsistas sobre o Programa de Apoio à Formação Estudantil

12. Avalie as afirmações abaixo, conforme seu grau de concordância, sobre o Programa de Apoio à Formação Estudantil:

Marcar apenas uma oval por linha.

	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
Estimula o estudo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Auxilia financeiramente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
É uma oportunidade de continuar estudando	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Incentiva a tirar notas boas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Contribui para diminuir a reprovação do aluno	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Contribui para diminuir o índice de evasão de alunos do IFRN	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ajuda a manter a assiduidade e pontualidade do estudante	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Influencia negativamente no tempo disponível para estudo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

13. Se não participasse do Programa de Apoio à Formação Estudantil, continuaria os estudos?

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

Talvez

### Expectativas e sugestões

Verificar as expectativas futuras e sugestões dos estudantes bolsistas.

14. Após terminar o curso no IFRN, qual sua expectativa para o futuro?

---

---

---

15. Quais outros benefícios você avalia que sejam necessários para a manutenção do aluno desfavorecido socioeconomicamente no IFRN?

---

---

---

16. Na sua opinião, o que pode melhorar em relação ao Programa de Apoio à Formação Estudantil?

---

---

---

## **APÊNDICE II – Questionário utilizado na entrevista dos ex-bolsistas do IFRN.**

### **ROTEIRO DE ENTREVISTA EX-BOLSISTAS DO IFRN**

Prezado(a) aluno(a) ex-bolsista do IFRN,

Solicitamos sua colaboração em responder esta entrevista que tem o objetivo de colher dados para a pesquisa de mestrado em Ciências da Educação, área de especialização em Sociologia da Educação e Políticas Educativas da Universidade do Minho/Portugal.

O estudo irá investigar a efetividade do Programa de Apoio à Formação Estudantil no âmbito da Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN.

Informamos que as informações obtidas serão tratadas, analisadas e divulgadas apenas academicamente, mantendo o sigilo e anonimato necessários.

Agradecemos sua participação.

Nome: \_\_\_\_\_

Curso: \_\_\_\_\_

Qual período foi bolsista do IFRN? \_\_\_\_\_

1. Avalie a importância da bolsa do Programa de Apoio à Formação Estudantil do IFRN na sua vida educacional?
2. A bolsa do Programa de Apoio à Formação Estudantil do IFRN influenciou na sua permanência na escola? Por quê?
3. Os programas de assistência estudantil do IFRN influenciaram no seu bom rendimento escolar (assiduidade, motivação para estudar, melhoria das notas, etc.)? Por quê?
4. Na sua percepção de ex-bolsista, o que o Programa de Apoio à Formação Estudantil do IFRN refletiu positiva ou negativamente na sua vida educacional ou pessoal?
5. Você acredita que políticas de assistência estudantil oportunizam o fortalecimento do papel da educação para o desenvolvimento da sociedade? Qual sua opinião sobre o papel da educação para o desenvolvimento da sociedade?
6. O que você sugeriria para melhorar o Programa de Apoio à Formação Estudantil do IFRN?

**APÊNDICE III – Questionário utilizado na entrevista do servidor responsável pela assistência estudantil do IFRN.**

**ROTEIRO DE ENTREVISTA  
SERVIDOR(A) RESPONSÁVEL PELA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IFRN**

Prezado(a) servidor(a),

Solicitamos sua colaboração em responder esta entrevista que tem o objetivo de colher dados para a pesquisa de mestrado em Ciências da Educação, área de especialização em Sociologia da Educação e Políticas Educativas da Universidade do Minho/Portugal.

O estudo irá investigar a efetividade do Programa de Apoio à Formação Estudantil no âmbito da Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN.

Informamos que as informações obtidas serão tratadas, analisadas e divulgadas apenas academicamente, mantendo o sigilo e anonimato necessários.

Agradecemos sua participação.

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Há quanto tempo responsável pelos programas de assistência estudantil? \_\_\_\_\_

1. Como se dá a seleção dos alunos para os programas de assistência estudantil no IFRN? Na sua opinião, se há algo a melhorar nesse processo, o que sugeriria?
2. Quais os principais objetivos da política educativa de assistência estudantil do IFRN?
3. Em média, quantos alunos do IFRN foram abrangidos nos últimos quatro anos pelos programas de assistência estudantil?
4. Como você avalia a importância da política educativa de assistência estudantil no IFRN para os alunos inseridos nas ações?
5. Qual sua percepção, na prática, da influência, positiva ou negativa, dos programas de assistência estudantil na vida dos estudantes selecionados?
6. Na sua percepção de vivência, quais os motivos que levam um estudante selecionado nos programas a não prosseguir ou não ter bom rendimento nos estudos?

7. Atualmente, as ações da política educativa de assistência estudantil do IFRN são avaliadas junto aos estudantes? Como ocorre essa avaliação?

8. Quais os desafios enfrentados ultimamente pela assistência estudantil no IFRN?

9. Quais suas expectativas ou sugestões do que poderia melhorar na política de assistência estudantil do IFRN?

## APÊNDICE IV – Carta de anuência do IFRN



Ministério da Educação  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
REITORIA

REITORIA

Rua Dr. Nilo Bezerra Ramalho, 1692, Tirol, NATAL / RN, CEP 59015-300

Carta de Anuência 4/2018 - RE/IFRN

10 de dezembro de 2018

### CARTA DE ANUÊNCIA

Eu, Wyllys Abel Farkatt Tabosa, Matrícula 1110378, Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), localizado à Rua Dr. Nilo Bezerra Ramalho, 1692, Tirol, Natal-RN, venho através deste documento, conceder anuência à pesquisadora CAROLINE DO NASCIMENTO RODRIGUES para desenvolver o seu projeto de pesquisa intitulado "Efetividade de uma política educativa: um estudo sobre os bolsistas da Reitoria do IFRN", sob a orientação da Professora Doutora Esmeraldina Maria Costa Veloso, tendo por objetivo analisar a efetividade do Programa de Apoio à Formação Estudantil na Reitoria do IFRN.

Autorizamos, ainda, que o nome deste Instituto Federal conste do relatório final, bem como em futuras publicações na forma de artigo científico e na dissertação a ser defendida no Instituto de Educação da Universidade do Minho, Braga/Portugal.

Ressaltamos que a pesquisadora deverá manter os dados coletados em absoluto sigilo, de acordo com a Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (CNS/MS), que trata da pesquisa envolvendo seres humanos. Além disso, salientamos que tais dados deverão ser utilizados tão somente após análise, para realização da presente pesquisa.

Documento assinado eletronicamente por:

■ Wyllys Abel Farkatt Tabosa, REITOR - CD1 - RE, em 10/12/2018 08:19:20.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 07/12/2018. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 81385

Código de Autenticação: 487x311299



## APÊNDICE V - Declaração autorizando o uso do nome do IFRN



Ministério da Educação  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
REITORIA  
Rua Dr. Nilo Bezerra Ramalho, 1692, Tirol, NATAL / RN, CEP 59015-300  
Fone: (84) 4005-0768, (84) 4005-0750

### DECLARAÇÃO 19/2019 - RE/IFRN

Declaro, para os devidos fins, que estou de acordo com a utilização do nome do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, por mim representado legalmente, nos termos do Decreto Presidencial de 15 de abril de 2016 (Diário Oficial da União Ano LVII Nº-73), na pesquisa intitulada "**Efetividade de uma política educativa: um estudo sobre os bolsistas da Reitoria do IFRN**" submetida pela aluna CAROLINE DO NASCIMENTO RODRIGUES, sob a orientação do Prof. Dr. José Augusto Palhares, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Ciências da Educação, da Universidade do Minho- UMINHO - Braga/Portugal.

Wyllys Abel Farkatt Tabosa

Reitor

(assinado eletronicamente)

Documento assinado eletronicamente por:

• **Wyllys Abel Farkatt Tabosa, REITOR - CD1 - RE**, em 18/10/2019 12:23:37.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 17/10/2019. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 153954

Código de Autenticação: de6ebf72a7



## **APÊNDICE VI – Transcrição da entrevista com a assistente social do IFRN**

DURAÇÃO: 25min54seg.

PARTICIPANTES: Assistente social

MODERAÇÃO: Caroline do Nascimento Rodrigues

TRANSCRIÇÃO: Pedro Henrique

### **APRESENTAÇÃO**

- Entrevistada 1, bom dia. Estamos precisando de uma colaboração para responder essa entrevista que o objetivo é colher dados para pesquisa de mestrado em Minho, em Ciência da Educação. Esses dados vão ser analisados e tratados só academicamente, mantendo o sigilo e anonimato. Então vamos iniciar.

#### **I. Como se dá a seleção dos alunos para os programas de assistência estudantil no IFRN? Na sua opinião, se há algo a melhorar nesse processo, o que sugeriria? (0:24)**

- ENTREVISTADA: A gente tem um processo que é, de certa forma, unificado, porque a gente faz para todos os *campi*, um único edital, mas não necessariamente no mesmo período. Por meio desse Edital, cada *campus* vai colocar quais são as suas vagas, a quantidade de vagas que vão ser disponibilizadas, para cada programa, se é período para renovação ou para inscrição dos estudantes. E aí, vai ocorrer no seu período específico de cada *campus*, de acordo com calendário, com as atividades do *campus*. E aí, a gente faz, centraliza isso, de certa forma, aqui no nível da Reitoria, porque a gente publica o edital aqui pelo DIGAE. Então as colegas que estão nos *campi*, nos passam essas informações e a gente coloca no edital e publica. Então a gente faz o processo de divulgação amplo, porque a gente divulga na página em cada *campus* e os profissionais também fazem a divulgação, não só da página do *campus*, replicando a notícia, mas também por meio de cartazes, sala de aula, a gente passa em todas as salas para fazer divulgação. E assim, também, na conversa boca-a-boca com os estudantes porque eles acabam vindo também procurar o serviço social e a gente vai fazendo as orientações. E aí, o processo da inscrição é todo feito através do sistema, os estudantes, no período que está definido lá no Edital. Fica aberto, eles acessam, fazem a inscrição, que pode ser feito para os três programas, ou quatro, ao depender de quantos programas o *campus* disponibilize. E aí, eles...

- MODERADORA: Quais: o de apoio a formação estudantil, o auxílio transporte?

- ENTREVISTADA: Alimentação, tem o de moradia. E ainda tem, em alguns *campi*, mais de grande Natal, o curso de... o programa relacionado aos cursos de idiomas. Que é uma correlação que a gente

faz com a FUNCERN e tal, não é um programa exatamente nosso da assistência estudantil, mas é também amparado pelo serviço social em alguns *campi*. Então eles podem se inscrever, e aí eles fazem a inscrição no sistema, aparece um “formulariozinho”. Inicialmente, ele atualiza a caracterização socioeconômica, então ele atualiza as informações sobre a situação dele, que vão nos ajudar a fazer o processo seletivo e insere uma documentação comprobatória que está definida lá no Edital para cada situação que o estudante apresenta. Então ele insere digitalizado, antes a gente recebia o documento físico, agora a gente já recebe o documento digitalizado. E aí, a partir desse momento, a gente vai verificando a documentação e as informações que o estudante presta e vai fazendo a análise; e acaba que isso, atualmente, é muito peculiar a cada profissional, a forma de operacionalizar essa seleção. Porque cada profissional com essas informações, de posse dessas informações, vai organizando seu processo de trabalho para fazer a seleção. E aí, a gente vai tentando adequar a quantidade de vagas, no caso que é relacionado ao orçamento, que está disponível para cada programa, que foi planejado, e a solicitação dos estudantes. Então, a gente vai passando pelas situações mais críticas para serem inseridas e, em alguns casos, a gente vai fazendo meio que uma análise, no caso assim, por exemplo o transporte, a gente vai vendo a possibilidade de inserir estudantes com um percentual menor de repasse para esses estudantes como forma de tentar abranger um maior número de estudantes possível para esse atendimento. Então, a gente dá 70% (setenta por cento), 90% (noventa por cento) do valor, para eu poder utilizar aquele recurso da melhor forma, para atender o maior número de estudantes. Então, atualmente é feito dessa forma. A gente divulga resultado, insere no sistema - esses estudantes participantes estão todos cadastrados como participantes no sistema - que vai gerar para a gente os relatórios e a forma de acompanhar também.

- MODERADORA: Quanto tempo você está à frente das ações da DIGAE?

- ENTREVISTADA: Aqui na DIGAE eu estou, deixa eu ver, já fez dois anos.

- MODERADORA: Dois anos. Antes era de *campus*?

- ENTREVISTADA: Isso. Eu estou no IF a quase... são 9 (nove) anos já, quase 10 (dez).

- MODERADORA: Era do interior?

- ENTREVISTADA: É, comecei no *campus* Caicó, aí passei por Santa Cruz um tempinho, fiquei também em São Gonçalo um tempo maior e depois eu vim para cá.

- MODERADORA: Hum, tá certo. Você acha que, em relação a essa seleção, você acha que tem algo a melhorar no processo? Você sugeriria algo?

- ENTREVISTADA: Tem, muita coisa. Tem muita coisa para se melhorar. Assim, na verdade a demanda dos programas, especialmente o processo seletivo, é uma demanda que eu acho que é a mais

significativa atualmente para o serviço social em termos de quantidade de trabalho, a operacionalização. E aí, a gente fica muito afogado nisso e, muitas outras coisas que a gente poderia, deveria, gostaria, inclusive, de fazer, a gente não consegue ainda. Porque esse processo seletivo nos toma muito tempo mesmo e é bastante cansativo. É muito exaustivo. Porque, assim, além da quantidade de alunos, as situações que eles trazem para a gente são situações as vezes muito delicadas, muito difíceis e a gente vai observando e verificando; a gente fica sempre muito num dilema muito grande as vezes para inserir um aluno ou outro por causa dessas situações e isso pesa muito na nossa análise, com o psicológico da gente. Então, em termos de melhorias, a gente tem hoje uma comissão que está trabalhando. A gente pegou alguns exemplos de outros institutos, então a gente pegou mais pesado no processo seletivo do IFPB, de como eles fazem. É um processo seletivo um pouco mais objetivo do que a gente faz, as coisas estão mais inseridas no sistema, então esse momento do pós-inscrição dos estudantes ele é todo analisado no sistema: com uma ficha, com uma pontuação; e aí, é muito mais objetivo e aí a gente está tentando, nesse momento, trabalhar com... definir critérios específicos para análise, ter uma ficha de pontuação que a gente possa tornar isso mais objetivo para ver se a gente reduz um pouco essa carga e o tempo de trabalho no processo seletivo. Então, assim, eu não tenho ainda muita clareza de como serão essas melhorias, mas o que a gente visualiza é justamente isso: é ver formas e alternativas e é isso que a gente está discutindo agora para objetivar um pouco mais.

- MODERADORA: Tudo bem.

## **II. Quais os principais objetivos da política educativa de assistência estudantil do IFRN? (7:20)**

- ENTREVISTADA: A política de assistência estudantil ela tem uma perspectiva de assegurar a permanência dos estudantes, especialmente os que estão em situação de vulnerabilidade e risco social. Então, garantir a permanência também com êxito, numa perspectiva de reduzir a evasão dos estudantes, reduzir também o nível de retenção (esses estudantes que ficam repetindo, repetindo) em função das condições de vida que eles têm. Mas eu visualizo, também, que a assistência estudantil ela tem um pouco para além disso, na medida que a gente atendendo esses estudantes, a gente trabalha não só as questões econômicas, digamos assim, mas também as sociais. E aí, nessa perspectiva, eu acho que a assistência estudantil, através do trabalho do serviço social, da psicologia, de outros profissionais, inclusive da promoção a saúde, pelo setor de saúde que existe em cada *campus*, a gente também trabalha na formação desses estudantes enquanto sujeitos. Então, sujeitos de direitos, sujeitos

ativos e conscientes da sua existência nessa sociedade. Então, eu entendo que é também um objetivo nosso essa constituição dos estudantes.

**III. Em média, quantos alunos do IFRN foram abrangidos nos últimos quatro anos pelos programas de assistência estudantil? (8:49)**

- ENTREVISTADA: Essa informação eu não tenho, assim.

- MODERADORA: Mas tem como conseguir?

- ENTREVISTADA: Tem, tem. A gente tem, nos relatórios de gestão, e aí os acompanhamentos que a gente faz. É porque eu sou péssima para dar números.

- MODERADORA: Mas, tudo bem.

- ENTREVISTADA: Mas, assim, a gente tem essas informações pelos acompanhamentos e está também disponível para o público nos relatórios de gestão que a gente faz.

- MODERADORA: Depois eu vou pegar esse dado com você.

- ENTREVISTADA: Pronto, tranquilo.

**IV. Como você avalia a importância da política educativa de assistência estudantil no IFRN para os alunos inseridos nas ações? (9:22)**

- ENTREVISTADA: A gente atende estudantes com situações bem difíceis e algumas, inclusive, se não houvesse a assistência estudantil, eles não estariam na escola. Então, na perspectiva que a gente tem da assistência estudantil de ser uma forma de garantir com que esses estudantes tenham acesso, de fato, a educação (porque o acesso não é só entrar na escola, mas acesso é essa permanência que falei, o êxito), então é a garantia do direito a educação especialmente. Eu acho que tem essa importância. E aí, para muitos estudantes, se não fosse a assistência estudantil, que tem essa perspectiva de a gente trabalhar com a equidade, então a gente entende que a gente vive numa sociedade de muitas disparidades sociais. Então, existem muitas pessoas que não estão em igualdade de condições que outros, então é necessário que a gente, de alguma forma, dê um suporte para que essas pessoas tenham a possibilidade de ter um pouco mais de tranquilidade para poder estudar, enfim, e desenvolver as atividades acadêmicas. E aí, como eu falei antes, tem também essa importância de que esses estudantes sendo acompanhados por esses profissionais, eles têm o suporte para a vida também, que não é só a importância do acesso à educação e da permanência nesse curso, de terminar esse curso, mas é uma coisa que vai impactar para além disso.

- MODERADORA: Liliane, uma pergunta extra aqui, esses valores, tanto do auxílio transporte, quanto da bolsa, como é que eles são calculados?

- ENTREVISTADA: Do transporte, a gente calcula com base no valor que o estudante tem de custo com transporte para fazer o trajeto de casa para a escola.

- MODERADORA: Da passagem normal que é cobrada.

- ENTREVISTADA: Isso, é. Pela realidade que a gente tem dos diversos *campi*, no caso aqui em Natal, os estudantes utilizam mais o transporte público, então tem o valor que é fixo. No caso de quem mora no interior, as vezes ele freta um carro, as vezes ele paga mais de um transporte. Então, a gente considera a informação que o estudante passa para a gente e aí eles se responsabilizam e isso está também no edital, eles se responsabilizam por essas informações. E aí, no caso da bolsa, a gente tem esse valor que foi estabelecido, e aí, todo ano a gente tem, isso está inclusive no regulamento do programa, que pode ser feito um reajuste de acordo com os índices de inflação e tudo, e também, considerando o orçamento, a disponibilidade orçamentária que a gente tem. Então, já faz alguns anos que está nesse valor justamente por conta da disponibilidade orçamentária.

- MODERADORA: Houve alguma diminuição de orçamento em relação a esses últimos cortes que tiveram?

- ENTREVISTADA: Não.

- MODERADORA: Não afetou a assistência estudantil?

- ENTREVISTADA: Não afetou. Mesmo quando houve o contingenciamento, que aí foi feito para outras áreas, mas não para a assistência estudantil; a assistência estudantil foi mantida, mas houve uma readequação administrativa desse orçamento e, de toda forma, a gestão do IFRN entendeu que não se deveria mexer na assistência estudantil. Foi garantido que os programas permaneceriam, então, outros setores, outras dimensões da gestão tiveram que contribuir para readequar com seus orçamentos, mas a assistência estudantil, não. A gente acabou fazendo algumas contribuições no sentido da contratação de alguns profissionais para atender os estudantes, mas os programas em si, eles não foram mexidos.

- MODERADORA: Tá certo.

V. **Qual sua percepção, na prática, da influência, positiva ou negativa, dos programas de assistência estudantil na vida dos estudantes selecionados? (13:20)**

- MODERADORA: Na prática, efetivamente, você consegue visualizar como isso influencia positivamente ou negativamente na vida dos estudantes?

- ENTREVISTADA: Assim, a participação... Os programas tem características muito específicas.

- MODERADORA: Por exemplo esse que a gente está focando no estudo.

- ENTREVISTADA: É, esse eu acho que assim, na minha percepção, ele é ainda um programa ainda mais contraditório. Os outros, eles têm essa importância para os estudantes da permanência e tal, para pagar o transporte, é uma relação um pouco mais direta. No caso do programa de apoio a formação estudantil, ele tem, na minha visão, uma certa contradição que é a exigência da contrapartida, na atuação nos setores. Foi uma coisa que a gente, inclusive, discutiu muito quando a gente foi criar esses regulamentos, eles são de 2017, foram aprovados em 2017, e aí, a gente tinha um grupo de trabalho que estava construindo, a gente com o grupão todo de assistentes sociais, e a nossa perspectiva era de acabar com a contrapartida. Porque a gente entende que a contrapartida do estudante é justamente o rendimento acadêmico, a frequência. Assim, e quando a gente fala em assistência, a gente fala de assistência para quem precisa. É para dar igualdade de condições. Então, assim, a gente não pode exigir uma contrapartida para essa assistência, porque a gente acaba meio que exigindo além daquilo que deveria. Porque a assistência ela deve ser feita para cobrir uma necessidade daquele estudante. E aí, o discurso que existe institucionalmente, é de que há uma importância, desse primeiro momento, de uma inserção nos setores, de inserção no mundo do trabalho, digamos assim, para que os estudantes desenvolvam algumas habilidades e isso é o que está posto da resolução. Mas, assim, é contraditório na medida que esses estudantes eles acabam ocupando uma carga horária, então eles têm essa dificuldade, precisam reorganizar toda a vida acadêmica para poder cumprir essa carga horária; muitas vezes, existem estudantes que têm a necessidade de serem assistidos - e esse é um dos dilemas que a gente fica no processo seletivo as vezes - tem uma enorme necessidade e essa é a maior bolsa, o maior valor de bolsa que a gente tem para ofertar a esses estudantes, mas eles tem dificuldades sociais que impedem de estar nesse programa. Então, porque: “ah, eu cuido da minha avó e eu não posso deixar ela sozinha, não posso disponibilizar esse horário para estar em outra atividade”, então ou “porque eu tenho problemas e questões psicológicas que me impedem de estar numa atividade desse tipo”. Então, a gente acaba excluindo esses estudantes mais uma vez no processo porque ele não tem condições de ofertar essa contrapartida. Por outro lado, os estudantes que estão inseridos no programa, a gente entende que eles acabam cobrindo os espaços, tapando os buracos de onde deveriam estar os servidores, e aí, nem sempre eles conseguem desenvolver essas habilidades, que são habilidades muito gerais, muito genéricas, que não tem relação com o curso de formação. Então, a nossa compreensão é de que isso contribui muito pouco nesse processo de formativo. Talvez mais interessante seria se ele tivesse essa disponibilidade de tempo para investir na formação mesmo. E aí, assim, tem essa contradição do

programa, é uma luta nossa, é uma bandeira nossa do serviço social, que esse programa ele seja reformulado e que essa contrapartida não exista mais. Mas há uma dificuldade institucional pela compreensão do que é de fato assistência estudantil para os nossos gestores mesmo.

- MODERADORA: Ah, entendi.

**VI. Na sua percepção de vivência, quais os motivos que levam um estudante selecionado nos programas a não prosseguir ou não ter bom rendimento nos estudos? (17:48)**

- ENTREVISTADA: Como eu falei, antes os estudantes que chegam para o atendimento através dos programas, eles não têm só dificuldades econômicas. Os nossos programas acabam que são justamente pautados nessa contribuição econômica. Através deles, a gente faz diversos outros atendimentos, encaminhamentos, acompanhamentos que a gente faz dos estudantes, a gente vai identificando outras coisas. Mas existem questões que estão muito além daquilo que a gente pode fazer através dos programas ou dos muros da instituição. Porque, assim, a educação é uma dimensão da vida desse estudante, e aí, para esses estudantes que vem das camadas mais pobres da sociedade, existem uma série de outros determinantes da vida que dificultam eles estarem atentos, desenvolvidos com o processo de formação e outras dificuldades que impedem, inclusive, deles estarem frequentando mesmo a escola. Então, as vezes ele tem o auxílio transporte, mas ele tem tantas dificuldades, conflitos familiares, que impede que ele esteja frequentando. Então, esse nosso acompanhamento é um acompanhamento que precisa ser feito de forma muito minuciosa, muito cuidadosa com a situação de vida dos estudantes. Existem essas dificuldades todas: os conflitos familiares, as situações de violência, de violações de direitos. As vezes o aluno não tem moradia, então, assim, tem uma série de outras questões da vida desse estudante que impedem que ele tenha um bom desempenho e existem também as próprias questões acadêmicas, de afinidade com o curso, de dificuldade com determinadas metodologias de professores. Tem uma série de outras coisas que podem interferir nesse processo. Daí a necessidade de a gente estar muito articulado institucionalmente e também articulado numa rede com as outras instituições que possam dar apoio a essas famílias, a esse estudante para tentar minimamente fazer com que ele tenha condições de estudar.

- MODERADORA: Prosseguir nos estudos.

- ENTREVISTADA: Isso.

**VII. Atualmente, as ações da política educativa de assistência estudantil do IFRN são avaliadas junto aos estudantes? Como ocorre essa avaliação? (20:10)**

- ENTREVISTADA: Nos regulamentos dos programas, eles preveem um questionário que o estudante responde, no caso do programa de apoio a formação estudantil. Tem um formulário avaliativo que o estudante responde, o servidor que acompanha ele nos setores também responde, e aí, a gente tem um pouco o termômetro de como funciona. O programa de transporte também tem uma avaliação e, o de alimentação, a gente vai seguindo muito o termômetro a partir... porque no programa de alimentação é fornecido alimentação, as vezes por contrato de uma empresa, as vezes é produzido pelos próprios *campus*. Quando é contrato, tem um fiscal de contrato, aí tem cada contrato a forma de fazer esse levantamento. Mas, de fato, a gente não tem uma avaliação, digamos assim, junto ao movimento estudantil para entender quais são as demandas mesmo desses estudantes. A gente não tem como um fórum de discussão ou algo nesse sentido; ferramentas e instrumentos que a gente possa avaliar dessa forma.

- MODERADORA: Vocês avaliam ao fim da bolsa?

- ENTREVISTADA: Os estudantes do programa de apoio.

- MODERADORA: Sim.

- ENTREVISTADA: A cada ano.

- MODERADORA: Certo.

- ENTREVISTADA: Sempre que conclui o ano a gente faz essa avaliação e quando eles saem também.

- ENTREVISTADA: Tá certo.

**VIII. Quais os desafios enfrentados ultimamente pela assistência estudantil no IFRN? (21:44)**

- ENTREVISTADA: Desafios, eu acho que o orçamento que ainda está muito a quem da nossa necessidade. A gente tem cerca de 92% de estudantes que estão dentro daquela faixa de renda estabelecida no decreto, no DENAS, que é de um salário mínimo e meio, e quando a gente vai fazer o planejamento do orçamento para os programas, embora a gente reserve mais de 70% do nosso orçamento só para os programas, a gente ainda atende uma parte muito pequena desses estudantes com perfil. Então, a gente trabalha no orçamento com estudantes que estão até meio salário mínimo, então está bem distante do um e meio. Então eu acho que o orçamento é uma grande dificuldade nossa e uma outra dificuldade eu acho que é essa que eu já falei até, que é a

compreensão mesmo da instituição e até dos estudantes, de terem uma compreensão, que inclusive permitam, no caso dos estudantes, uma participação mais politizada em torno da assistência estudantil, que consiga compreender o que de fato é assistência estudantil e se envolver para nos dizer que assistência estudantil que os estudantes querem. Eu acho que o serviço social agora tem feito um movimento no sentido de construir seu plano de trabalho, tentando também estabelecer essa compreensão e aí, eu acho que é uma perspectiva do serviço social de se aproximar um pouco mais dos estudantes para que a gente consiga dialogar e construir essa assistência estudantil um pouco mais politizada. Eu acho que, e aí a dificuldade também institucional em termos do nível de gestão de compreender o que é assistência estudantil, tanto que a gente tem um programa que tem uma contradição enorme, que a gente precisa discutir com um pouco mais de clareza.

**IX. Quais suas expectativas ou sugestões do que poderia melhorar na política de assistência estudantil do IFRN? (23:50)**

- ENTREVISTADA: É isso. Eu acho que a gente precisa entender primeiro o que é a assistência estudantil, que também não é uma tarefa fácil e eu também não vou dizer que a gente precisava já está com essa tarefa feita, sabe. Porque, apesar da assistência estudantil existir a muito tempo no instituto federal, aqui no IFRN, porque o serviço social existe aqui desde a década de 60, mas essa compreensão ela é um pouco mais recente. A gente vem discutindo mais a assistência estudantil de fato como política, mais recentemente. O decreto não é de tanto tempo assim. O serviço social e a expansão do instituto também são relativamente recentes. Então, toda essa discussão, todo esse debate, ele está começando a ser feito de toda forma e eu acho que a gente já caminhou muito aqui no IFRN em termo dos programas. Esses regulamentos, apesar de algumas coisas que a gente tenha pensado, discutido e colocado nos regulamentos, não tenha sido aprovado pelo CONSUP, então ele passou com algumas alterações que não eram do nosso desejo, mas eu acho que é uma construção e aí eu acho que essa compreensão ela vai chegando aos poucos e eu acho o IFRN tem uma característica que é positiva, por um lado, por outro pode ser um pouco negativa, em termos que a gente trabalha com assistência estudantil, que é essa preocupação muito gerencial das coisas, dos quantitativos. E aí, quando a gente trabalha com as vidas desses estudantes, as dificuldades que eles trazem para a gente, as vezes a gente precisa fazer algumas concessões, as vezes a gente precisa buscar nas entrelinhas algumas coisas e nem sempre é possível seguir nesse processo tão gerencial, de tanta alimentação do sistema, de tanta coisa de

números e dados, porque a realidade é um pouco mais dinâmica do que aquilo que se imagina. Então, a gente tem um pouco essa dificuldade várias vezes.

## **APÊNDICE VII – Transcrição da entrevista com ex-bolsista 1 do IFRN**

DURAÇÃO: 6min58seg.

PARTICIPANTES: M.C.

MODERAÇÃO: Caroline do Nascimento Rodrigues

TRANSCRIÇÃO: Pedro Henrique

### **APRESENTAÇÃO**

- MODERADORA: Bom dia, M. C.

- ENTREVISTADO: Bom dia.

- MODERADORA: Vou fazer a entrevista com você para amparar minha pesquisa do mestrado, em Ciência da Educação, em Sociologia da Educação e Políticas Educativas, pela Universidade do Minho, em Portugal. Em qual período você foi bolsista do IF?

- ENTREVISTADO: Foi no meu terceiro ano, então a dois anos atrás.

- MODERADORA: 2017?

- ENTREVISTADO: Foi.

- MODERADORA: Vou só anotar aqui. Qual era o teu curso?

- ENTREVISTADO: Edificações, integrado.

### **I. Avalie a importância da bolsa do Programa de Apoio à Formação Estudantil do IFRN na sua vida educacional? (0:41)**

- ENTREVISTADO: Eu acho que é muito importante porque, como a gente recebe um auxílio financeiro, então ele contribui em bastante coisa na nossa vida. Porque a gente tem uma certa independência dos nossos pais que as vezes não podem comprar alguma coisa e, como a gente começa a receber o nosso próprio dinheiro, a gente começa a suprir algumas necessidades precisa lá. Eu acho que a principal importância é essa, mas, além disso, a gente também absorve muito conhecimento lá - prático - de como funciona um trabalho de verdade. Então, eu acho que...

- MODERADORA: Você acredita que o trabalho então é importante, não só a questão financeira?

- ENTREVISTADO: Isso, a experiência que a gente tem lá.

### **II. A bolsa do Programa de Apoio à Formação Estudantil do IFRN influenciou na sua permanência na escola? Por quê? (1:39)**

- ENTREVISTADO: No meu caso, se eu não tivesse na bolsa, eu ia continuar do mesmo jeito. Porque meus pais, mesmo difícil, eles conseguiam me manter mesmo se eu não estivesse lá. Só que, eu sei de várias pessoas que precisam da bolsa porque precisam bem mais do que eu. Então, no caso dessas pessoas, influenciaria, no meu, não diretamente.

- MODERADORA: Então você acredita que mais pessoas deveriam ser beneficiadas com essa... (inaudível).

**III. Os programas de assistência estudantil do IFRN influenciaram no seu bom rendimento escolar (assiduidade, motivação para estudar, melhoria das notas, etc.)? Por quê? (2:28)**

- ENTREVISTADO: Eu acho que sim porque eu gostava muito de trabalhar lá. O ambiente lá era muito bom, então eu gostava de ir para lá e, como eu ia para lá antes de ir para a escola, então sempre eu ia para a escola por que eu gostava de trabalhar, então sempre eu ia trabalhar. Então, acho que, nesse aspecto, eu acho [que] ajudou indiretamente a ter uma boa assiduidade e, eu acho também, por ser um lugar agradável, eu ficava bem, então, depois para ir para a aula eu ficava tranquilo. Então era bom.

- MODERADORA: Não era um trabalho, assim, que estava atrapalhando não. Tá certo.

**IV. Na sua percepção de ex-bolsista, o que o Programa de Apoio à Formação Estudantil do IFRN refletiu positiva ou negativamente na sua vida educacional ou pessoal? (3:32)**

- ENTREVISTADO: Não, eu acho que não é aspecto negativo. Até porque, como era uma bolsa da instituição, era bem flexível. Se eu precisasse fazer algum trabalho, eu poderia falar com o coordenador e ele me liberava tranquilo para fazer a atividade. Então, não influenciou negativamente em nada.

**V. Você acredita que políticas de assistência estudantil oportunizam o fortalecimento do papel da educação para o desenvolvimento da sociedade? Qual sua opinião sobre o papel da educação para o desenvolvimento da sociedade? (4:03)**

- ENTREVISTADO: Nossa, com certeza. Principalmente porque o IF não tem pessoa só de baixa renda. Teoricamente, metade são de baixa renda e metade não são. E, normalmente, as pessoas de baixa renda são as que mais sofrem para ter um ensino de qualidade e a maioria das pessoas não moram lá, porque o IFRN fica na Lagoa Nova, então pessoas de baixa renda não moram nessa região. Então,

para fazer com que as pessoas consigam manter seus estudos, esses auxílios são extremamente importantes para fazer com que as pessoas consigam chegar lá. Porque muitas vezes as pessoas não têm nem condições de pagar a passagem para chegar lá, que eles moram, realmente, nas partes mais periféricas da cidade.

**VI. O que você sugeriria para melhorar o Programa de Apoio à Formação Estudantil do IFRN? (5:06)**

- ENTREVISTADO: Não, eu não consigo pensar em nenhum problema. Porque valor, eu acho um valor bom, porque eu fiz a bolsa até o terceiro ano, no quarto ano fui estagiar e quando eu estagiava eu ganhava mais ou menos a mesma coisa só que eu trabalhava uma hora a mais. E, normalmente, é o valor padrão e é um valor bom, pelo menos eu acho que é um valor suficiente e como, além da bolsa - normalmente quem tem a bolsa, também tem o auxílio transporte – então...

- MODERADORA: Ajuda mais.

- ENTREVISTADO: Ajuda mais ainda.

- MODERADORA: Certo. Você acha que, assim, a bolsa lhe ajudou a permanecer no IF, também lhe ajudou a continuar nos estudos? Tipo, você é universitário, né?

- ENTREVISTADO: Isso.

- MODERADORA: Você acha que também isso lhe ajudou a continuar nesse caminho dos estudos?

- ENTREVISTADO: Como eu tinha falado, acho que talvez indiretamente. Como a bolsa ajudou um pouco a minha formação como estudante do IF no ensino médio, então eu ter conseguido terminar o ensino médio foi necessário para que eu esteja aqui. E, também, o fato de eu estar aqui prova que eu consegui ter uma educação boa o suficiente para ser aprovado no ENEM ou coisa assim. Então, indiretamente a bolsa ajuda também.

## **APÊNDICE VIII – Transcrição da entrevista com ex-bolsista 2 do IFRN**

DURAÇÃO: 6min04seg.

PARTICIPANTES: C. S.

MODERAÇÃO: Caroline do Nascimento Rodrigues

TRANSCRIÇÃO: Pedro Henrique

### **APRESENTAÇÃO**

- MODERADORA: Vou entrevistar você para minha pesquisa de mestrado, na Universidade do Minho, que vai estudar a atividade do Programa de Apoio à Formação Estudantil. Você foi bolsista do IF em que período?

- ENTREVISTADO: De 2017 a 2018, início de 2018.

- MODERADORA: Certo.

### **I. Avalie a importância da bolsa do Programa de Apoio à Formação Estudantil do IFRN na sua vida educacional? (0:27)**

- ENTREVISTADO: Eu acho muito importante porque, assim, a gente tem o primeiro contato como é o funcionamento, não só para a nossa vida profissional, mas também para entender como é o IF por trás. A gente acaba tendo uma visão de aluno que, na reitoria, acaba sendo muito mais distante do que a gente imagina. Então, assim, eu achei muito importante porque, até para outras oportunidades que eu tive, também foi válida a experiência lá.

- MODERADORA: Tá, tá certo.

### **II. A bolsa do Programa de Apoio à Formação Estudantil do IFRN influenciou na sua permanência na escola? Por quê? (1:05)**

- ENTREVISTADO: Influenciou, de certa forma é uma ajuda de custo, mas influenciou também porque foi uma ajuda de custo [e] de qualquer forma é um incentivo. Eu via os professores sempre iam lá, perguntava como é que está na Reitoria, como é que funciona. Os professores ficavam interessados, eu acredito que...

- MODERADORA: Influenciou.

- ENTREVISTADO: Influenciou.

**III. Os programas de assistência estudantil do IFRN influenciaram no seu bom rendimento escolar (assiduidade, motivação para estudar, melhoria das notas, etc.)? Por quê? (1:38)**

- ENTREVISTADO: Sim, sim. Porque pronto, a gente como bolsista, também tem acesso a, por exemplo, ao auxílio alimentação e já é o almoço ou o jantar que a gente tem direito. Acaba ajudando bastante porque muitas vezes a gente se deparava, sei lá, “estou sem dinheiro, o que eu faço?”, a gente tinha essa assistência e acabava ajudando de alguma forma a gente.

- MODERADORA: Então isso também influenciava você vir para a escola. Não atrapalhou?

- ENTREVISTADO: Não, não atrapalhou não.

- MODERADORA: A bolsa? Não atrapalhou?

- ENTREVISTADO: Não.

- MODERADORA: Tá bom.

**IV. Na sua percepção de ex-bolsista, o que o Programa de Apoio à Formação Estudantil do IFRN refletiu positiva ou negativamente na sua vida educacional ou pessoal? (2:26)**

- ENTREVISTADO: Não, como até eu comentei, refletiu de forma positiva assim, pela a experiência que eu tive lá dentro. De vivência, tanto com as pessoas, tanto com a questão da parte profissional. Comecei a ter uma, como posso falar...

- MODERADORA: Uma visão.

- ENTREVISTADO: Foi uma experiência, uma visão totalmente diferenciada. Até como se portar, sabe. É muito diferente.

**V. Você acredita que políticas de assistência estudantil oportunizam o fortalecimento do papel da educação para o desenvolvimento da sociedade? Qual sua opinião sobre o papel da educação para o desenvolvimento da sociedade? (3:03)**

- ENTREVISTADO: Eu acredito que sim.

- MODERADORA: Qual a sua opinião sobre o papel da educação no desenvolvimento da sociedade?

- ENTREVISTADO: A educação, deixa eu pensar...

- MODERADORA: Pense.

- ENTREVISTADO: Mas a educação ela move mundos. A educação acaba sendo uma oportunidade que, tipo, você consegue alcançar, assim, proporções inimagináveis de que, vamos supor, uma pessoa que

não tenha condições, uma pessoa que não tenha oportunidades, a educação acaba permitindo que você tenha outras oportunidades e alcançar condições inimagináveis.

- MODERADORA: Pode ser objetiva.

- ENTREVISTADO: É, mas é mais ou menos isso. Acaba sendo um suporte para a gente muito bom para a gente conseguir alcançar outras conquistas, novas conquistas.

- MODERADORA: Então você acha que a bolsa é um degrau?

- ENTREVISTADO: Sim, é mais ou menos isso. É meio que uma ponte para a gente conseguir alcançar alguma coisa.

## **VI. O que você sugeriria para melhorar o Programa de Apoio à Formação Estudantil do IFRN? (4:15)**

- ENTREVISTADO: O tempo eu achei adequado, era três horas que a gente tinha, três horas diárias. É tanto que não atrapalhava nenhum momento. Em relação a dinheiro, R\$ 300, assim, R\$ 300 a gente acha que é pouco mas acaba ajudando, mas se fosse um pouco mais, acredito que ajudaria um pouco mais. Mas, em relação ao programa em si, assim, algumas experiências que eu tive, eu acredito que deveria ter alguma forma de antes de você entrar no setor, de você ter meio que, não uma seleção, mas você ver se realmente é aquele setor que deve se enquadrar, sabe. Para você... para questão de identificação. Que até ouvi relatos de algumas colegas, viam que não estavam se identificando com o setor, então, assim, a gente tendo uma pré-seleção, meio que para direcionar qual setor que essa bolsista pode atuar melhor, acho que ajudaria.

- MODERADORA: Hoje você está fazendo...

- ENTREVISTADO: Construção de edifícios, que é graduação.

- MODERADORA: Graduação, aí você acha que esse cuidado, assim, do IF de dar essa oportunidade, proporcionar essa bolsa para as pessoas, é importante para você seguir nos estudos?

- ENTREVISTADO: Muito, muito. Ajuda muito mesmo.

- MODERADORA: Então como sugestão só essa mesmo?

- ENTREVISTADO: É, por enquanto só essa mesmo.

## **APÊNDICE IX – Transcrição da entrevista com ex-bolsista 3 do IFRN**

DURAÇÃO: 8min35seg.

PARTICIPANTES: G. N.

MODERAÇÃO: Caroline do Nascimento Rodrigues

TRANSCRIÇÃO: Pedro Henrique

### **APRESENTAÇÃO**

- MODERADORA: Bom dia, G. N.

- ENTREVISTADO: Bom dia.

- MODERADORA: Fazer a entrevista com você para ajudar na minha pesquisa de mestrado na Universidade do Minho, que é sobre Sociologia da Educação e Políticas Educativas. A gente vai avaliar a efetividade dos programas de bolsas aqui do IFRN.

#### **I. Avalie a importância da bolsa do Programa de Apoio à Formação Estudantil do IFRN na sua vida educacional? (0:21)**

- ENTREVISTADO: Eu acho que o principal é que dá uma certa independência ao aluno do IFRN porque muito dos, como posso dizer, o horário é bastante flexível com os estudos. Não atrapalha em nada, então nisso ajuda bastante e também em questão do mercado de trabalho também; depois do IFRN que pode ajudar bastante. Sobre o contato com as pessoas no ambiente de trabalho e tudo mais, isso ajuda bastante nos trabalhos futuros.

#### **II. A bolsa do Programa de Apoio à Formação Estudantil do IFRN influenciou na sua permanência na escola? Por quê? (1:11)**

- ENTREVISTADO: Com certeza. Se foi importante continuar nos estudos.

- MODERADORA: Sim, a bolsa.

- ENTREVISTADO: Durante o IF?

- MODERADORA: Sim, é. Período que você foi bolsista.

- ENTREVISTADO: Sim.

- MODERADORA: Foi importante?

- ENTREVISTADO: Sim, porque ajuda bastante também na parte do deslocamento de vim para casa, tudo mais. Então, gera um certo custo também.

- MODERADORA: Você recebia outros auxílios também?
- ENTREVISTADO: Recebia também transporte e o de alimentação. Ah, o de alimentação também, como eu ficava direto, então é realmente importante.

### **III. Os programas de assistência estudantil do IFRN influenciaram no seu bom rendimento escolar (assiduidade, motivação para estudar, melhoria das notas, etc.)? Por quê? (1:49)**

- ENTREVISTADO: Em que sentido?
- MODERADORA: Tipo assim, para você continuar estudando, permanecer estudando no IFRN?
- ENTREVISTADO: Não, acho que não.
- MODERADORA: Assim, o dinheiro fazia alguma diferença, assim, para você vir para a escola (o dinheiro da bolsa)?
- ENTREVISTADO: Eu não estou entendendo direito.
- MODERADORA: Não está entendendo?
- ENTREVISTADO: O sentido. Como assim?
- MODERADORA: Porque, assim, o objetivo dos programas da assistência estudantil é para manter os alunos estudando, para que continuem estudando. É isso que estou perguntando, se essa bolsa, por você ter sido selecionado na bolsa, se isso foi importante para você continuar seus estudos no IFRN por causa do auxílio financeiro também ou se você não tivesse a bolsa...
- ENTREVISTADO: Continuaría estudando?
- MODERADORA: Sim, você continuaria?
- ENTREVISTADO: Eu continuaria se não tivesse a bolsa, normal.
- MODERADORA: Mas isso ajudou?
- ENTREVISTADO: Ajudou.
- MODERADORA: A você, né. Com certeza. Tá. Sim, ela influenciou também no seu bom rendimento escolar? Tipo assim, na assiduidade, na motivação para estudar, na melhoria das suas notas.
- ENTREVISTADO: Se ajudou?
- MODERADORA: Sim.
- ENTREVISTADO: Eu acho que sim. Porque muitas pessoas também, por exemplo, estágio, estágio já é mais difícil de você manter os estudos com o trabalho no contra turno. Porque nem todos você pode continuar a estudar durante a manhã e tal. Então, eu acho que... qual a pergunta?
- MODERADORA: Se foi bom para manter você assíduo...

- ENTREVISTADO: Sim, acho que sim.
- MODERADORA: Motivado para estudar.
- ENTREVISTADO: Sim, também. Como também é dentro do *campus*, aí é mais fácil até de...
- MODERADORA: Se deslocar.
- ENTREVISTADO: E isso também. E tinha mais possibilidade de você, se tivesse uma prova no dia, estudar. Porque você tinha o...
- MODERADORA: A flexibilidade, né.
- ENTREVISTADO: É, você era livre. Você não obrigavam a fazer tudo. É tudo de acordo com a necessidade do aluno.
- MODERADORA: Ok, certo.

**IV. Na sua percepção de ex-bolsista, o que o Programa de Apoio à Formação Estudantil do IFRN refletiu positiva ou negativamente na sua vida educacional ou pessoal? (4:08)**

- ENTREVISTADO: O negativo foi que eu, isso é relacionado a somente a educação?
- MODERADORA: É, ou na sua vida pessoal também no período que você estava na bolsa.
- ENTREVISTADO: Eu senti um pouco... eu senti mais dificuldade em manter relação com as pessoas. Porque, como eu sou tímido, eu achei mais difícil sobre isso. Até um dia que quando eu fui eu sai para o estágio, esse dia foi um back em relativamente. Porque lá realmente as pessoas vão, tipo, mais dificuldade em relação a me relacionar com as pessoas e, como eu estava acostumado daqui, tipo, as pessoas eram mais...
- MODERADORA: Amigáveis.
- ENTREVISTADO: É, tipo isso. Aí eu acho que a parte negativa foi que eu demorei um pouco para me relacionar com as pessoas. Positiva, se teve alguma o quê?
- MODERADORA: Um aspecto positivo que a bolsa refletiu, assim, na sua vida pessoal ou educacional.
- ENTREVISTADO: Positiva eu acho mesmo de ter tido experiência mesmo.

**V. Você acredita que políticas de assistência estudantil oportunizam o fortalecimento do papel da educação para o desenvolvimento da sociedade? Qual sua opinião sobre o papel da educação para o desenvolvimento da sociedade? (4:47)**

- ENTREVISTADO: Pergunta difícil.
- MODERADORA: Você acha que elas ajudam, tanto o auxílio transporte, como a alimentação, também tem o auxílio moradia e a bolsa de apoio a formação estudantil, se, com isso, o estudante é fortalecido em relação a educação para poder ocorrer um melhor desenvolvimento da sociedade?
- ENTREVISTADO: Pode repetir, por favor?
- MODERADORA: Você acredita que essas políticas de assistência estudantil elas oportunizam o fortalecimento do papel da educação para o desenvolvimento da sociedade?
- ENTREVISTADO: Tu está falando de todas as bolsas?
- MODERADORA: É.
- ENTREVISTADO: De todas as assistências. Eu acho que sim.
- MODERADORA: Porque elas ajudam a manter o estudante na escola e você acha que isso... ele pode continuar nos estudos depois daí?
- ENTREVISTADO: Sim, tipo, é. Isso mesmo.
- MODERADORA: Qual sua opinião no papel da educação para o desenvolvimento da sociedade?
- ENTREVISTADO: Papel da educação para o desenvolvimento? Eu acho que a educação é a base de tudo, tudo mesmo. Então, qualquer coisinha, qualquer problema que acontece no Brasil, acho que tudo vem da educação. Então, se uma educação não é efetiva, não é boa, não é acessível para todos, então eu acho que é importante sim.

#### **VI. O que você sugeriria para melhorar o Programa de Apoio à Formação Estudantil do IFRN? (7:34)**

- ENTREVISTADO: De qualquer um?
- MODERADORA: Não, o programa de...
- ENTREVISTADO: De assistências, de apoio a formação estudantil?
- MODERADORA: Isso. Tem alguma sugestão do que poderia melhorar?
- ENTREVISTADO: No que poderia melhorar, eu acho que não.
- MODERADORA: Você se adequou bem a questão do tempo de trabalho que você tem que ficar 3 (três) horas, foi tranquilo?
- ENTREVISTADO: Foi tranquilo, muito tranquilo mesmo.
- MODERADORA: Não viu nenhuma dificuldade?
- ENTREVISTADO: Não, não, não, não.
- MODERADORA: Tá certo. Hoje você está estudando para entrar na universidade.

- ENTREVISTADO: Isso.
- MODERADORA: Se dedicando, né.
- ENTREVISTADO: Isso.
- MODERADORA: Para UFRN?
- ENTREVISTADO: É.
- MODERADORA: Você quer fazer que curso?
- ENTREVISTADO: Eu estava falando com F. agora que eu não tenho certeza ainda, mas seja odontologia. Mas não sei se vai dar certo.
- MODERADORA: Está estudando para isso, né.
- ENTREVISTADO: É.

## **APÊNDICE X – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para a assistente social do IFRN**

### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Eu, \_\_\_\_\_, assistente social da Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN, fui convidado e participarei da entrevista para fornecimento de dados referente ao estudo de mestrado sobre a efetividade do programa de apoio à formação estudantil.

A pesquisa será conduzida pela servidora da Reitoria do IFRN, Caroline do Nascimento Rodrigues, aluna do mestrado em Ciências da Educação, área de especialização em Sociologia da Educação e Políticas Educativas na Universidade do Minho/Portugal, e tem por objetivos avaliar a taxa de evasão, verificar o rendimento escolar, averiguar a percepção de mudança na vida e verificar as expectativas dos alunos bolsistas inseridos no programa.

Declaro estar ciente dos objetivos da pesquisa e de que os resultados serão apresentados apenas academicamente, mantendo o sigilo e anonimato necessários.

Natal, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

---

Assinatura

## **APÊNDICE XI - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para ex-bolsistas do IFRN**

### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Eu, \_\_\_\_\_, ex-bolsista da Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN, fui convidado e participei da entrevista para fornecimento de dados referente ao estudo de mestrado sobre a efetividade do programa de apoio à formação estudantil.

A pesquisa será conduzida pela servidora da Reitoria do IFRN, Caroline do Nascimento Rodrigues, aluna do mestrado em Ciências da Educação, área de especialização em Sociologia da Educação e Políticas Educativas na Universidade do Minho/Portugal, e tem por objetivos avaliar a taxa de evasão, verificar o rendimento escolar, averiguar a percepção de mudança na vida e verificar as expectativas dos alunos bolsistas inseridos no programa.

Declaro estar ciente dos objetivos da pesquisa e de que os resultados serão apresentados apenas academicamente, mantendo o sigilo e anonimato necessários.

Natal, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

---

Assinatura

**APÊNDICE XII - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para bolsistas maiores de 18 anos do IFRN**

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Eu, \_\_\_\_\_, ex-bolsista da Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN, fui convidado e participarei do questionário para fornecimento de dados referente ao estudo de mestrado sobre a efetividade do programa de apoio à formação estudantil.

A pesquisa será conduzida pela servidora da Reitoria do IFRN, Caroline do Nascimento Rodrigues, aluna do mestrado em Ciências da Educação, área de especialização em Sociologia da Educação e Políticas Educativas na Universidade do Minho/Portugal, e tem por objetivos avaliar a taxa de evasão, verificar o rendimento escolar, averiguar a percepção de mudança na vida e verificar as expectativas dos alunos bolsistas inseridos no programa.

Declaro estar ciente dos objetivos da pesquisa e de que os resultados serão apresentados apenas academicamente, mantendo o sigilo e anonimato necessários.

Natal, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_  
Assinatura

**APÊNDICE XIII - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para bolsistas menores de 18 anos do IFRN.**

**Pesquisa de Mestrado em Sociologia da Educação e Políticas Educativas**

Prezado(a) responsável pelo(a) aluno(a) bolsista,

A pesquisadora Caroline do Nascimento Rodrigues, servidora da Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN, pretende estudar a efetividade do programa de apoio à formação estudantil no âmbito da Reitoria do IFRN, para sua dissertação de mestrado na Universidade do Minho/Portugal. Para tanto, solicitamos a autorização do responsável pelo aluno(a) bolsista, no intuito de participar respondendo ao questionário da pesquisa, que será aplicado à todos os bolsistas da Reitoria. Informamos que as informações obtidas serão tratadas, analisadas e divulgadas apenas academicamente, mantendo o sigilo e anonimato necessários.

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Eu, \_\_\_\_\_,  
responsável pelo(a) aluno(a) bolsista \_\_\_\_\_, autorizo a sua participação no questionário, instrumento de pesquisa para recolha de dados do estudo sobre a efetividade do programa de apoio à formação estudantil no IFRN. Declaro ainda que estou ciente do objetivo da realização do questionário.

Natal, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_  
Assinatura